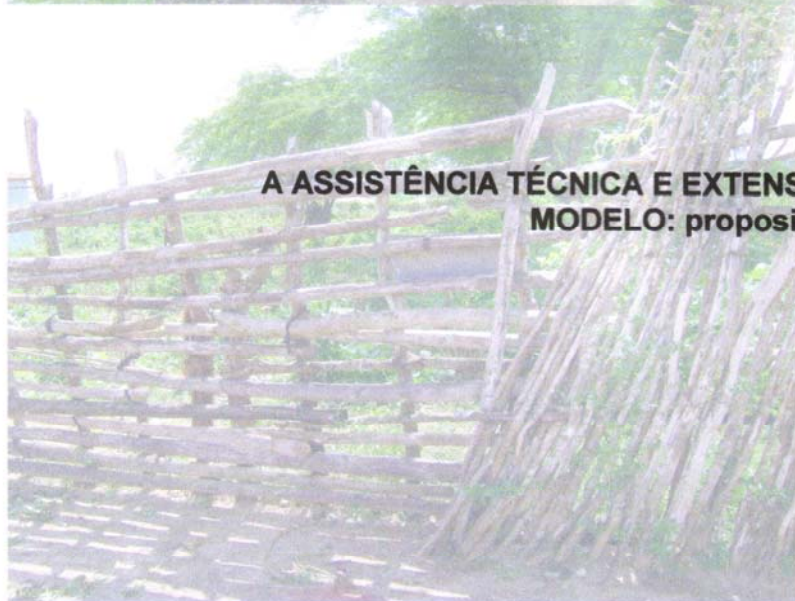




UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL



MARIA ALAÍDE DE OLIVEIRA



A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ASSENTAMENTO
MODELO: proposição e realidade



Natal
2009



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA ALAÍDE DE OLIVEIRA

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ASSENTAMENTO
MODELO: proposição e realidade

Natal
2009

MARIA ALAÍDE DE OLIVEIRA

**A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ASSENTAMENTO
MODELO: proposição e realidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, base de pesquisa Serviço Social, cultura e relações sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Severina Garcia de Araújo

Natal
2009

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Oliveira, Maria Alaíde de.

A assistência técnica e extensão rural no assentamento modelo:
proposição e realidade / Maria Alaíde de Oliveira. - Natal, RN, 2009.

131 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Severina Garcia de Araújo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

1. Serviço Social - Dissertação. 2. Reforma agrária – Dissertação. 3.
Política pública - Dissertação. 4. Assistência técnica - Dissertação. 5.
Assentamentos rurais – Dissertação. 6. Trabalhadores rurais – Dissertação.
I. Araújo, Severina Garcia de. II. Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364 (043.3)

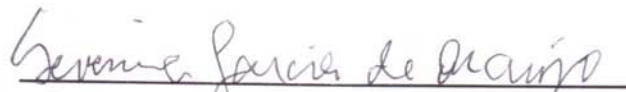
MARIA ALAÍDE DE OLIVEIRA

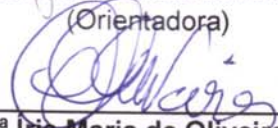
**“A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO
ASSENTAMENTO MODELO: Proposição e realidade”**

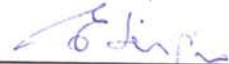
Dissertação apresentada à Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em Serviço Social.

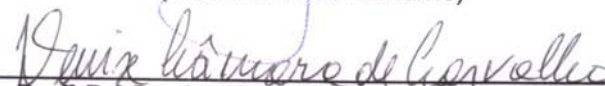
Aprovada em 10/07/09

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Severina Garcia de Araújo - UFRN
(Orientadora)


Profª Drª Iris Maria de Oliveira – UFRN
(Membro Titular Interno)


Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes – UFS
(Membro Titular Externo)


Profª Drª Denise Câmara de Carvalho - UFRN
(Suplente)

Dedico

Aos meus pais;
Aos trabalhadores (as), agricultores (as) que lutam por terra e por direitos;

Aos familiares e amigos (as) que me apoiaram e participaram comigo nessa intensa construção;

A todos (as) que acreditam numa sociedade igualitária e lutam por justiça e equidade.

AGRADECIMENTOS

Os sonhos que alimentamos e as conquistas alcançadas só são possíveis quando contamos com o apoio, o empenho e a cooperação de outras pessoas, viver é compartilhar sonhos, ideais e projetos, conforme Gandhi “Ninguém é uma ilha...”. Apesar da sociabilidade do capital do individualismo e da competição, os ideais são pontes que nos conectam e interligam projetos grandes e pequenos, percursos curtos e longos, por isso consegui!

Muitas coisas aconteceram em todo trajeto, uma longa, história (...) Quantas pessoas envolvidas... o encontro marcante e inesquecível com a realidade que nos desafia sempre. É impossível expressar tudo que foi vivido, experimentado (...) Mas é mister agradecer.

Primeiro a Deus criador, fonte de esperança e sabedoria em quem encontro ânimo e força todos os dias e sempre;

Agradeço à professora Severina Garcia de Araújo, pela atenção dedicada em todo processo, que com competência, sensibilidade e rigor teórico-metodológico, me orientou, apoiando-me em circunstâncias tão difíceis. Obrigada por ter acreditado em mim e me proporcionado maturidade e crescimento, aprendi muito com você, jamais esquecerei suas recomendações.

Aos meus pais, grandes exemplos de vida e dignidade. A todos os familiares que colaboraram comigo nessa empreitada. De modo especial, agradeço à Rosselly, pela intensa dedicação na transcrição dos dados da pesquisa, por sua constante presença e apoio em todos os momentos, à Socorro, pelas correções do português, obrigada pelas horas, dias e, principalmente, os domingos que vocês dedicaram a esse trabalho e pelas inúmeras vezes que leram comigo. O apoio e a solidariedade de vocês naqueles momentos difíceis (que vocês bem sabem) foi fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço a Liégio pela tradução do resumo para o inglês. A Erasmu, pela paciência, o apoio, e os muitos consertos e providências no computador, muito obrigada, contar com vocês foi fundamental para concretizar esse projeto.

A turma do mestrado, que não encontrei mais, especialmente à grande amiga Ana Paula, que sempre me deu força, acreditou em mim, apoiando-me e incentivando a continuar. A amiga Marta, por toda força e atenção, sempre presente, nos dias difíceis me escutando horas ao telefone, animando-me e incentivando, obrigada amiga!.

Obrigada a todos (as) os amigos (as) que torcem por mim e dos quais tenho me ausentado durante esse processo e nem sei onde e como os encontrarei mais (...)

Agradeço a todos (as) que colaboraram com a coleta de dados:

Aos trabalhadores (as) do assentamento que contaram suas histórias, compartilharam sua caminhada e me acolheram em suas casas, principalmente Rosa e D. Rita que me hospedaram. Foi muito bom conhecer vocês!

À Dalvani, assistente social, chefe substituta da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA, que muito contribuiu com informações importantes e necessárias, obrigada pela disponibilidade e dedicação.

Às instituições de ATES (TECHNE, ÁPICE e CEATEC), aos seus coordenadores e técnicos, assistentes sociais, agrônomos, e outros. A colaboração de todas essas pessoas, com dedicação e informações valiosas foi fundamental para a construção e conclusão desse trabalho.

Agradeço à equipe do SAR que conviveu comigo em todo esse período, conheceu de perto minha aflição e em meio a tantas dificuldades me apoiou, principalmente nessa etapa final. A todos que torceram por mim, participaram e se empenharam para a elaboração dessa dissertação.

Por fim, agradeço à coordenação da Pós-graduação de Serviço Social, pelo apoio e atenção, de modo especial, agradeço à Lucinha, sempre disponível, atenciosa e cuidadosa na secretaria, obrigada por tudo. Agradeço ainda às

professoras Denise Câmara e Íris Maria, que participaram da qualificação, dando suas contribuições, incentivo e apoio intelectual, muito obrigada.

A todos (as), que de alguma forma contribuíram, (citados ou não aqui). Valeu a pena Interagir com todos (a) (...) Jamais esquecerei tudo que aprendi, ouvi, escrevi, pensei, elaborei, vivi(...) Muito obrigada a todos e a todas!

Sonhar não é apenas um ato político necessário...
Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se
acha em permanente processo de tornar-se...
Não há mudança sem sonho como não há sonho sem
esperança”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Essa dissertação analisa a assistência técnica no contexto dos assentamentos rurais, vista como parte das reivindicações dos movimentos sociais que lutam por reforma agrária, e se constitui meta do II PNRA, lançada em maio de 2004, como uma Política Pública Nacional prioritária no processo de construção e consolidação dos assentamentos e da agricultura familiar, propondo uma retomada dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, iniciados no final da década de 1940. Analisamos, em particular, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, no Assentamento Modelo, um programa criado, especificamente, para os assentamentos rurais, coordenado pelo INCRA. A partir da análise documental e da pesquisa de campo, percebemos que a experiência de Assessoria Técnica implementada no Assentamento Modelo sinaliza a descontinuidade e as fragilidades nas ações de assistência técnica aos trabalhadores rurais. Contexto que contraria o atual aparato governamental de assistência técnica, pois este assegura fortalecer os assentamentos, apoiar e priorizar o regime de agricultura familiar. Assim, a execução da assistência técnica, através da terceirização dos serviços, segue a estratégia neoliberal e, o Estado, além de reduzir o orçamento para as políticas públicas desloca a gestão de suas ações da esfera estatal para a gestão compartilhada por meio de parcerias e transferência de responsabilidades, expressando sua histórica desatenção às demandas da classe trabalhadora. Apesar da resistência, expectativas e esperança dos trabalhadores, a descontinuidade desses serviços, bem como a deficiência das demais políticas necessárias aos assentamentos vêm comprometendo suas atividades e ameaçando sua sobrevivência no assentamento.

Palavras-chaves: Reforma Agrária; Política Pública; Assistência técnica; Assentamentos rurais, Trabalhadores rurais.

ABSTRACT

This discourse analyzes the technical assistance concerning the rural settlement, which is seen as a demand of the social movement that claims for agrarian reformation, and is a goal of II PNRA, launched in may 2004, as a essential national public politics on process of building and consolidation of settlement and familiar agriculture, proposing the return of technical assistance service and rural extension in Brazil, which were started in the and of 1940's. We analyze, in particular, the technical assistance program, social and environmental agrarian reformation, on model settlement, a program created, especially, to the rural settlements, coordinated by INCRA. Based on the documental analyze and local study, it is noticed that the experience of technical assistance implemented on model settlement shows the non continuation and fragility on technical assistance actions to rural workers. This context goes against the lately technical assistance governmental apparatus, which ensures to make settlements stronger, to support and to get important the familiar agriculture system. This way, technical assistance execution, trough the tertiary service, follows the neoliberal strategy and, the State, besides decreases the estimate to public politics, takes its actions control from the State to the shared control through partnership and transferring of responsibility, expressing its historic lack of attention to the worker class demands. In spite of workers resistance, expectative and hope, the lack of these services, as well as the other politics deficiencies, which are necessary to the settlements, are endangering its activities and threatening its survival in the settlement.

Key words: agrarian reformation; public politics; technical assistance; rural settlements; rural workers.

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental

ÁPICE - Cooperativa Multidisciplinar de Assessoria a Empreendimentos Sustentáveis

AESCA - Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do Rio Grande do Norte

CEATEC - Centro de Apoio Técnico aos Assentamentos e às Comunidades Rurais e Urbanas da Região do Mato Grande

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FMI - Fundo Monetário Internacional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOS - Lei Orgânica da Saúde

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MLST - Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

PAs - Projetos de Assentamentos

PAC - Programa de Consolidação Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAR - Serviço de Assistência Rural

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

TECHNE - Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	22
2.1 Questão agrária e assentamentos rurais.....	28
2.2 O percurso da reforma agrária no Brasil.....	32
2.3 Questão agrária no Rio Grande do Norte e no território do Mato Grande.....	37
3 A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: PNRA E PNATER	47
3.1 A política nacional de assistência técnica e extensão rural – PNATER.....	52
3.2 Assistência técnica e extensão rural: das propostas à realidade.....	54
3.3 A assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária – ATES.....	57
4 A ATES NO ASSENTAMENTO MODELO: REALIDADE E DESAFIOS	67
4.1 Recontando a história do Assentamento Modelo: de fazenda à agrovila.....	67
4.2 Consolidação do Assentamento Modelo: experiências e desafios.....	74
4.3 Assistência técnica no Assentamento Modelo: o planejado x o executado.....	78
4.4 Proposições e desafios para melhorar a ATES no Assentamento Modelo.....	88
4.4.1 A vida no Modelo: Incertezas e perspectivas.....	94
4.5 Assistência técnica e créditos rurais: revelação dos agricultores.....	101
4.6 Programas governamentais: a concepção dos agricultores.....	109
4.7 Assistência Técnica e Serviço Social.....	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
6 REFERÊNCIAS.....	124

APÊNDICES	129
APÊNDICE A	130
APÊNDICE B	131
APÊNDICE C	132

1 INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado analisa a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER¹, dentro do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, do governo Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto dos assentamentos rurais, da região do Mato Grande, Rio Grande do Norte, particularizado no assentamento Modelo, localizado no município de João Câmara, no período 2004-2007.

Nesse sentido, é importante identificar quais são as principais condições e possibilidades para que a proposta da PNATER se efetive nos assentamentos, observando em que medida a Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER² contribui para o desenvolvimento do Assentamento Modelo.

O documento que apresenta a atual proposta do II PNRA faz crítica à modernização conservadora, implantada como modelo de desenvolvimento da agricultura pelos governos militares e que ainda não foi superada pelos governos que os sucederam. Portanto, até o momento, o modelo conservador de agricultura tem se reproduzido.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, por exemplo, ao falar sobre o II PNRA afirma que até o momento se tem um processo muito lento, e ainda bastante burocrático. Argumento que leva a perceber que o II PNRA apresentado por um grupo de estudiosos sob direção de Plínio de Arruda Sampaio, apesar de apresentar avanços está muito aquém do que necessita ser uma reforma agrária que atenda às demandas dos trabalhadores rurais.

No PNRA do governo Luiz Inácio da Silva há uma proposta que garante assistência técnica e extensão rural a todas as famílias das áreas de assentamento. A efetivação desta meta pode se constituir em alternativa que propicia mudanças efetivas no contexto dos assentamentos. Contudo, para que essa proposta possa ser materializada na realidade brasileira, muitas mudanças precisam ocorrer, tanto por parte do Estado que tem a responsabilidade de apresentar e implementar a

¹ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER É uma política de amplitude nacional, lançada pelo atual governo federal em maio de 2004, através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, no âmbito do MDA, no contexto do II PNRA e propõe assegurar assistência técnica pública, e assim fortalecer a agricultura familiar no país. (PNATER, 2004)

² Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER constitui atividades em várias modalidades como: assessoria, crédito, infra-estrutura (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros). A especificidade do público determina a modalidade de assistência técnica e extensão rural. (PNATER, 2004)

política, muitas vezes sem considerar realmente as necessidades dos trabalhadores, quanto em relação aos movimentos sociais que precisam continuar organizados na luta para concretizar a proposta que consta no II PNRA e na PNATER/2004.

É em meio à complexa realidade brasileira, voltada às questões que envolvem trabalhadores dos assentamentos na luta por melhores condições de vida, como parte de um amplo movimento social em defesa do direito a terra e às políticas públicas, que discutiremos a Assistência Técnica e Extensão Rural e sua efetivação.

Neste sentido, procuramos apreender como a ATER se materializa no cotidiano dos assentamentos, no território do Mato Grande, analisando em que medida esta política atende às demandas dos trabalhadores e se estes vêm na proposta medidas de uma política de reforma agrária que atenda às suas necessidades.

Assim, serão analisados os processos relacionados à efetivação dessa política nos assentamentos rurais, especificamente no Assentamento Modelo, originado da antiga Fazenda Modelo³, no território do Mato Grande, pois este conta com assessoria de equipes multidisciplinar, compostas por técnicos das áreas agrônoma, social, econômica e ambiental que prestam assessoria aos assentamentos de reforma agrária há mais de três anos, incluindo profissionais de Serviço Social.

Por este motivo os assentamentos são importantes espaços de discussão deste estudo, podendo se constituir, também, um espaço aberto ao Assistente Social no âmbito dessa política.

Apesar de a PNATER e do II PNRA apresentarem em suas propostas avanços significativos em relação à extensão rural, ainda são encontrados alguns limites para a efetivação da PNATER, como por exemplo, o valor dos recursos disponíveis para a ATER, o número de profissionais para prestarem assessoria aos programas e projetos nos assentamentos e o fato de a execução dos serviços serem terceirizados, dentre outros.

Desta forma, continuam os limites para efetivação da política de reforma agrária no país. Esses limites possuem graus e direções diversas que vão desde a definição de recursos por estes não serem adequados às metas previstas, além das

³ A fazenda da qual originou o assentamento, a partir da luta dos trabalhadores, tinha como nome Fazenda Modelo/Nazaré, o mesmo nome foi dado ao assentamento.

dificuldades de entidades governamentais e não governamentais, bem como a organização dos trabalhadores nos assentamentos. No entanto, para que haja mudanças nestes aspectos são necessárias inovações nas metodologias desenvolvidas, bem como a democratização dos espaços de discussão/construção das políticas e programas voltados aos trabalhadores rurais.

Esses aspectos podem se constituir como limites para a efetivação da PNATER, pois ao se tratar de recursos é importante lembrar que o que ocorre com o montante dos recursos destinados às políticas agrícolas voltadas aos trabalhadores rurais, é semelhante ao que tem ocorrido com o orçamento público destinado às políticas sociais, conforme Behring e Boschetti (2007), uma histórica submissão à política econômica, assim a indefinição de recursos se constitui o principal obstáculo para a implementação dessa política.

Como o II PNRA é um plano nacional e a partir dele foram criados planos regionais para atender às especificidades de cada região, essa discussão parte de uma reflexão sobre a proposta apresentada pela PNATER/2004, referendada no Plano Regional de Reforma Agrária-PRRA-RN, na gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, examinando as proposições desses instrumentos de políticas públicas, no sentido de apreender como se materializam nos assentamentos.

Nesse contexto, os trabalhadores necessitam e esperam cotidianamente ter acesso às políticas públicas, e, no entanto, convivem com os limites e contradições inerentes a tais políticas. Então, será realizado um estudo de caso sobre a implementação da ATER, particularizada no Assentamento Modelo, localizado no território⁴ do Mato Grande, por se constituir a segunda⁵ região com o maior número de assentamentos.

Assim, buscamos apreender como a proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural se materializa no Assentamento Modelo e

⁴ Território: um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (ABRAMOVAY In SHINEIDER, 2004 p. 23/24).

⁵ Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA), a região Açu-Mossoró possui 74 assentamentos com 6.547 famílias, enquanto o Mato Grande apresenta 79 assentamentos com 5.184 famílias, nesse documento o Mato Grande se constitui a primeira em número de assentamentos e a segunda em número de famílias.

como suas bases e modalidades propostas se concretizam na vida dos trabalhadores rurais desse assentamento.

Os sujeitos dessa pesquisa são trabalhadores beneficiários da ATER, gestores responsáveis diretos pela implementação dessa política, e assistentes sociais que trabalham nas equipes multidisciplinares de ATES⁶. É uma pesquisa qualitativa na qual foram entrevistadas 17 (dezessete) pessoas, incluindo 11 (onze) trabalhadores assentados que correspondem a uma amostra equivalente ao número de famílias que moram no assentamento. As demais entrevistas foram realizadas com 1 (uma) representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, responsável pela divisão de desenvolvimento de projetos de assentamentos, 3 (três) coordenadores das instituições de ATES que atuam no território do Mato Grande, e 2 (duas) assistentes sociais que compõem equipes multidisciplinar nesse território, uma delas compôs a equipe de assessoria ao Assentamento Modelo. O número de trabalhadores somado ao número de coordenadores corresponde a 15% do número de famílias do assentamento.

A motivação em estudar a temática relacionada à questão agrária ocorreu na graduação quando cursei, no sétimo período, a disciplina Sociologia Rural com o professor Aldenor Gomes da Silva, suas excelentes discussões sobre as questões rurais no Brasil, somadas a minha história pessoal, logo me levaram a definir que o estágio obrigatório do curso seria realizado na área rural, o que não foi possível, porque no momento do estágio não houve vaga nessa área. O contrato de trabalho no Serviço de Assistência Rural-SAR⁷ reavivou o interesse em abordar essa temática, sendo concretizado a partir da seleção do mestrado em Serviço Social na UFRN.

6 Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos Assentamentos de Reforma Agrária - ATES, conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes nos projetos de assentamento, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional

7 Serviço de Assistência Rural-SAR, um serviço da Igreja Católica, vinculado ao setor social da Arquidiocese de Natal, criado em 1949 para realizar um trabalho na área rural. Os diversos contextos conjunturais da sociedade e da igreja, têm definido e redefinido sua intervenção, a qual tem se dado desde ações de saúde, educação política, sindicalismo rural, conflitos de terra, dentre outros. Na atualidade o SAR tem como foco de ação prioritária o controle social das políticas públicas.

Para a amostra foi considerado o município de João Câmara, no território do Mato Grande; nesse município existem 13 (treze) assentamentos que somam 778 famílias. Os conflitos entre os trabalhadores, proprietários de terras e grupos econômicos dessa região desencadeando as lutas dos trabalhadores favoreceram o surgimento dos assentamentos, cujo número total é 79 Projetos de Assentamentos - PAs no território e 5.184 famílias.

Entretanto, dado os limites temporais desse trabalho, a pesquisa ocorreu no Assentamento Modelo, que dentre os 13 (treze) assentamentos localizados no município de João Câmara é o que tem maior número de famílias, 153, e tem contado com Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES nos últimos quatro anos (2004-2007).

A pesquisa se deu através da observação sistemática e análise documental, entrevistas semi-estruturadas, dirigidas aos coordenadores, trabalhadores e profissionais envolvidos com a ATES, os quais expressaram suas concepções a partir de seu universo e percepção. Nessa perspectiva foi dado enfoque para a assistência técnica no Assentamento Modelo através dos serviços de ATES no contexto das demandas e particularidades dos trabalhadores que convivem, constroem e compartilham a realidade dos assentamentos de reforma agrária. A análise dos dados teve como base e subsídio a revisão de literatura.

Para preservar a identidade dos entrevistados adotamos alguns critérios nos quais os coordenadores foram identificados por letras alfabéticas de A até D, para os profissionais adotamos as letras A e B, após as iniciais da profissão Assistente Social (A. S.). Os trabalhadores foram identificados pelas duas primeiras iniciais dos seus nomes.

A escolha dos informantes se deu a partir dos seguintes critérios: foram entrevistados preferencialmente os trabalhadores que moram no assentamento desde a constituição do mesmo, incluindo os que participaram da luta ainda no acampamento, e os que exercem ou exerceram função de liderança nos grupos e/ou associações comunitárias, contemplando nesse universo, homens, jovens e mulheres, beneficiários da assessoria técnica. Dentre os 11 entrevistados, 5 estão no assentamento desde o acampamento, 3 chegaram no máximo dois anos depois e os outros 3 vieram para o assentamento logo que foram construídas as casas, pois a mãe, o pai e o esposo, respectivamente, participaram da luta desde o acampamento.

Em relação aos critérios adotados para as instituições consideramos as

instituições que atuam no território do Mato Grande com assistência técnica no período 2004 a 2007, e que na composição das suas equipes multidisciplinares incluem ou incluíram assistentes sociais no período delimitado para o estudo. Assim, tanto as assistentes sociais entrevistadas quanto os coordenadores das instituições de assessoria trabalham com assistente técnica há mais de quatro anos, dentre os 6 entrevistados, 4 afirmam trabalharem com assistência técnica desde a segunda metade da década de 1990.

Nossa análise parte da perspectiva, de que os assentamentos se constituem uma demanda para o Estado brasileiro e, portanto, a assistência técnica nesses assentamentos é uma medida que pode subsidiar os trabalhadores rurais que têm a agricultura familiar como atividade principal e que para desenvolvê-la necessitam de incentivos, apoio e financiamento públicos.

No entanto, é importante analisar como a proposta teórica da PNATER no contexto do II PNRA se concretiza no Rio Grande do Norte, mas especificamente no Assentamento Modelo, município de João Câmara, território do Mato Grande. Trata-se de um estado com 167 municípios, uma população de 3.013.740 pessoas, das quais a população urbana corresponde a 2.319.217 e a rural 694.523 pessoas. A população rural do estado corresponde a 23% da população total (IBGE, 2007).

O presente trabalho foi organizado em cinco seções, na segunda seção⁸ abordamos um breve resgate histórico sobre a luta pela terra, com base em autores estudiosos da questão agrária, pontuando a importância e relevância da reforma agrária para a superação das desigualdades sociais, no campo e na cidade. Nessa seção buscamos destacar o surgimento dos assentamentos rurais, a luta dos trabalhadores rurais através de seus representantes legítimos, os sindicatos rurais e movimentos sociais do campo. Destacando as propostas dos governos federais voltadas aos trabalhadores rurais desde a década de 1960 até os dias atuais, suas implicações nos avanços e/ou recuos da reforma agrária no Brasil, demarcando épocas, sujeitos, interesses e projetos políticos, vigentes no Brasil, e suas repercussões no contexto do Rio Grande do Norte.

Na terceira seção fazemos uma discussão sobre os principais e atuais instrumentos de reforma agrária (II PNRA, PNATER, ATES), fruto das lutas e

⁸ Primeira seção - A primeira seção deste trabalho constitui a introdução.

reivindicação dos movimentos sociais do campo, assumidos pelo governo federal na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, como proposta para o enfrentamento das desigualdades sociais e como medidas de reforma agrária. O principal foco de discussão nessa seção é a assistência técnica e extensão rural no contexto brasileiro, pontuando o surgimento, a história e propostas dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, fazendo um contraponto entre a proposta da PNATER/2004, e a efetivação desta no Assentamento Modelo através da ATES.

A quarta seção apresenta a luta e resistência dos trabalhadores rurais que se instalaram no acampamento em 1994 na luta pela conquista do Assentamento Modelo, a partir da desapropriação da Fazenda Modelo, no qual vêm resistindo as precárias condições de vida que tem como causa principal a deficiência das políticas públicas básicas e a ausência de políticas agrícolas, crédito e de fomento para desenvolver e consolidar o assentamento com 14 anos de existência.

Nessa seção a pesquisa de campo possibilitou apreender a concepção dos coordenadores sobre a assistência técnica e extensão rural no contexto mais geral, considerando a proposta da PNATER/2004, tendo como enfoque o programa de ATES implementado no assentamento, a partir das concepções dos agricultores assentados e dos técnicos que compõem as equipes multidisciplinares do programa, sobre a assistência técnica, visões que em sua maioria são convergentes.

Ainda nessa seção os agricultores revelam sua realidade em relação aos créditos rurais, à infra-estrutura do assentamento. Emitem sua opinião sobre os programas governamentais e apresentam críticas. Falam, também, de esperanças e propostas para melhorar sua realidade no assentamento. O último ponto dessa seção expõe a experiência de trabalho do profissional de Serviço Social nas equipes multidisciplinares de assessoria técnica, social e ambiental ao assentamento de reforma agrária.

Nas considerações finais sintetizamos as principais conclusões sobre o objeto de estudo, e alguns dos desafios que interferem na efetivação da proposta da Assessoria Técnica, Social e Ambiental, a Reforma Agrária.

2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Realizar um estudo para refletir sobre a PNATER no contexto do II PNRA exige tecer uma reflexão sobre a questão agrária e seus desdobramentos, entre os quais a luta histórica dos trabalhadores do campo por reforma agrária. Luta que se faz e se refaz na história e nos acontecimentos que a demarcam, envolvendo sujeitos e interesses diversos e específicos, que têm em comum a história da luta, como elemento chave de interpretação e reflexão.

A concentração de grande quantidade de terras na mão de poucos gera diversas formas de conflitos no meio rural brasileiro, demarcando a luta entre os grandes proprietários de terra e os trabalhadores rurais. É no início dos anos 1960 que a reforma agrária se torna uma demanda ampla (MEDEIROS, 2002).

Assim, a discussão acerca dos planos e projetos de reforma agrária propostos para o Brasil é diversa e contraditória, possui conteúdo histórico complexo com importância social, econômica, política e cultural na realidade brasileira.

Conforme Araújo (2005), houve alguns momentos na história em que a discussão sobre reforma agrária teve mais expressão, como o período que o presidente João Goulart, anuncia as reformas de base, mas particularmente por se tratar do momento em que os camponeses se organizaram em Ligas Camponesas⁹ e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Período entre a segunda metade da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960, quando os trabalhadores do campo se constituem em sujeitos políticos coletivos, impondo sua presença no cenário nacional; na Nova República, quando do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, dentre outros.

Estes são momentos que despontam a possibilidade de ser efetivada a reforma agrária almejada e exigida pelos trabalhadores e pelos movimentos sociais, seus legítimos representantes. Porém, os grupos conservadores contrários à reforma agrária, que detém o poder econômico e político se opõem e têm saído

⁹ As ligas camponesas surgiram no Nordeste brasileiro, no estado de Pernambuco, com apoio do PCB, a partir da ação de "foreiros" que se organizavam numa associação de ajuda mútua, objetivando, além de fins sociais, garantir sua permanência na terra contra ameaças de expulsão por parte dos proprietários. Aos poucos elas se multiplicaram e se constituíram no símbolo da luta pela terra no Nordeste, ao mesmo tempo em que suas lideranças romperam com o PCB (Medeiros, 2002 p.19).

vitoriosos, impedindo sua efetivação.

Pensar o Brasil em seus aspectos político, econômico e social, nos remete pensar a possibilidade de uma política de reforma agrária para o país. Quando nos debruçamos sobre a história do país, mas especificamente, a história dos trabalhadores, a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo no campo, ou seja, a emergência da moderna propriedade da terra, com a Lei de Terras de 1850 ante a possibilidade do fim da escravidão o Estado se antecipa para assegurar o domínio dos grandes proprietários de terra, assim a nossa reforma agrária se dá através da colonização pública, e já começa desqualificada na sua origem com a prática de uma política agrária que tinha por objetivo assegurar a expansão da grande lavoura e não a redistribuição de terras (MARTINS, 2002).

A distribuição e posse das terras no país resultaram em grande concentração de terra por parte de um grupo, capitalistas que ao deter o poder econômico sentem-se autorizados a concentrar renda, terra e poder em aliança com o Estado, que se constitui “como espaço de síntese das relações sociais, sob a hegemonia do capital, o que implica uma diretiva de classe, mas incorporando demandas dos trabalhadores expressadas no processo da luta de classe”, luta que se desencadeia no âmbito de um Estado privatizado, clientelista e patrimonialista submetido à hegemonia do capital. (BEHRING, 2003).

O tema reforma agrária sempre esteve em pauta, e essa questão sempre envolveu muitas discussões, acordos e resistências. Aspectos que demonstram que a terra sempre esteve em disputa no Brasil.

Conforme Medeiros (2002), no início da década de 1960, com a emergência e rápido desenvolvimento das Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a possibilidade de reforma agrária parecia iminente. O avanço das lutas no campo, o processo organizativo a nível nacional coloca o tema reforma agrária no debate nacional.

No governo João Goulart a reforma agrária passa a compor as denominadas reformas de base. Entretanto, com o golpe militar os movimentos sociais foram esfacelados e as possibilidades de reforma agrária foram substituídas por um projeto de modernização da agricultura que privilegiou a grande empresa rural e os grandes proprietários de terra. O resultado da política do regime militar provocou a expulsão de milhões de trabalhadores do campo.

Nesse sentido, percebemos que os projetos de reforma agrária para o Brasil,

de caráter conservador, não atendem às reivindicações e necessidades dos trabalhadores, e historicamente vêm encontrando resistência por parte dos grupos conservadores que impedem sua implementação.

Segundo Araújo (2005), o projeto de “modernização conservadora” implantado e desenvolvido no país, nas décadas de 1960/1970/1980, pelo Regime Militar tenta abafar as demandas e as lutas dos trabalhadores em geral, particularmente dos trabalhadores do campo. Nesse período se projeta e se realiza um esplêndido desenvolvimento econômico para o país. Ocorreu o “milagre econômico”, e no que se refere à agricultura promoveu o aumento na produção agrícola, a modernização tecnológica beneficiando uma elite privilegiada.

Os trabalhadores rurais, em sua maioria, foram excluídos do acesso a terra e dos benefícios da modernização. Com o processo de desenvolvimento acelerado da agricultura, milhões de pequenos camponeses foram expulsos do campo, para as cidades à procura de trabalho, formando crescente índice de migrações, de subemprego, mendicância, agravando o inchamento das grandes cidades brasileiras. Segundo Graziano (1985), nos anos 1970, o setor agrícola expulsou quinze milhões de pessoas do campo para as cidades.

Apesar da forte repressão imposta pela Ditadura Militar, as lutas e reivindicações não pararam. Para Medeiros (2002), nos anos 1950 e 1960, a reforma agrária contava com o apoio de forças políticas e intelectuais vinculados ao projeto-nacional desenvolvimentista, o que vai mudar na década seguinte, ou seja,

Nos anos 1970 transformou-se em uma demanda embutida principalmente na persistência da luta pela terra. Nas reivindicações do movimento sindical e de assessores e intelectuais a ele ideologicamente ligados. Num contexto de forte repressão, ela foi abafada, mas nem por isso deixou de se fazer presente, alimentada por conflitos que se davam de forma dispersa e atomizada, fomentados por um ideal camponês que se configurava no modelo familiar de produção (MEDEIROS, 2002 p.26).

Corroborando esta afirmação Araújo (2005), aponta que as transformações ocorridas no campo, na década de 1970, pela expansão capitalista causam fortes tensões e alteram significativamente a vida dos trabalhadores rurais, muitos são expropriados de suas terras, enfrentam um cotidiano de violência, perseguição e até a morte de algumas de suas lideranças e de seus aliados, como ação extrema do

latifúndio e de grupos econômicos modernos que atuam nos negócios da terra, na tentativa de conter a luta dos trabalhadores.

Conforme Medeiros (2002), as grandes mobilizações populares, tanto urbanas quanto rurais, que acompanharam o fim do regime militar e o início da Nova República, reacenderam as esperanças em torno da realização da reforma agrária, ao mesmo tempo em que provocaram compromissos no sentido de colocar o tema como uma das questões centrais da Aliança Democrática. Neste sentido, Brum (1988) afirma,

A Reforma Agrária só tem sentido e viabilidade no contexto de um projeto histórico nacional. Integra a política agrícola, que, por sua vez, é parte integrante da política econômica global e do projeto de sociedade que se quer construir. (BRUM, 1988, p.10)

O mesmo autor conceitua reforma agrária como, a intervenção do Estado no setor agrícola, para promover uma mudança na estrutura agrária e a distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola. Nessa visão,

Não se confunde reforma agrária com mudanças naturais ou espontâneas do perfil fundiário de um país, ou região, impostas pelo crescimento econômico e por suas crises; trata-se, sim, de uma opção governamental, uma decisão política e planejada para orientar o desenvolvimento de acordo com determinada linha de pensamento (BRUM, 1988 p.13).

A história da ocupação da propriedade da terra no Brasil e dos conflitos no seu interior demonstra a urgência da reforma agrária necessária, tendo em vista, não apenas o desenvolvimento econômico, como ocorreu durante o Regime Militar, em que segundo Palmeira *et al* (2004),

[...] prevaleceu, inequivocamente, a vertente do ‘desenvolvimento agrícola’ em detrimento da ‘reforma agrária’ do estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas. (PALMEIRA *et al*, 2004, p. 38).

Naquele momento o que houve foi uma “modernização conservadora da agricultura” que beneficiou os grandes proprietários de terra e as grandes empresas, como aponta a vasta literatura sobre esse tema.

A partir de 1985, com o fim da ditadura e a transição para a Nova República

ocorreu o processo de reestruturação política do país, houve nova tentativa de implantar um programa de reforma agrária, baseado no Estatuto da Terra. Diante das pressões populares, e do compromisso assumido quando do acordo político para eleger Tancredo Neves, o Governo Sarney, seu vice-presidente, logo que assumiu a Presidência da República cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD.

Em maio desse mesmo ano é realizado o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e na oportunidade em que os trabalhadores reivindicavam a reforma agrária, o Governo Sarney lança publicamente o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA da Nova República, que segundo Medeiros (2002), contou, quando da sua elaboração, com a participação de conhecidos defensores da reforma agrária, dentre estes, José Gomes da Silva, de dirigentes e assessores sindicais ligados à CONTAG. No I PNRA a reforma agrária constituía teoricamente uma das prioridades do novo governo.

Entretanto, a criação do MIRAD e o lançamento do I PNRA as duas medidas tomadas pelo Governo Sarney, não materializaram a reforma fundiária necessária, reivindicada pelos trabalhadores naquele momento. As discussões que se travaram em torno dessa proposta foram muitas e também carregadas de contradições e divergências.

O PNRA da Nova República tinha como objetivo geral 'Mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso (da terra) que atenda aos princípios da justiça social e aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural' (SILVA, 1985, p.76).

A proposta do PNRA que se baseou nas possibilidades de desapropriação estabelecidas no Estatuto da terra encontra críticas por parte das forças que representam os segmentos dos trabalhadores como a CONTAG, o MST e a CUT. Mas principalmente resistências dos grupos econômicos e proprietários fundiários, que havia se beneficiado largamente com as políticas de incentivos fiscais, crédito fácil e barato, implementados pelo Estado ditatorial.

Enquanto a CONTAG apoiou a proposta, deu um voto de confiança ao novo governo e descartou as ocupações de terra, o MST, no mesmo dia de seu anúncio, fez uma série de ocupações no Oeste de Santa Catarina, visando

realizar uma demonstração de força, sinalizar sua desconfiança em relação às promessas do novo governo, pressioná-lo a cumpri-las, mas também se colocar como principal porta-voz dos “sem terra” e da luta por reforma agrária (MEDEIROS, 2002, p.32).

Nesse momento de abertura política, após 20 anos de ditadura militar, o país vivencia um rico processo de democratização da sociedade, ganha força os movimentos sociais, no mesmo universo convivem as duas forças, com interesses opostos, segmentos da sociedade organizada e os grupos políticos e econômicos que detêm o poder. Daí a implementação do I PNRA ter sido marcada por tentativas e resistências, e sua proposta só foi colocada em execução, após várias reformas, dentre outras, a revisão de metas previstas. Conforme Palmeira,

A versão definitiva do PNRA eliminou as metas de médio e longo prazos e transferiu para os Planos Regionais de Reforma Agrária - PRRA a tarefa de fixar áreas prioritárias. Foram, para tanto, constituídas comissões agrárias nos estados, gerando a esperança em alguns setores pró-reforma agrária de que se pudesse chegar a um zoneamento mais democrático. As comissões agrárias e os planos regionais de reforma agrária não resistiram à pressão dos grupos conservadores e rapidamente se esvaziaram (PALMEIRA *et al*, 2004, p.39).

Nesse contexto, mais uma vez a reforma agrária defendida pelos trabalhadores não se realiza. Segundo Palmeira, o que ocorreu, nesse momento, foram desapropriações em número bem significativo, comparado ao período do regime militar, denominado pelo autor de “desapropriações não sistemáticas e não planejadas”.

Que se desenvolveram mais livremente e espalharam-se mais rapidamente, na vigência de um regime político democrático. Esse processo não foi revertido mesmo com a reação ruidosa e muitas vezes violenta dos grandes proprietários, o esvaziamento do PNRA, as limitações impostas (não sem ambigüidades) pela Constituição de 1988 às desapropriações e as sentenças do judiciário garantindo a latifundiários desapropriados valores de mercado por suas terras (PALMEIRA *et al*, 2004, p.39).

Em meio à tentativa de execução do PNRA, inicia-se a Constituinte, um processo que compõe diversas forças e uma exigência da sociedade pela democracia e na luta para que a Constituinte inclua leis na defesa dos interesses dos trabalhadores que permitam, dentre outros direitos, a realização da reforma

agrária. Contudo, a esperança depositada na Nova Constituição também não se materializou da forma como era reivindicada pelos movimentos sociais e forças democráticas a eles aliadas, pois o texto da Constituição de 1988, que se refere à reforma agrária apresenta bloqueio à possibilidade de realização da mesma. Diante dessa realidade, os trabalhadores continuaram suas lutas, que vêm desde a década de 1950 antes do I PNRA, ampliadas e intensificadas nos anos 1980 e 1990.

Em suas lutas os trabalhadores rurais têm como principais instâncias de representação o movimento sindical, que surge no início dos anos 1960 na conquista de lutas sociais no campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, fundado na década de 1980, a Igreja e outros aliados que foram surgindo no decorrer da história das lutas em defesa de uma reforma agrária que atenda às necessidades dos trabalhadores e promova o desenvolvimento econômico, social e político, voltado, principalmente, para as demandas da classe trabalhadora. A forte correlação de forças e resistência geradas por essa problemática, tem apresentado impasses que dificultam a efetivação de uma proposta na perspectiva dos trabalhadores e de suas representações.

2.1 Questão agrária e assentamentos rurais

A reflexão de Araújo (2005, p.15), em relação ao contexto em que emerge os assentamentos, destaca que “no processo de construção do assentamento, a necessidade de políticas públicas torna-se crucial para assegurar a sua continuidade”.

Assim, para a autora os assentamentos resultam das demandas dos trabalhadores por terra e por reforma agrária e que a isso o Estado se ver obrigado a atender, embora só o faça em parte, pois ao desapropriar as terras e fazer a imissão de posse nem sempre assume as políticas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos, o que faz os trabalhadores retomarem as lutas por políticas públicas para assegurar a construção do assentamento. Esse embate obriga o Estado a prover benefícios, políticas de fomento e políticas sociais, tendo em vista não somente atender às reivindicações dos trabalhadores, mas também conter as lutas.

Nesse sentido, uma vez conquistada a terra, inicia-se o processo de construção do assentamento, o qual demanda a efetivação das políticas públicas

básicas, tais como: educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, etc., além das políticas de fomento para desenvolver a agricultura. Entretanto, os programas de reforma agrária, historicamente, ainda não têm assegurado, na prática, de forma efetiva, tais políticas.

Nesse contexto, Araújo (2005, p.93) afirma, “os assentamentos são, pois, o resultado de um longo processo, no qual a marca da exclusão dos trabalhadores rurais estivera sempre presente, mas também a busca de seu rompimento e da constituição de uma identidade”.

Assim, os assentamentos são um universo de contradição e constante luta e, portanto, as contradições e complexidades que fazem parte da história da luta por reforma agrária e melhores condições de vida tem os assentamentos como uma das suas faces. Mesmo diante das amplas lutas, o Estado não tem implementado políticas abrangentes que atendam às necessidades inerentes à criação e ao desenvolvimento dos assentamentos ditos de reforma agrária.

Assim, as medidas que resultaram nos assentamentos do período democrático, mesmo sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária “massiva” (como exige o movimento dos trabalhadores), foram adotadas sob pressão desses movimentos que, dispondo de maior liberdade para operar, não se contentaram em buscar soluções para conflitos já instalados, mas, através da adoção de táticas de luta como ocupações coletivas de terras, acabaram por forçar o governo a desencadear um processo de reforma agrária, com “pacotes” de desapropriações (PALMEIRA *et al*, 2004, p.63)

Desse modo, as ações de reforma agrária que vêm sendo implementadas pelos governos nos últimos anos não correspondem ao que os trabalhadores, através das entidades que os representam, vêm reivindicando. O que o poder público tem realizado são “medidas, pacotes,” ações isoladas que não chegam a todos os assentamentos, resumindo-se a investimentos localizados, sem mudanças significativas na estrutura fundiária e na vida dos assentados.

Além disso, há um contingente de agricultores, familiares e de sem terra que não foram incorporados aos processos de reforma agrária, o que pode ser identificado pelo grande número de trabalhadores sazonais, muitos submetidos a trabalho escravo e um grande número de famílias que segundo o MST, corresponde a 150 mil famílias que continuam acampadas, enquanto isso o governo continua favorecendo o agronegócio (ATHAYDE; MARTINS, 2007).

Apesar da existência de um número considerável de assentamentos ainda parece difícil alterar a estrutura fundiária brasileira. Para os estudiosos que defendem a reforma agrária, o país tem uma estrutura fundiária arcaica, injusta, concentradora de terras e de renda, e socialmente excludente, e, portanto, a efetivação de reforma agrária implica uma ação direta sobre os problemas que a sociedade enfrenta e não consegue superar, trazendo como consequência, principalmente o desemprego, a violência urbana, favelas, dentre outros infortúnios que tanto inquietam o povo brasileiro.

Segundo dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Brasil tem atualmente 7.400 assentamentos decorrentes das ações de Reforma Agrária espalhados pelo país. As áreas ocupadas por esses assentamentos totalizam 72 milhões de hectares, nos quais vivem cerca de 800 mil famílias.

Dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA apontam que na região Nordeste está o segundo maior número de famílias assentadas no período de 1995 a 2006, só perdendo para a região Norte onde se encontra o maior número. No Nordeste são 310.498 famílias assentadas nesses últimos 11 anos. No Rio Grande do Norte foram assentadas 21.608 famílias¹⁰ nesse mesmo período.

É esse o contexto atual em termos quantitativos da reforma agrária no país, no Nordeste e no Rio grande do Norte. Assim, é pertinente situar o debate sobre o sentido e a dimensão das lutas que resultam nos assentamentos rurais, bem como os principais sujeitos partícipes dessa luta.

O debate sobre a reforma agrária no Brasil envolve diferentes atores. Conhecer sua trajetória e posições em relação ao tema, bem como o seu lugar no campo do debate, é fundamental para que se possa entender os termos em que a discussão sobre a questão agrária foi colocada nos últimos anos e as articulações que se fizeram e que deram corpo à crítica ao programa de reforma agrária de mercado, iniciado em meados dos anos 1990 (MEDEIROS, 2002, p.43).

Conforme a autora, o sindicalismo rural, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, organizações não governamentais e entidades patronais, são os principais atores nesse cenário, os quais participam junto aos trabalhadores nas importantes lutas ocorridas no país, apoiando os

10 Em um documento fornecido pelo INCRA/RN, em julho de 2008, na ocasião da pesquisa documental, consta 19.489 famílias em assentamentos federais.

trabalhadores rurais nas suas conquistas e avanços.

De acordo com Araújo (2005), mesmo com as lutas, continua o impasse da questão agrária, envolvendo sujeitos e interesses distintos, portanto, para a autora,

A questão agrária compreende relações de poder econômico e político-cultural entre diferentes sujeitos com interesses e perspectivas diferenciados em torno da propriedade da terra e seus múltiplos usos no capitalismo e, sobretudo, na particularidade brasileira. (ARAÚJO, 2005, p.13)

Contudo, a autora assinala que não é consenso a existência de uma questão agrária entre os que estudam a agricultura no país, porém sua linha de análise, na qual se pauta nosso estudo, assegura a sua existência e, portanto, necessidade de enfrentá-la, afirmando que a persistência da questão agrária requer para o seu enfrentamento a realização de reforma agrária.

Assim, os trabalhadores continuam suas lutas, reivindicações e ações por reforma agrária. Segundo Medeiros (1995, p.50), as ações do MST durante os anos 1980 e 1990 possibilitou a este Movimento “se impor progressivamente como portavoza da demanda por reforma agrária no Brasil ao mesmo tempo abrindo espaços de negociação com os poderes públicos”, daí a questão agrária possuir relação intrínseca com as lutas assumidas pelo MST, o qual surge na década de 1980, sendo oficialmente criado em 1984 e tendo como propósito a luta por uma reforma agrária que atenda aos interesses e às necessidades dos trabalhadores rurais do Brasil. Neste sentido, a referida autora afirma,

As ações desse movimento, apresentaram nesse período inúmeras facetas, que vai desde a produção de fatos políticos, com recorrência de mobilizações, acampamento e ocupações, envolvendo grande número de pessoas, propiciando uma visibilidade às lutas por terra; um trabalho cotidiano e molecular de fortalecimento dos assentamentos, quer na esfera produtiva (através da criação de cooperativas, por exemplo), quer na política; formação de lideranças, constituindo e liberando quadros para expandir as ações do MST em outras regiões; início de um esforço de divulgação do movimento nos meios de comunicação, de forma a legitimá-lo perante a opinião pública (MEDEIROS, 1995, p. 50).

Assim o MST se constitui sujeito central no processo das lutas sociais rurais, um movimento organizado com capacidade de mobilizar grande número de famílias na luta e na resistência enfrentando o latifúndio e o Estado autoritário que se impõem na defesa da propriedade privada, contendo os conflitos que surgem no

processo de luta por reforma agrária em todo o país.

O que se percebe nessa trajetória é uma imensa “dívida social” do Estado e da sociedade para com os trabalhadores e apesar dos esforços do atual governo federal, que implantou um programa de combate à pobreza, o Fome Zero, visando atuar sobre as demandas sociais mais urgentes não tem conseguido chegar à raiz dos problemas o que exige ainda muita luta, na defesa da reforma agrária. É um contexto que confirma a argumentação de Martins (2002) da questão agrária como uma questão cíclica, a qual se expressa em demandas sociais e políticas igualmente cíclicas.

2.2 O percurso da reforma agrária no Brasil

Foram muitos os processos de luta, entraves e avanços vivenciados pela sociedade brasileira, nas três últimas décadas. Dentre outros processos, destaca-se a luta dos movimentos sociais na defesa da democracia, na luta por eleições diretas para presidente da república, fechando a década de 1980 com a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Estiveram à frente nessa luta os vários movimentos sociais, inaugurando assim, a década de 1990 com a implementação de importantes leis (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei Orgânica da Saúde - LOS), dentre outras, o que significou vitória para os trabalhadores, apesar dos limites quando da efetivação dessas conquistas na vida em sociedade.

Nesse contexto, a bandeira da reforma agrária continuou sendo uma questão central para os trabalhadores do campo. Segundo Martins (2003),

A reforma agrária tem constituído uma política de correção dos efeitos sociais danosos da tendência à concentração da propriedade da terra, e essa tem sido uma marca da política fundiária brasileira desde o império. De certo modo, a reforma agrária brasileira, mais do que uma correção das tendências concentracionistas do regime fundiário, tem por objetivo corrigir os efeitos sociais dessa concentração nas relações de trabalho (MARTINS, 2003, p.28).

Em sintonia com o autor, entendemos que somente a realização de uma reforma agrária ampla que interfira no regime de propriedade, responsável pela concentração da terra em poucas mãos, pode atender às demandas dos

trabalhadores do campo. Assim, luta-se por uma reforma agrária que torne a propriedade da terra acessível a um número crescente de trabalhadores e que altere as relações de trabalho.

Para o MST, a reforma agrária necessária para o Brasil só será possível, com a superação do atual modelo econômico vigente. As relações nas quais persiste a exploração do capital sobre o trabalho não comportam distribuição de terra, renda e riqueza. Essas relações que resultam desse modelo econômico vigente tornam impensável a igualdade e a justiça social. (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 2008).

Na década de 1990 o tema reforma agrária passa a compor a agenda e os programas dos diversos partidos políticos, que os incorporam pelo menos no discurso. O que não significa, necessariamente, tratá-lo efetivamente na prática (LEITE, 1999).

Assim, as reivindicações, lutas e conflitos continuam a pressionar os governos eleitos diretamente pelo povo, portanto democráticos. Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto popular sofreu o impeachment em 1992, sendo substituído por Itamar Franco e, em seguida foi eleito Fernando Henrique Cardoso. Estes constituem os sucessores do primeiro governo da Nova República e comandaram o país durante toda a década de 1990. E nesse contexto,

O debate sobre a reforma agrária cresceu mais uma vez e, após a aprovação da Lei Agrária, desencadeou-se um novo ciclo de demandas por terra e de ocupações. Nesse novo contexto, pós-impeachment de Collor, as desapropriações foram retomadas pelo governo federal, ao mesmo tempo em que se iniciou uma abertura de diálogo com os demandantes de terra, sendo nomeadas para a direção do Incra pessoas com trânsito e respeitabilidade entre os movimentos sociais (MEDEIROS, 2002, p.39).

As mudanças ocorridas nessa área durante o governo Collor de Mello e seu substituto, Itamar Franco, se deram por força e pressão dos movimentos sociais. Segundo Leite (1999), na campanha de Fernando Henrique Cardoso, realizada em 1994, a temática reforma agrária não se constituía em foco prioritário do programa de base de partidos coligados.

Entretanto, as pressões dos movimentos sociais, reivindicações, lutas e conflitos se aprofundaram nacionalmente numa dimensão significativa na história da luta por reforma agrária, mas só após os massacres de Eldorado de Carajás (17 de

abril de 1996) e Corumbiara (09 de agosto de 1995) é que Fernando Henrique Cardoso, pressionado por 45 países chama às pressas o presidente da CONTAG e cria um ministério para a reforma agrária, Araújo (2005). As lutas se intensificam forçando o governo a adotar medidas e ações assentando no seu primeiro ano de governo 30.716 famílias.

Medida que continuou nos anos seguintes do seu governo. No último ano do seu primeiro mandato e no primeiro ano do segundo assentou, respectivamente, 98.740 e 99.201 famílias (PNRA, 2003), número que se aproxima da meta da primeira gestão do governo Lula, que é 115.000 famílias/ano.

A literatura sobre reforma agrária, nesse período, aponta que as medidas de Fernando Henrique Cardoso, nesse sentido, foram medidas quantitativas que podem ser consideradas, numericamente, superior a todas as ações de reforma agrária já realizadas no país até aquele momento, porém, não contou com uma infra-estrutura necessária e compatível com o número de assentamentos e de famílias, o que faz serem suas iniciativas classificadas como medidas pontuais e focalizadas, sendo importante destacar que,

Somente após pressão dos movimentos sociais rurais e de setores organizados é que a malha burocrática do governo federal passou a incorporar medidas diretamente relacionadas ao assunto, inclusive retirando os órgãos competentes da estrutura anti-reforma agrária do Ministério da agricultura e o programa de assentamentos da perspectiva eminentemente assistencial do programa Comunidade Solidária para transferi-los a um ministério extraordinário, diretamente vinculado à Presidência da República. Para tanto, foram ainda necessários, além do aumento do número de ocupações de terra, os lamentáveis episódios de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, que chocaram a sociedade brasileira e a comunidade internacional. (LEITE, 1999, p.170)

Para o autor, esse processo não permite qualificar-se rigorosamente como reforma agrária. Configurando-se uma,

[...] política de assentamentos, que pontualmente e setorialmente, tem forçado o governo a dar resposta às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, os mais diversos, num período de pelo menos quinze anos para cá, agindo, de certa forma, diferencialmente ao longo desse percurso temporário. (LEITE, 1999, p.170)

Na concepção do autor não existe um programa formalmente designado de reforma agrária,

[...] Nem existe o programa, nem o mesmo foi objeto de negociação prévia com a sociedade civil e suas organizações diretamente relacionadas ao assunto. Grosso modo, poderiam ser apontadas algumas linhas, alguns

vértices de intervenção da política pública. (LEITE, 1999 p.170/171)

O autor destaca, ainda, alguns programas (Lumiar, Procera, Pronera, dentre outros.)¹¹ desenvolvidos pelo governo federal, os quais deveriam ser pensados à luz de um conjunto maior de políticas públicas e adverte para que o programa de crédito fundiário não seja confundido com reforma agrária, pois são medidas diferentes com objetivos distintos, o que os impedem de ser designados como reforma agrária.

Apesar de o governo não abrir o diálogo para a viabilidade de elaboração de uma política ampla e pública de reforma agrária, por força e pressão dos movimentos sociais teve que incorporar em seu governo medidas de viabilidades, assentando um número significativo de famílias, fruto da necessidade de respostas dos órgãos competentes à intensificação do processo de luta por terra no país e aos eventos que marcaram a agenda política nacional, como marchas, massacres aos trabalhadores pela própria polícia, a exemplo de Carajás e apoio da opinião pública aos trabalhadores naquele momento (LEITE, 1999).

Nesse cenário, a adesão do governo de Fernando Henrique Cardoso ao “projeto do grande capital”, priorizando a privatização de empresas nacionais, a contra-reforma do Estado e outras ações características do seu governo contracenaram com os cortes de recursos para a área social, aprofundando ainda mais a desigualdade e a injustiça social, marcas históricas do Brasil.

A década seguinte apresenta um novo contexto, em 2003, o início de um governo de origem operária popular mobiliza a esperança de milhões de brasileiros, eleito, dentre outros elementos, com base na insatisfação e conseqüências do projeto da contra-reforma no país, implementado nos dois mandatos de Fernando

11 LUMIAR - projeto do governo federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária, uma experiência de assistência técnica que teve pouca duração (1997-2000). PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, segundo Leite, resultou de uma conquista dos trabalhadores que Fernando Henrique Cardoso extinguiu. PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, tem como objetivo ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. O PRONERA é uma parceria do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

Henrique Cardoso (BEHRING, 2003).

É nesse contexto de esperança e crise que tem início o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no qual emerge o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, cujo conteúdo teórico propõe dar respostas as lutas e demandas dos trabalhadores que ficaram excluídos do acesso a terra e dos benefícios da modernização.

A materialização da proposta do II PNRA é reafirmada em 2004 na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, que referenda o II PNRA e assegura assistência técnica aos trabalhadores que estão nas áreas rurais do Brasil.

O II PNRA é o atual instrumento norteador da política de reforma agrária, suas metas firmam o compromisso de uma ação, no sentido de possibilitar o desenvolvimento e fortalecimento dos assentamentos rurais e da agricultura familiar.

Há atualmente duas concepções distintas quanto ao avanço das medidas de reforma agrária. Para o MDA, Ministério responsável pelas medidas de reforma agrária, houve muitos avanços no processo, as metas do PNRA vêm sendo cumpridas, desde 2003. Para os movimentos sociais, as propostas em torno da reforma agrária têm caminhado a passos lentos desde 2003, um ritmo que está praticamente limitado à meta de assentar 100 mil famílias/ano (Comissão Pastoral da Terra, 2008).

Existem muitas indagações quanto aos entraves que impedem o governo de avançar no processo de reforma agrária. Temos, dentre outras, a força e a pressão da bancada ruralista no Congresso Nacional, a questão dos índices de produtividade, que foram atualizados há 32 anos. Além do discurso de que a reforma agrária tem um custo muito elevado, por parte dos grupos políticos e econômicos, contrários à proposta, favoráveis ao agro-negócio e que têm sido beneficiados com a maior parte dos recursos federais disponibilizados para a agricultura.

É evidente que o Brasil precisa avançar nesse processo, e segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, fazer reforma agrária não implica em custos extremamente elevados.

O ministro do MDA, engenheiro civil, Guilherme Cassel, em entrevista afirmou que pelo levantamento realizado em todas as regiões do país, o custo da reforma agrária não é alto. Segundo o ministro, o investimento nesta área gera mais empregos do que qualquer outra atividade no país. O mesmo assegura que, “é hoje

o investimento que mais gera trabalho e renda. Tem um retorno muito rápido, mais rápido do que qualquer outro setor”. Para o ministro mesmo que o custo aumente “em função do encarecimento das terras, a reforma agrária é um investimento barato para o governo, e deve ser feita em todas as regiões do país” (GLASS, 2007).

2.3 Questão agrária no Rio Grande do Norte e no Território do Mato Grande

As determinações históricas e políticas da questão agrária no Brasil, certamente se particularizaram nos contextos regionais, e dependendo principalmente do nível de concentração de terra, das ações governamentais, do nível de organização e necessidades da classe trabalhadora, em cada região vão se delineando os conflitos. O número de famílias assentadas na região Nordeste nos últimos dez anos explicita o aprofundamento da questão agrária nessa região.

A região Nordeste composta por 9 (nove) estados, possui uma população total de 40.060.034 habitantes, destes, 26.005.703 correspondem à população urbana e 14.054.331 à população rural (Censo Demográfico de 2007-IBGE).

Apesar da crescente mobilização das pessoas que saem do campo para as cidades, a população rural da região corresponde a 35% da população total, ou seja, mais de um terço da população do Nordeste continua no meio rural. Essa realidade justifica a necessidade de reforma agrária, pois o número de pessoas que precisam de terra e de políticas públicas específicas para o campo ainda é bastante expressivo. Muitas famílias que migram para as cidades buscam o acesso às políticas básicas como educação, trabalho, saúde.

Partimos do pressuposto de que a situação dos assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Norte e na região Nordeste não diverge dos demais existentes no país, e mesmo com as modificações ocorridas nas relações sociais de produção, no Nordeste brasileiro, para Palmeira *et al* (2004, p.52), “dois elementos permaneceram praticamente inalterados desde o início da colonização: a pobreza da população trabalhadora rural e a elevada concentração de terra e do poder”. Segundo Araújo, (1992),

As velhas estruturas socioeconômicas e políticas têm na base fundiária um de seus principais pilares de sustentação aspecto que favorece as oligarquias nordestinas, proprietárias das áreas de antiga ocupação e sempre bem situadas nas estruturas de poder. (ARAÚJO, p.137-138, 1992).

Nesse aspecto, os prejuízos causados aos trabalhadores pelos processos socioeconômicos e político de modernização constituem-se em vantagens e fortalecimento das velhas estruturas, bem como na histórica acumulação privada dos bens produzidos sob a exploração capitalista.

Essa relação de exploração na região e nos estados do Nordeste gera demandas sociais, dentre outras demandas tem destaque o surgimento dos assentamentos rurais. As pesquisas sobre os assentamentos identificam inúmeras dificuldades, com infraestrutura deficitária, políticas públicas focalizadas que não atendem às necessidades da população assentada a qual convive cotidianamente com a falta de alternativas de trabalho para manter suas famílias.

Esse contexto reflete-se no expressivo número de assentamentos na região do Mato Grande o resultado da luta dos trabalhadores, que se deu com fortes conflitos entre estes e proprietários de terras, iniciados na década de 1970, sendo acentuados na década de 1980. Nessa região já ocorreu uma série de conflitos com assassinato¹² de trabalhadores, os conflitos e lutas dos trabalhadores favoreceu o surgimento dos assentamentos.

Vários estudos¹³ sobre a trajetória e luta dos trabalhadores rurais foram realizados nessa área. Apesar de alguns avanços, as ações do Estado no sentido de fortalecer os assentamentos ainda são tímidas e há necessidade de políticas mais consistentes integradas e articuladas entre as instâncias municipais, estaduais e federais, com maior alcance no que diz respeito ao atendimento das demandas dos trabalhadores assentados.

A questão agrária no Rio Grande do Norte é parte e expressão da questão agrária no Nordeste e no Brasil, conforme visto anteriormente, na qual se tem um processo de exploração, expropriação e violência exercido sobre os trabalhadores pelos grandes proprietários de terras. Para Martins, (2002, p. 181) “a questão agrária vem se tornando entre nós uma questão cíclica, que se expressa em

¹² Dentre os inúmeros conflitos ocorridos na região, tem destaque o caso Lagoa do Sal, que com a desapropriação do imóvel a favor dos trabalhadores resultou no assassinato de um de seus líderes pelo capataz do dono da propriedade (ARAÚJO,1992).

¹³ ARAÚJO, Severina Garcia de. Terra e Poder:a luta pela terra no município de Touros-RN,1992. SILVA, Paulo Roberto Palhano. Novo Momento na Luta pela Terra: quando o patrão sai de cena,1995, dentre outros.

demandas sociais e políticas igualmente cíclicas”.

Neste sentido, Araújo (2005)¹⁴ faz uma análise do processo dos conflitos que configuram a questão agrária no Rio Grande do Norte. Em sua discussão a autora destaca a dimensão que o processo de reforma agrária toma no Estado, a conjuntura econômica, política e social na qual se dá o processo de luta dos trabalhadores rurais, o qual se intensifica, conforme a conjuntura posta,

Assim, a história da ocupação da terra e de constituição do estatuto da propriedade da terra no Rio Grande do Norte não é diferente dos demais estados do país. Trata-se de processo tenso e conflituoso no qual o Estado privilegia a grande propriedade e seus detentores, ignorando, quase sempre, a existência dos vastos segmentos de trabalhadores que sobrevivem historicamente do trabalho na terra (ARAÚJO, 2005, p. 37).

Segundo essa mesma autora, a história dos trabalhadores rurais do Brasil marcada por lutas no enfrentamento da violência, opressão e autoritarismo que os proprietários de terra imprimem sobre os trabalhadores rurais, é realidade também no Rio Grande do Norte, onde os conflitos são intensificados a partir da segunda metade dos anos de 1980, e, portanto,

A intervenção do governo federal, nos diferentes momentos de acirramento das lutas, tem se resumido a medidas pontuais, de forma a manter o monopólio fundiário sob o pacto que o Estado mantém historicamente com as classes dos proprietários fundiários e com os detentores do capital em seu conjunto (ARAÚJO, 2005, p.35).

Nesse sentido, é perceptível que a intervenção do Estado nas diferentes instâncias (municipal, estadual e federal) não se dá em prol dos trabalhadores, enquanto classe explorada, nesse caso a intervenção do Estado ocorre de modo a manter e reproduzir o domínio dos proprietários de terra e de poder sobre os trabalhadores. Ou seja, um Estado “máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores” (NETTO, 1993 *apud* BEHRING, 2003, p.286).

Segundo Behring (2003), a modernização do Estado brasileiro não incorporou os interesses e necessidades da classe trabalhadora e essa situação foi aprofundada pela contra-reforma do Estado dos anos 1990, gerando assim,

¹⁴ Cf. Assentamentos Rurais: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política, Araújo, 2005 p.27-60

A falta de políticas públicas com a perspectiva de um Estado como mediador civilizador. A partir da eleição do mercado como *locus* da coesão social, o Estado desencadeia intervenções e políticas voltadas para o fortalecimento do mercado (BEHRING, 2003, p. 286).

Na análise da autora, essa é a postura do Estado, mais comprometido com as questões econômicas, com as privatizações e “reformas”, caracterizadas por ela, como “uma contra-reforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas”.

Nessa perspectiva, a contra-reforma do Estado impossibilitou a implementação de políticas sociais e outras políticas públicas voltadas aos trabalhadores, dado a “direção político-econômica” dos governos, que não optaram pela possibilidade de planejar e implementar políticas públicas abrangentes e adequadas à população. E essa opção mantém inalterado o quadro da situação fundiária e outras pendências quanto à ação do poder público e sua capacidade de responder às necessidades da classe trabalhadora no país e que se particulariza no Rio Grande do Norte, no sentido de assegurar direitos básicos fundamentais.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.156)

Esse é o contexto geral das políticas sociais e das políticas públicas direcionadas aos trabalhadores, o qual nos remete pensar a questão agrária no Rio Grande do Norte, tendo como referencial os instrumentos formais oficiais que apontam a direção da política agrária no Estado, e sua efetivação junto aos sujeitos, público-alvo, que demanda tal política, os trabalhadores rurais.

Atualmente, o instrumento oficial norteador da reforma agrária no Rio Grande do Norte é o Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA-RN, o qual foi elaborado em 2004, sua construção contou com a participação e contribuição de ONGs, movimentos sociais e instituições governamentais e não governamentais que num processo de discussão elaboraram elementos da proposta. Esta se encontra

referendada no documento oficial – O PRRA-RN, tendo sido encomendada pelo INCRA a um grupo de professores do departamento de ciências sociais da UFRN, sob a coordenação do professor Aldenor Gomes da Silva. Esse processo ocorreu de forma democrática e descentralizada, o que parece quebrar a histórica tradição autoritária dos organismos estatais na relação com os trabalhadores, pode ser visualizado no próprio plano.

Iniciou-se com a sensibilização dos movimentos sociais, ONGS e instituições governamentais acerca da necessidade de se construir um Plano que estabeleça os eixos norteadores do programa de Reforma Agrária para o estado, seguido da definição da metodologia adequada para a construção do mesmo. Nesse sentido, realizou-se um seminário estadual bastante representativo que definiu, dentre outras coisas, a realização de seis seminários microrregionais em cidades pólo, os quais contou com uma média de 100 participantes (dirigentes de associações, de sindicatos e assentado (a) (BRASIL, 2004, p.6).

Após esse processo que culminou na construção do PRRA-RN, o qual “foi pactuado com as principais instituições governamentais nas esferas federal, estadual e municipal,” as instituições e organizações que participaram de sua construção validaram e concluíram o referido documento. O PRRA-RN apresenta 10 temáticas centrais, dentre outras podemos destacar o acesso a terra - desenvolvimento rural - qualidade de vida - Projetos de Assentamento (PA) – intervenção fundiária e desenvolvimento territorial. Nossa discussão, conforme já assinalado anteriormente enfatiza a temática Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), que aparece no PRRA-RN como sub-tema do item Projetos de Assentamento. Assim O programa de ATES que está sendo implementado junto aos PAs no Estado vem sendo executado com recursos provenientes do INCRA, Projeto Dom Helder Câmara-PHDC¹⁵ e do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF¹⁶. (INCRA, 2004, p.34)

¹⁵ É uma Ong que vem desenvolvendo experiências e ações estruturantes com o objetivo de Incentivar a Reforma Agrária e fortalecer a Agricultura Familiar no semi-árido nordestino, investe principalmente na organização dos espaços de participação social.

¹⁶ PRONAF- Segundo Bastos (2006), esse programa nasceu da luta histórica dos sindicatos rurais e de suas representações em nível estadual e nacional, recebendo , ainda, o apoio decisivo de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). segundo o autor as pressões dos organismos internacionais sobre o governo brasileiro foram importantes para a criação do PRONAF que se deu num momento em que cresciam os conflitos por terra no campo, liderados pelo MST.

A implementação desses programas e atuação das instituições que os desenvolvem no Estado, tem abrangência em 5 regiões (Oeste, Vale do Açu, Mato Grande, Litoral e Serra de Santana), apresentadas no PRRA-RN como áreas reformadas cuja,

Concepção tem como pressuposto a idéia de território, enquanto suporte para uma rede de proteção social e de políticas estruturantes que promovam transformações de ordem econômica e social, integradas à população local, às demais famílias rurais e às instituições pré-existentes. São áreas prioritárias para construção de arranjos institucionais adequados à operacionalização dessas intervenções (INCRA, 2004, p.36).

Para demarcação dessas áreas foram considerados critérios como proporção de famílias assentadas em relação à tensão social, a oferta de terras em aquisição e adquiridas, a proporção de áreas com grandes propriedades improdutivas, dentre outras (INCRA, 2004).

As áreas reformadas constituem territórios que demarcam a dinâmica na qual são implementadas e consolidadas ações que visam transformar a realidade em sua dimensão econômica, política, social e cultural. Assim, é importante compreender o território numa perspectiva de construção, afirmação e fortalecimento das ações, considerando a correlação de forças, contradições e mediações inerentes às relações sociais, sendo,

Así, el territorio es visto y comprendido como la nueva unidad de referencia y mediación de las acciones del Estado y el enfoque del desarrollo territorial se hace, por lo tanto, un modo de acción que valora los atributos políticos y culturales de las comunidades y de los actores sociales allí existentes. En este sentido, gobernanación local y participación social son atributos del desarrollo territorial. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p.11)

Nesse sentido, o território constitui-se numa unidade com diferentes sujeitos de expressões e concepções culturais e políticas diversas, cujas ações devem ser canalizadas para o desenvolvimento do território enquanto unidade diversa e complexa. É importante destacar que a discussão sobre o conceito de território não é nova, existem várias concepções, e construções sobre a idéia de território, são muitos os autores que dialogam sobre esse conceito.

Ao buscar as discussões sobre o termo encontramos concepções que compreendem o território numa dimensão de poder, abordagem feita mais no campo

da geografia. Essa abordagem se diferencia das discussões e concepções do território adotadas pelo MDA, que pensa o território na perspectiva do desenvolvimento rural, levando em conta outros elementos, como a organização social e não apenas espacial, a participação social, as potencialidades naturais da região, dentre outros,

la geografía, que reivindica un carácter analítico y conceptual al territorio, viene discutiendo con intensidad su nuevo uso. En la perspectiva geográfica, sin embargo, el territorio tiene una connotación menos instrumental y directamente relacionada con la discusión de la proyección espacial del poder. Así, la forma como es tratado el territorio se diferencia del debate sobre el enfoque territorial del desarrollo rural (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p.11)

Assim, a idéia de território tem suas contradições que acontecem simultaneamente nos espaços geográficos e sociais constituídos, tanto por relações democráticas, quanto por relações autoritárias, de poder/saber. Sendo importante lembrar que a discussão e utilização do termo território tem implicações mais amplas com determinações políticas, econômicas e sociais, que ultrapassam o campo da geografia, bem como a concepção de espaço e de poder,

Trata-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam (ou globalizam), mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Neste sentido, o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território (SHNEIDER, 2004, p. 15).

Para Shneider (2004), “o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas”, e nesse sentido,

Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (SHNEIDER, 2004, p. 15).

Nessa perspectiva, a proposta dos territórios é também uma resposta do Estado às reivindicações e críticas da sociedade que o interpela a responder político e socialmente às situações advindas da pobreza, do desemprego, da violência, dentre outros fatores, ou seja, enfrentar as diferentes expressões da questão social.

Para esse autor, é recomendável a utilização do termo território na perspectiva do desenvolvimento rural na qual,

[...] a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social (SHNEIDER, 2004, p. 23).

No contexto em que as ações do governo federal, no âmbito das políticas públicas são planejadas, tendo como referência os territórios os quais são um universo composto por sujeitos diferenciados. Entendemos que as diversidades e contradições inerentes aos territórios não impedem a possibilidade de mobilização e a capacidade de organização dos sujeitos que convivem num mesmo espaço, porém em situações diferentes, que não os tornam incapazes de intervirem nas políticas e programas planejados e implementados no âmbito territorial, desde que sejam criados espaços de diálogo e participação, no sentido de garantir a transformação social.

Nessa perspectiva, a proposta do PRRA é atuar no Rio Grande do Norte em sintonia com a proposta do Plano Nacional, certamente na tentativa de integrar as ações no território.

O território do Mato Grande, no qual está localizado o Assentamento Modelo, se constitui um dos 60 territórios em todo o Brasil, e um dos três territórios no Rio Grande do Norte, eleito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA como território que será contemplado com o programa “Territórios da Cidadania”¹⁷ lançado em 2008.

“Territórios da Cidadania” é um programa com abrangência nacional, possui ações que contemplam os estados, visando intervir nos territórios oficialmente constituídos¹⁸. Segundo o MDA, esse programa tem em vista estimular o

17 É um programa cujas ações integra vários Ministérios, cuja participação do MDA se dar no sentido de fortalecer e integrar as ações e o desenvolvimento rural na perspectiva territorial.

18 A constituição dos territórios faz parte das ações no eixo estratégico do MDA para viabilizar e implementar suas diretrizes (ampliação e fortalecimento da Agricultura Familiar; reforma agrária; Inclusão social e combate à pobreza rural; e Promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais). A partir da identificação preliminar das microrregiões que apresentam características rurais e maior demanda social em cada estado, seriam facilitadas as atividades de

desenvolvimento regional sustentável, integrando ações do governo federal e dos governos estaduais e municipais e estimular a participação das comunidades beneficiadas, incrementando as ações dos demais programas governamentais daquele território. Os investimentos priorizam ações fundiárias, gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, e propõem assegurar educação e cultura, infraestrutura, organização da produção, saúde, saneamento e acesso à água (MDA, 2008).

Apesar de o programa Territórios da Cidadania está ainda em fase inicial, é importante compreender até que ponto suas ações se articularão no sentido de ampliar as ações já desenvolvidas no território.

Segundo o MDA, o Território do Mato Grande, ocupa importante área do território estadual, cuja superfície é bastante específica, estando inserido no contexto do semi-árido norte-rio-grandense, em consonância com a realidade nordestina. A escassez e irregularidades das chuvas se constituem em fator limitante para o seu desenvolvimento, e a constatação de grande parte de sua superfície ser geologicamente sedimentar, com relevo plano e drenagem insignificante, dificulta ou mesmo impossibilita a acumulação da água de superfície.

O Rio Grande do Norte é o território que possui o segundo maior número de famílias assentadas, 5.184 famílias no total, dado que reflete o processo de lutas desencadeadas no Estado e, particularmente, nessa região, tornando-o palco de inúmeras lutas, desde as indígenas até os conflitos mais recentes que configuram-se na disputa pela terra (Silva, 1995).

Os conflitos e exploração dos trabalhadores nessa região nas décadas de 1980 e 1990 foram intensos e marcados por violência e morte de trabalhadores que resistiram às ameaças e exploração dos proprietários de terra e grupos econômicos. (SILVA, 1995; ARAÚJO, 2005).

O território do Mato Grande com um IDH de 0,599 (MDA, 2005) é constituído por 15 municípios que compreendem: Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel de Touros, Taipu, Touros, Ceará-Mirim, Caiçara do Norte e São Bento do Norte.

dimensionamento de metas e de articulações com os atores sociais e o MDA. A intenção é selecionar territórios prioritários que seriam objeto das ações previstas no programa de apoio ao desenvolvimento territorial.

Nesse território, os 3 (três) municípios que possuem maior população são: Ceará-Mirim, João Câmara e Touros. Na área rural desses 3 (três) municípios residem 63.590 pessoas. No território, Touros é o município de maior população rural em proporção à população total. Dos 29.436 habitantes do município, 21.594 pessoas residem na área rural, 73,36%. A população rural de Ceará Mirim corresponde a 49,66%, e em João Câmara 31,20% dos habitantes residem na área rural.

O total de habitantes no território é de 209.838 pessoas. Comparada à população urbana e rural do território, constata-se que 52,90% residem na área rural, um total de 111.000 pessoas. O número de pessoas que residem na área rural nesse território, bem como o número expressivo de famílias nos assentamentos dessa região, determinam a necessidade e urgência de investimentos em infraestrutura básica (água, estradas, energia), políticas públicas e de crédito, assistência técnica, dentre outros, no sentido de fortalecer as iniciativas que já existem e assim desenvolver os assentamentos.

Todos esses dados são demonstrados no quadro abaixo.

Quadro 1: Demonstrativo dos municípios do território de Mato Grande

Municípios	População do Território			PA's no território	
	População Rural	População Urbana	Total	Nº de PA's	Nº de Famílias
<i>João Câmara</i>	9.493	20.930	30.423	13	778
Ceará Mirim	32.503	32.947	65.450	11	909
Touros	21.594	7.842	29.436	9	1.046
São Bento do Norte	2.430	1.099	3.529	5	330
Pedra Grande	2.688	1.230	3.918	2	124
Parazinho	1.737	3.035	4.772	4	114
São Miguel do gostoso	5.131	3.679	8.810	5	358
Bento Fernandes	3.061	3.679	5.006	8	311
Jandaira	2.763	3.684	6.447	2	121
Maxaranguape	5.454	3.684	8.969	4	236
Pureza	5.161	3.515	8.030	6	288
Poço Branco	5.335	2.869	12.288	5	161
Rio do Fogo	5.969	3.784	9.753	1	70
Taipu	7.615	4.153	11.768	3	180
Caiçara do Norte	66	6.318	6.384	1	158
Total	111.000	103.983	209.838	79	5.184

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do IBGE e do MDA/INCRA/SIPRA

3 A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: PNRA E PNATER

Entendemos que para compreender o PNRA do governo Luiz Inácio Lula da Silva é necessário situá-lo num cenário em que há avanços e retrocessos, pois a história que produz e reproduz a questão agrária no Brasil não é linear, mas formada por sujeitos sociais antagônicos, inseridos em contextos sociais que se movem.

Os avanços, as conquistas em relação às demandas dos trabalhadores assentados e que reivindicam reforma agrária dependem da correlação de forças. É no contexto dessa correlação de forças que apreenderemos o alcance da política de assistência técnica no âmbito do II PNRA.

Para dar respostas às exigências e necessidades da população camponesa, que mantêm suas lutas há décadas, reivindicando uma política pública ampla para o campo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incorporou em seu projeto de governo uma proposta de realização da reforma agrária.

O presidente lança em seu primeiro ano de governo, novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, realizada em Brasília o II PNRA, diante da presença dos movimentos e entidades representativas dos trabalhadores.

No entanto, a versão elaborada a partir do estudo encomendado pelo governo federal ao grupo coordenado por Plínio de Arruda Sampaio foi engavetada e de acordo com o estudo realizado, o número inicial de famílias que deveria ser assentado correspondia a um milhão, o atual Plano assumido pelo governo reduz esse número para 400 famílias.

A apresentação do II PNRA nesse evento traz mais uma vez para os segmentos de trabalhadores e movimentos sociais que lutam por direitos, a esperança de ser efetivada uma política pública voltada para os trabalhadores rurais. Assim, surgiram os entraves que vêm dificultando a efetivação da proposta, conforme expressa um dos coordenadores entrevistados,

A proposta foi muito boa. Que foi coordenada por Plínio de Arruda Sampaio que tinha uma perspectiva de fato de colocar a reforma agrária na agenda nacional como uma das prioridades para se repensar o desenvolvimento, só que em virtude da oposição dos setores que têm muito poder, do agronegócio, do latifúndio e da mudança que a agricultura vem passando nesse período atual onde cada vez mais ela tá integrada à dinâmica do capitalismo, financeiro inclusive internacional. Então foram acontecendo vários acontecimentos que colocaram a reforma agrária numa condição secundária, no projeto do governo (COORDENADOR D, 04/08/2008).

Este coordenador e outros profissionais que compõem a equipe multidisciplinar que vêm prestando assessoria aos assentamentos através de convênios/contratos, junto ao INCRA, no Rio Grande do Norte, no território do Mato Grande, avaliam que a proposta do II PNRA em si é positiva, apesar de não ser ainda a proposta de reforma agrária que os movimentos sociais reivindicam e que se faz necessária no Brasil.

É uma proposta que realizada no seu limite possibilita mudanças na realidade que os agricultores enfrentam, e nesse sentido, o coordenador A, afirma,

Na nossa avaliação o que nós vemos é que o plano em si é um plano bem feito, agora está acontecendo vários entraves. A questão da Assistência Técnica, vamos supor, aqui no INCRA em 2007, a gente trabalhou 3 ou 4 meses. No ano de 2008, a gente trabalhou 5 meses. Então, quando a gente vê que o plano, como eu lhe falei, é um plano completo, só que não tá se conseguindo aplicar esse plano voltado para a reforma agrária. Tem algumas atividades que funcionaram, tem várias atividades que não funcionaram, como na parte do crédito, na infra-estrutura tem algumas partes que funcionou por parte do INCRA, mas por parte do Banco do Nordeste a gente não conseguiu fazer renegociação das dívidas¹⁹ (COORDENADOR A, 25/07/2008).

No exposto percebemos que o entrevistado cita vários exemplos que são entraves para implementação do II PNRA e efetivação da assistência técnica. Os entraves estão relacionados, tanto à burocracia quanto aos sujeitos envolvidos no processo de financiamento/liberação de recurso, pois o percurso entre a fonte que libera o recurso, governo federal e o trabalhador, enquanto público beneficiário é longo e complexo.

Os trâmites que devem ser ultrapassados até o recurso chegar ao trabalhador são desafiadores com exigências burocráticas, às vezes, intransponíveis. Dentre os entraves, o coordenador destaca, também, a infraestrutura, os créditos rurais²⁰, as paralisações periódicas da assistência técnica devido à falta de recurso financeiro para manter os contratos/convênios²¹.

19 Essa dívida que o entrevistado faz referência corresponde aos créditos rurais concedidos pelo governo aos agricultores do Assentamento Modelo.

20 No capítulo seguinte será abordada a situação dos agricultores do Assentamento Modelo em relação aos créditos rurais adquiridos nos programas de crédito do governo federal.

21 A utilização, o termo contrato/convênios deve-se ao fato de no período analisado (2004-2007), as contratações das instituições de ATES terem sido através das duas modalidades.

Construído num amplo diálogo social, o II PNRA incorpora algumas demandas dos movimentos sociais, e em seu processo de elaboração contou com a colaboração de servidores e técnicos envolvidos com a questão agrária, além da contribuição do professor Plínio de Arruda Sampaio e de uma equipe de especialistas de diferentes instituições acadêmicas.

A ênfase no processo de elaboração, bem como os sujeitos envolvidos nesse processo, demonstram a boa intenção da proposta. Bastante semelhante ao processo de elaboração do I PNRA que também contou “com a participação de conhecidos defensores da reforma agrária, como José Gomes da Silva”²², mesmo assim foi inviabilizado em grande medida.

A proposta do II PNRA vislumbrou a possibilidade de ações, no sentido de mudar a realidade dos trabalhadores rurais do país, principalmente daqueles que ainda não foram contemplados com ações de fortalecimento e consolidação do assentamento, por parte do poder público.

O II PNRA destaca a urgência de reforma agrária, faz crítica à realidade, à dimensão e omissão nas políticas fundiárias adotadas até o presente, assinala os aspectos críticos da realidade concreta da população beneficiária da reforma agrária, e ao reconhecer a situação crítica das famílias demandantes de reforma agrária assume o compromisso de mudar para melhor o padrão de vida e de trabalho nas áreas rurais (PNRA, 2003).

A realidade apresentada pelo Plano é confirmada e explicada através do índice de Gini²³ que mede o grau de concentração de terra. E quanto mais esse índice se aproximar de 1 maior é a concentração.

Ao compararmos a concentração de renda e de terra no Brasil, podemos perceber que o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária o índice corresponde a 0,802. Isso significa que o Brasil é Record, tanto em concentração de renda, como em concentração de terras, sendo a concentração de terra maior que a de renda. No Nordeste, a concentração de terra atinge o índice de 0,780 e no Rio Grande do Norte é de 0,710. (MDA, 2001).

²² José Gomes da Silva – Estudioso dos temas agrários do país, foi presidente do INCRA e da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

²³ Índice que mede o grau de concentração, sendo que, (zero indica igualdade absoluta e 1, indica a concentração absoluta).

A urgência da reforma agrária não se dá apenas pela gravidade dos conflitos existentes no campo, mas a reforma agrária, neste contexto, é alternativa para reduzir a concentração de renda e de terras e superar a desigualdade e a exclusão social a que é submetido o trabalhador rural.

Entendemos que não será fácil efetivar a proposta do II PNRA, pois os desafios são muitos e há resistências e entraves ao tratar de um projeto de reforma agrária para o Brasil. A correlação de forças dentro das instituições e órgãos responsáveis pela sua implementação, seja a nível federal, seja nos estados ou municípios se dá quase sempre no sentido de prevalecer os interesses de grandes proprietários e grupos econômicos (Araújo, 2005), divergindo, assim, dos interesses dos trabalhadores. Estas contradições são confirmadas na entrevista, a seguir,

A estrutura do Estado, das instituições do Estado são extremamente precárias e incapazes de dar uma dinâmica razoável para a reforma agrária. O INCRA, o IBAMA, os Bancos [...] Os trabalhadores têm que vir para Natal. Em Natal só existem duas agências do Banco do Nordeste que também não dá nenhuma condição. Do Banco do Brasil, só tem duas agências uma em João Câmara e outra em Touros. Então assim, você não tem a estrutura do Estado que dê condições para que esse processo deslanche. Às vezes o governo propõe com relação às dívidas, renegociar as dívidas, mas para renegociar as dívidas, quem vai renegociar é o agente financeiro, é o Banco. O Banco não tem capacidade de fazer isso, de agilizar o processo de discussão com os agricultores, de ver as possibilidades, de concretizar essa ação e fica meio na idéia, na proposta. [...] O governo ele apenas acena para que a reforma agrária seja importante, para que a agricultura familiar seja importante, mas os gestos práticos são muito reduzidos. Era preciso um outro INCRA, era preciso uns outros agentes financeiros, era preciso mais recursos. (COORDENADOR D, 04/08/2008).

Na argumentação desse coordenador são elencados entraves de ordem institucional, tanto no aspecto da gestão dos programas voltados aos trabalhadores rurais sob a responsabilidade de órgãos governamentais como INCRA, IBAMA citados no exemplo, quanto nos aspectos econômicos. Estes em relação aos bancos, organismos financeiros. Quanto à estrutura no âmbito do INCRA, destaca a deficiência no aspecto técnico-operativo do órgão. Em relação aos Bancos destaca, além de poucas agências, a deficiência no atendimento devido a pouca habilidade dos funcionários em lidar com os trabalhadores.

Todos os técnicos entrevistados destacam a deficiência do INCRA enquanto organismo responsável pela assistência técnica aos assentamentos, sendo esta, segundo os entrevistados, a principal dificuldade na execução da política. No tocante

aos Bancos sabemos que vai além das estruturas destes enquanto órgãos de financiamento.

Portanto, está relacionado à disposição real dos governos nas três esferas em atender a lógica do capital financeiro em detrimento das necessidades dos agricultores familiares, conforme já assinalamos no primeiro capítulo.

Esses e outros fatores são impasses enfrentados por parte dos trabalhadores organizados, os quais têm inviabilizado um projeto de reforma agrária adequado às necessidades fundamentais da classe trabalhadora, num contexto em que prevalece a forma econômica da propriedade privada, subordinando a agricultura ao capital (IAMAMOTO, 2007).

E nesse contexto, historicamente o Estado tem colocado sua política macroeconômica a serviço do agronegócio, em detrimento de uma reforma agrária ampla que mude a estrutura agrária altamente concentrada.

A crítica que os movimentos sociais têm feito ao governo federal em relação à reforma agrária do governo Luiz Inácio Lula da Silva, quanto aos recursos que o Estado tem disponibilizado para a agricultura familiar, centra-se no fato de que estes estão longe de atender às reais necessidades dos trabalhadores que vivem da agricultura familiar, e, mesmo com os instrumentos normativos criados para viabilizarem a reforma agrária esta ainda não se efetivou.

E o maior investimento no setor agrícola continua privilegiando o agronegócio, pois segundo o MST, os recursos que o governo federal liberou para o financiamento da produção na safra (2007/2008) é de R\$ 50 bilhões, ficando para a agricultura familiar apenas R\$ 10 bilhões. Essa realidade, se choca com a possibilidade de avanço da reforma agrária, impedindo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

O investimento público na história da agricultura brasileira privilegia os grandes produtores que já possuem todo um instrumental técnico e econômico, com infraestrutura, equipamentos, tecnologias e muita terra, entre outros. E, contraditoriamente ao que preconiza a PNATER recebem 5 (cinco) vezes mais que os pequenos agricultores que ficam à mercê dos recursos destinados à política pública de extensão rural e os programas de créditos do governo federal, voltados aos pequenos agricultores familiares, quase sempre sujeitos a cortes freqüentes.

Esse fato demonstra que é preciso muita luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos que os representam para que tanto o II PNRA quanto a PNATER não

sejam apenas mais um ou dois instrumentos normativos e, de fato, tornem-se realidade para os trabalhadores.

3.1 A política nacional de assistência técnica e extensão rural - PNATER

As metas e diretrizes do II PNRA propõem mudar para melhor a situação dos trabalhadores rurais e consolidar a agricultura familiar. Na perspectiva do II PNRA, a reforma agrária é apresentada como uma política que propicia qualidade de vida, saúde, educação, habitação, segurança alimentar, e assegura condições instrumentais e técnicas para a agricultura e pecuária de subsistência das famílias assentadas nas áreas rurais.

A garantia de assistência técnica constitui-se meta do II PNRA, e nessa perspectiva é lançada como uma ação governamental prioritária no processo de construção, e consolidação dos assentamentos. Ao ser adotada, em maio de 2004, pelo governo federal, como uma política pública nacional para desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, a PNATER/2004 vem confirmar o que já consta na Constituição Federal de 1988 e na Lei Agrícola de 1991; a recomendação de que a União mantenha serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores.

Assim a política pública de assistência técnica assumida pelo governo federal tem como princípio “adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos que têm como paradigma tecnológico os princípios da Agroecologia”²⁴ (PNATER, 2004, p.7). Deste modo, os princípios desta política, propõem,

Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF²⁵, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o

²⁴ Uma proposta de agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável; uma nova maneira do homem se relacionar com a natureza, assegurando a produção qualificada de alimentos, adotando estilos de produção sustentáveis tendo em vista proteger a vida e melhorar a qualidade dos alimentos produzidos no campo (PNATER, 2004).

²⁵ Órgão integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, contribuindo deste modo para a redução das desigualdades regionais e sociais e para a integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional (MDA, 2008).

fortalecimento da agricultura familiar (PNATER, 2004 p.7)

Suas diretrizes apontam para a implementação da assistência técnica e extensão rural. E nesse sentido garantem o apoio às ações múltiplas e articuladas de assistência técnica, de forma permanente e contínua a todas as regiões rurais brasileiras, atendendo às demandas de todos os agricultores familiares do país de modo a viabilizar o desenvolvimento econômico equitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais, através de redes de cooperação, respeitando as questões ambientais (PNATER, 2004).

Essa política de assistência técnica se propõe a atender a um público diversificado com características e especificidades bem próprias de suas histórias e procedência. Para tanto recomenda equipes multidisciplinar com habilidades e qualificação específicas que integrem as técnicas apreendidas na sua formação profissional, no desenvolvimento de ações motivadoras interagindo com os agricultores, a partir de vivências e experiências horizontais, de modo a romper com o modelo hierárquico, tradicionalmente experimentado pela assistência técnica no Brasil.

Nesse sentido, a assistência técnica aos trabalhadores assentados, tem em vista fortalecer os Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA já existentes e dos que vão surgindo no processo. Essa é a proposta em pauta do governo federal. Entretanto, há muitos desafios a serem superados para sua efetivação, desafios que dependem tanto da correlação de forças que compõe o atual governo, quanto do montante dos recursos e fontes orçamentárias que assegurem financiamento das ações para consolidar a proposta.

Tal consolidação depende, também, da forma como são geridos esses recursos em cada instância governamental e depende principalmente da intensificação da luta dos trabalhadores rurais e movimentos sociais em defesa da reforma agrária e de políticas públicas.

No contexto do II PNRA e de uma Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural, é importante perceber como essa política vem sendo implementada nos assentamentos. Nessa perspectiva, nosso estudo procura observar qual o seu alcance na experiência do Assentamento Modelo.

3.2 Assistência técnica e extensão rural: das propostas à realidade

Nesses instrumentos (PNRA e PNATER), o governo federal assume, através de um plano e uma política nacional, o compromisso de recuperar e consolidar os assentamentos criados nos últimos anos, bem como assegurar assistência técnica aos novos assentamentos e, portanto, assegurar através desses instrumentos que “a criação e o desenvolvimento dos novos assentamentos serão orientados por um projeto regional produtivo, associado a um plano de desenvolvimento territorial”, os quais devem ser definidos conjuntamente com os beneficiários, acompanhado pela assistência técnica (PNRA, 2003).

Segundo Schmitz (2002 p.315), os serviços públicos voltados para o desenvolvimento rural passam por problemas profundos em diversos países do mundo. Conforme o autor, no Brasil, a crítica à assistência técnica é de que seus modelos de atuação estão esgotados, em relação aos recursos humanos, a ação operativa e aos paradigmas, os quais “não mais correspondem às necessidades dos agricultores que enfrentam o desafio da sustentabilidade”.

O documento que aborda a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Brasil, já comentado no item anterior, é um instrumento que propõe uma retomada dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no Brasil.

Uma experiência que iniciou no país no final da década de 1940, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, como uma das estratégias da política de industrialização implementada no Brasil como apoio ao processo de modernização da agricultura. Vários documentos e produções literárias abordam o surgimento e história da assistência técnica no Brasil²⁶.

De acordo com Schmitz (2002, p.316), o serviço de extensão rural no Brasil desde sua criação há mais de 50 anos, passou por seis etapas: o modelo clássico (1948-1956), o modelo difusionista-inovador (1956-1967), o modelo de transferência de tecnologias (1968-1978), o “repensar da extensão rural” (1979-1991). A quinta etapa considerada como o desmantelamento do serviço, iniciada em 1991 e a sexta

²⁶ Sobre a história da assistência técnica no Brasil ver Freire (1977), PNATER (2004 p.5), Dias (2004), Schmitz (2002), Coelho (2005), dentre outros.

que constitui a fase de discussão e experimentação, iniciada em 1996, segundo o autor, ambas, permanecem até hoje.

Segundo Schmitz, essas etapas algumas vezes se sobrepunham, outras vezes aconteciam simultaneamente e os sucessivos processos de expropriação foram redefinindo o modelo do serviço, as estratégias e até o público preferencial em cada fase.

Na perspectiva do autor estas propostas e muitas das suas estratégias ficaram no nível do discurso desarticulado da ação e o resultado desses processos culminou no atual quadro confuso e contraditório da assistência técnica e extensão rural no país.

A extinção do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, constitui-se uma expressão do caráter descontínuo da assistência técnica no Brasil e expressa também o descompromisso do Estado em assegurar políticas públicas aos trabalhadores rurais do país.

Constitui-se ainda em medida autoritária do presidente Fernando Collor de Mello em relação à reforma agrária que ao desativar o SIBRATER, e extinguir a EMBRATER, órgãos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural do país, deixa a extensão rural sob a responsabilidade dos estados que não dispõem de recurso, nem priorizam tal política assumindo-a de forma pontual, não assegurando o acesso dos agricultores familiares, sequer, ao crédito rural. Nesse contexto são adiadas e suspensas ações relacionadas à reforma agrária.

Nessa conjuntura as políticas públicas são planejadas e executadas com um número de profissionais e de recursos cada vez mais reduzidos; e o contexto geral das políticas voltadas para a classe trabalhadora segue a perspectiva do “Estado mínimo”, a história da assistência técnica no Brasil expressa muito bem essa realidade. A entrevista abaixo relata o percurso da assistência técnica no Brasil.

A política tem um histórico de muitas paralisações, não é uma política que no Brasil tenha conseguido ser contínua. Tivemos alguns programas, como o Lumiar um programa bastante interessante e que foi extinto [...] temos um sistema de extensão rural que foi extinto com a embrater, e a partir de então tem um dismantelamento das instituições de ATER, um esvaziamento das EMATERs. A partir de 2003 tem - se um movimento de

retornar, cria uma Política Nacional com o DATER²⁷ no âmbito do MDA. E a partir daí tem alguns programas²⁸ afinados com essa política nacional que tentam dá conta e executar essa política nas áreas de reforma agrária (COORDENADORA B, 29/07/2008).

A coordenadora faz referência à descontinuidade com que a assistência técnica historicamente foi desenvolvida no Brasil, um aspecto que vem se repetindo e marca todo percurso desse serviço. Na modalidade atual de política pública de âmbito nacional, tem persistido a descontinuidade e as fragilidades nas ações de assistência técnica aos trabalhadores.

Esse contexto contraria o atual aparato governamental de assistência técnica, que assegura fortalecer, apoiar e priorizar o regime de agricultura familiar. No relatório de avaliação da execução dos três anos do PRRA-RN, os movimentos sociais ressaltam dentre as principais dificuldades, a descontinuidade da assistência técnica, a inadimplência dos trabalhadores e o acesso aos créditos para habitação. Fazem crítica ao crédito fundiário, e defendem a necessidade de ações integradas, e a atualização dos índices de produtividade (AACC, 2007).

Na PNATER/2004 encontra-se a afirmativa de que suas ações devem auxiliar na viabilização de estratégias na área rural, proporcionando a geração de novos postos de trabalho, segurança alimentar e nutricional sustentável, bem como a participação popular, dando, assim, ao trabalhador, condições para o exercício pleno da cidadania.

A assistência técnica é uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e uma reivindicação dos trabalhadores e movimentos sociais do campo. Segundo Dias (2004, p.20) a construção de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) está relacionada à recuperação do sistema nacional de ATER, que foi desmantelado no início dos anos 90 e atualmente vem sendo mantido pelos estados, em algumas situações de modo bastante precário, contando, para seu funcionamento com recursos do PRONAF. Nessa perspectiva, a assistência técnica faz parte das medidas do processo de reforma agrária e das proposições de políticas públicas para os trabalhadores rurais.

27 Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, órgão do MDA responsável pela PNATER.

28 Os programas a que a entrevistada faz referência são o Programa de Consolidação dos Assentamentos – PAC e o de ATES.

3. 3 A assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária - ATES

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos Assentamentos de Reforma Agrária-ATES, coordenada pela Superintendência Regional do INCRA, é a modalidade de assistência técnica e extensão rural implementada no Assentamento Modelo, no contexto do II PNRA.

Nesse sentido, é importante explicitar as duas propostas, a **PNATER** que corresponde à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que no atual governo teoricamente, enquanto proposta, assume a assistência técnica em âmbito geral, ou seja, para todos os agricultores familiares e comunidades tradicionais como quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros (PNATER, 2004).

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária - **ATES** é voltada exclusivamente aos assentamentos rurais²⁹, coordenada pelo INCRA, que contrata instituições (ONGs, cooperativas, associações,etc.) para executarem a assistência técnica nos assentamentos rurais.

A assistência técnica nas demais comunidades rurais do estado fica sob a responsabilidade da EMATER, de acordo com as diretrizes e recomendações da política nacional e não será abordada nesse estudo.

A partir da pesquisa de campo foi possível apreender que a assistência técnica enquanto uma alternativa voltada aos trabalhadores envolvidos ou não no processo de reforma agrária, tem encontrado inúmeros impasses. Dentre outros podemos destacar o montante de recursos destinados pelo governo para viabilizar a política, como já assinalamos no item anterior, além do valor reduzido de recurso para sua execução, existem outros entraves³⁰ que impedem os recursos chegarem ao agricultor.

Através das entrevistas direcionadas aos profissionais das equipes multidisciplinares e aos trabalhadores do assentamento foi possível apreender de

29 A Norma de execução nº 39 e o Manual de ATES, ambos lançados em 2004 estabelecem os critérios de coordenação e execução dos serviços de ATES exclusivo aos assentamentos.

30 Esses entraves são elencados na análise das entrevistas.

que forma se dá a execução da ATES como modalidade de assistência técnica no Assentamento Modelo.

Uma das maiores preocupações dos técnicos entrevistados em relação a ATES é a sua descontinuidade no contexto dos assentamentos. Essa descontinuidade é caracterizada pelas interrupções freqüentes nos contratos/convênios firmados entre o INCRA e instituições contratadas para executarem a assessoria técnica.

Essa deficiência apontada pelos técnicos que atuam no território do Mato Grande, é confirmada pelo INCRA e pelos agricultores entrevistados. É uma situação complexa que segundo os técnicos descredibilizam o INCRA, e as instituições contratadas, além de desmotivar os técnicos e os trabalhadores assentados, traz um enorme prejuízo aos agricultores familiares que necessitam de créditos e orientações para desenvolver sua produção.

Em relação aos impasses que impedem a execução da política, segundo os entrevistados são principalmente as questões econômicas/orçamentárias, burocráticas e também de operacionalização. Mas o grande impasse, segundo eles, é que o INCRA, órgão responsável pela implementação da ATES, não dispõe de infraestrutura e recursos humanos suficientes para desenvolver e implementar a política.

E, nesse sentido, as exigências da legislação no tocante à contratação das instituições para execução dos serviços de ATES nos assentamentos através de contratos/convênios são bastante rigorosas, um processo que interfere na seleção das instituições que se propõe a executar os serviços de ATES e assim receberem o repasse dos recursos,

Há muitas dificuldades por causa das exigências colocadas pela Lei para repasse de recursos federais para as instituições de ATES (cooperativas, associações, ONGs). As instituições nem sempre conseguem atender as exigências colocadas pela Lei nas modalidades de contratação (COORDENADORA B, 29/07/200800).

Essas exigências somadas a outros impasses já mencionados revelam a dificuldade na execução da assistência técnica nos assentamentos.

Na questão do INCRA, de setembro de 2007 a julho de 2008, não se

conseguiu tirar nenhuma certidão, uma DAP³¹ ou certidão, que venha fazer a legitimidade do assentado em si para que o banco possa fazer um contrato (COORDENADOR A, 25/07/2008).

São muitas as dificuldades que existem na agilidade do processo de execução da política de assistência técnica. Além disso, as interrupções nos contratos, a capacidade técnica do INCRA e das instituições não é suficiente para desenvolver o trabalho.

A execução direta da ATES tem se dado por instituições que são contratadas pelo INCRA para executarem a assistência técnica aos assentamentos, como já expressamos anteriormente. No caso do Assentamento Modelo sua execução pode ser definida mais pelos impasses do que pelos êxitos, pois são muitas as fragilidades para sua efetivação: pouco recurso para execução da assessoria, atrasos na liberação das parcelas, descontinuidade da assessoria e a alternância de instituições que prestam assessoria, dentre outros, são aspectos que realçam tais fragilidades e interferem no desenvolvimento do assentamento, conforme propõe a política.

Estes impasses revelam as contradições inerentes ao Estado, que movido por determinações econômicas “convoca as ONGs para atuarem, mas ao mesmo tempo, lhes imprime dificuldades de ordem financeira e/ou burocrática” (SILVA, 2008, p.133).

Segundo Dias (2004), a proposta de institucionalização dos serviços de ATES defendida pelo INCRA, é uma atualização do Projeto Lumiar³².

O Lumiar foi criado em 1997, no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso que, forçado pela pressão dos movimentos sociais por assistência técnica, instituiu o Programa. Em sua análise sobre os serviços de ATES, o autor faz uma discussão sobre o Projeto Lumiar, afirmando que o programa já surge demarcado por um caráter emergencial revelado no cotidiano de suas ações e na instabilidade institucional.

Em relação a ATES, para o autor não há elementos que permitam assegurar

31 A Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP - é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, diz a que grupo essa família pertence e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito Pronaf. Além disso, também habilita a família a interagir com outras ações da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF – como a compra direta, a comercialização de matéria prima do Biodiesel entre outras (MDA, 2008).

32 Uma análise sobre a relação da ATES e do Lumiar encontra-se em Dias (2004).

que este serviço seja originário das mesmas preocupações emergenciais, no entanto, superar a incerteza e deficiências institucionais que marcaram a trajetória do Lumiar depende de vontade política e dedicação administrativa suficientes e motivadoras à execução de serviços qualificados.

O Projeto Lumiar e os serviços de ATES, possuem aspectos comuns, dentre outros, podemos destacar o fato de ambos apresentarem-se como modalidade de assistência técnica específica aos assentamentos. Uma assistência técnica executada através de contratos que o INCRA estabelece com instituições terceirizadas³³.

De acordo com Montañó (2003), esse processo de terceirização ocorre a partir da transferência de responsabilidades do Estado para as organizações do terceiro setor.

Para executar os serviços de ATES o Estado terceiriza³⁴ os serviços transferindo responsabilidades para as ONGs, dentre outras, a contratação de profissionais para executar a política de assistência técnica.

A literatura acerca da intervenção do Estado em relação às reivindicações dos trabalhadores rurais aponta que ambas as propostas (Lumiar e ATES) expressam a postura de um Estado cujas ações se dão conforme as determinações do modelo de políticas neoliberais.

Em relação ao Lumiar, um dos entrevistados expõe suas qualidades e contradições próprias da conjuntura em que emerge:

Significou a entrada de uma quantidade significativa de profissionais, de novos profissionais que estavam saindo da ciência agrária, estavam saindo das universidades dos cursos de ciências sociais, que tinham uma sintonia com a reforma agrária, com a importância da agricultura familiar, dos camponeses, então esse setor ele foi muito importante. E o Projeto Lumiar como um todo também, porque ele tinha uma outra perspectiva, de participação dos beneficiários nas definições da política, na contratação. É meio contraditório porque o projeto Lumiar seu funcionamento também estava um pouco dentro dos marcos do neoliberalismo no sentido do Estado repassar as responsabilidades de contratar, de terceirização, tem esse aspecto, mas também tem o aspecto de retomar a importância desse serviço, essas atividades (Coordenador D, 04/08/2008).

³³ SILVA (2008), em sua tese de doutorado analisa os contratos estabelecidos entre o INCRA e as instituições contratadas para execução dos serviços de ATES.

³⁴ A discussão acerca da terceirização e contratação das instituições para execução de serviços públicos, dentre esses, a ATES encontra-se em Dias (2004), Montañó (2003), Silva (2004), Silva (2008) e outros.

O Projeto Lumiar foi uma experiência de assistência técnica e extensão rural de curta duração (1997-2000), além das limitações intrínsecas a sua proposta “colocou em prática, com todos os seus limites, um modelo descentralizado de co-gestão dos serviços de ATER” (DIAS, 2004, p.32).

Sua operacionalização não foi isenta dos problemas, que vêm ocorrendo com a ATER, como por exemplo, atrasos nos repasses de recursos para as instituições que prestavam os serviços, e outros já assinalados anteriormente culminando na sua extinção,

Aí o Projeto Lumiar terminou no governo de FHC e no governo de Lula foi criado a ATER, Assessoria Técnica Social e Ambiental em consonância com o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. Um momento de muita expectativa [...] porque, assim, tinha a ATER específica para os assentamentos e foi criado a PNATER que é a Política Nacional de Extensão Rural que aí é um complicador porque no próprio ministério tem duas políticas, que se encontram, mas não se unificam, que é a PNATER que fica sendo para comunidades rurais e a ATER que é para assentamentos rurais. Então tem essa diferenciação. (COORDENADOR D, 04/08/2008)

A observação do coordenador está relacionada à semelhança entre os serviços de ATER e o Projeto Lumiar, e também faz referência as duas propostas de assistência técnica ora em vigor (PNATER e a ATER).

Para Dias (2004), a substituição da “assistência técnica” por “assessoria técnica”, chama a atenção, e como o documento não indica a origem da opção por esta denominação podemos supor, segundo o autor, que a assessoria é um processo muito mais complexo do que a assistência técnica, requerendo um maior envolvimento entre técnicos e agricultores.

Para este autor, ambas as propostas lançam categorias e conceitos que não apresentam significados precisos e por isso causam polêmicas que interferem na tentativa de que elas se tornem operacionais nos contextos de intervenção.

No Rio Grande do Norte a assistência técnica e extensão rural, no período em estudo (2004-2007), vem sendo implementada³⁵ através de cooperativas,

35 Na pesquisa documental tivemos acesso a uma análise da execução do serviço de ATER nas áreas de assentamento, elaborada em maio de 2005, sob a coordenação da AACCC que apresenta informações sobre a assessoria de 15 (quinze) instituições executoras de assistência técnica nos assentamentos do Rio Grande do Norte.

associações ligadas aos movimentos sociais, instituições não governamentais, instituições governamentais estaduais e programas de âmbito federal, como o Programa de Consolidação Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC. Essas entidades são responsáveis principais pelas medidas de reforma agrária implementadas no estado.

O II PNRA destaca a assistência técnica como uma das condições necessárias para o êxito das atividades produtivas na qual deve perpassar todas as políticas voltadas para a área rural, seja de crédito, seja de desenvolvimento regional e produtivo.

Nessa perspectiva, a assistência técnica demanda infraestrutura, recursos humanos e tecnológicos, dentre outras necessidades inerentes à classe trabalhadora rural, que são necessárias no processo de consolidação dos assentamentos, e na efetivação de políticas públicas direcionadas aos trabalhadores rurais.

Segundo informações dadas pelo Departamento de ATES, setor responsável pelos Projetos de Assentamento - PA do INCRA-RN, a assessoria técnica prestada aos assentamentos da área do Mato Grande, no período de (2004 a 2007), contou com os serviços prestados do Centro de Apoio Técnico aos Assentamentos e Comunidades Rurais e Urbanas da região do Mato Grande - CEATEC, da Cooperativa de Assessoria a Empreendimentos Sustentáveis – APICE, da Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar - TECHNE e da Associação Estadual de Cooperação Agrícola - AESCA.

Nosso estudo enfoca o serviço de ATES implementado no Assentamento Modelo, no município de João Câmara, Território do Mato Grande, e, portanto, os trabalhadores do Assentamento Modelo, os técnicos que compõem as equipes multidisciplinares, e os coordenadores das instituições de ATES aos assentamentos do território do Mato Grande constituem o universo da pesquisa.

A Norma de Execução nº 39³⁶, o Manual de ATES³⁷ são instrumentos

36 Norma de execução nº 39 de 30 de março de 2004, estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a prestação dos serviços de Assessoria Técnica, Social e ambiental à reforma agrária. Aponta diretrizes básicas, conceitos, estrutura e competência dos serviços de ATES, bem como a contratação, composição e atribuição da equipe de articuladores dos núcleos operacionais dos serviços de ATES.

37 Instrumento que tem a finalidade de orientar e proporcionar aos interessados em geral, noções essenciais acerca da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, a cargo do INCRA, estruturadas com base nas diretrizes compreendidas pelo Programa Vida Digna no

norteadores dos serviços de ATES. A assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos segue as diretrizes da PNATER, em sintonia com as propostas do II PNRA, e é responsável pela assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária.

No Manual de ATES consta toda a proposta operacional do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. É explicitado no objetivo do programa de ATES que sua execução se dá em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária (INCRA, 2004).

As indicações do Manual de ATES em consonância com o II PNRA e com a PNATER aponta para processos permanentes e continuados que visam potencializar o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, uma proposta que tem como instância de coordenação, o INCRA que a executa juntamente com as parcerias estabelecidas.

Segundo os entrevistados essa proposta se encontra em construção e a forma precária como vem se dando a gestão e execução desse programa pelo INCRA é reflexo do desmonte das estruturas públicas que prestam serviço à população e dos cortes orçamentários nas políticas públicas atendendo às recomendações neoliberal.

A execução da ATES expressa a forma como o Estado vem implementando as políticas públicas nas diversas áreas, segundo Silva (2007, p. 140) há um processo de esgarçamento do papel do Estado, à luz do ideário e da lógica neoliberal, no qual ocorre a terceirização dos serviços, deslocando atribuições do Estado para a sociedade civil. Um processo que no Brasil vem se aprofundando desde a década de 1990 no qual o Estado vem desencadeando intervenções e políticas voltadas para o fortalecimento do mercado (BEHRING, 2003).

É nessa lógica, segundo Silva (2007) que a expressão gestão social ganhou relevância no contexto da reforma do Estado, sob a égide do pensamento neoliberal, em que na concepção do autor há o deslocamento da gestão social da esfera público-estatal para a esfera privada, se expressando na redução das ações do Estado, pela gestão compartilhada na forma de parcerias, pela transferência de

responsabilidades e pela privatização.

No contexto da estratégia neoliberal, o terceiro setor tem desempenhado o papel de implementar políticas e programas (MONTÃO, 2003).

Para (Silva, 2007), é nessa lógica de desobrigação do Estado quanto à gestão de programas e políticas que as organizações da sociedade civil assumem crescentemente responsabilidades do poder público.

Segundo esse autor a gestão social deve comprometer-se com a capacidade de equacionamento de necessidades humanas, de modo a assegurar qualidade de vida para todos. E a ação das ONGs no âmbito da gestão da reprodução social, podem contribuir com ampla mobilização da sociedade civil em várias dimensões (defesa de direitos, controle social das ações dos poderes públicos, na educação ambiental, dentre outros), “mas, as ONGs não substituem o Estado em sua missão intransferível de gestor de políticas públicas sob a perspectiva da justiça social” (SILVA, 2007 p.149 -150).

Concordamos com a reflexão destes autores, pois compreendemos que compete ao Estado assumir a gestão e o financiamento das políticas públicas, e, nesse sentido, entendemos que a opção do Estado em terceirizar o programa de ATES e outros serviços públicos reflete, dentre outras determinações, na execução de serviços descontinuados e contratos de trabalho temporários e precários, conforme argumentam os técnicos entrevistados e aponta a vasta literatura sobre a precarização, flexibilização do trabalho³⁸.

Em 2007 foram realizados 3 (três) seminários³⁹ para apresentação e avaliação das ações do PRRA-RN (2003-2006). Sendo o período de referência do nosso estudo (2004-2007), as informações do relatório foram fundamentais para compreender a execução da assistência técnica nos assentamentos no âmbito mais geral, com a realização da pesquisa de campo muitas informações foram confirmadas e ampliadas.

O relatório de avaliação do primeiro período do PRRA-RN (2003-2006) apresenta a concepção dos movimentos sociais sobre a reforma agrária nesse novo contexto. Os representantes dos movimentos sociais do Rio Grande do Norte presentes no seminário avaliam os programas de reforma agrária implantados no

38 Para aprofundamento dessa discussão ver Antunes (1996), Duarte (2007).

39 Tivemos acesso ao relatório que faz uma síntese dos três seminários de avaliação do PRRA-RN.

Estado nesse período e apresentam propostas para os quatro anos seguintes.

As principais reivindicações destes representantes se dão no sentido de insistir na defesa da agricultura familiar, da agroecologia, sustentabilidade sócio-ambiental do semi-árido brasileiro, acesso dos trabalhadores à educação. Nesse contexto os trabalhadores insistem na necessidade de implantação de um programa de reforma agrária que possa diminuir a concentração da propriedade da terra.

Para os representantes dos movimentos sociais, a desapropriação diminuiu ao longo dos anos, portanto, é preciso assentar mais famílias e garantir dignidade e cidadania para elas, é necessário lutar para fortalecer o MDA e o INCRA, e assegurar a reforma agrária como modelo alavancador e não como números. No entanto, na esteira dessa crítica, o MST destaca no relatório de avaliação, que “o Brasil ainda não tem reforma agrária, e sim uma política de assentamentos rurais e desapropriação de terra”.

Dias (2004 p.522) chama a atenção sobre a ausência do termo “reforma agrária” no documento da PNATER, o qual só aparece para classificar os assentados como beneficiários de programas de reforma agrária. Segundo o autor não é feita nenhuma relação entre extensão rural e reforma agrária. E os assentados só aparecem no texto quando é relacionado o público-alvo das ações de ATER.

Diante da avaliação dos movimentos sociais podemos perceber que ainda há muito a fazer no Estado para se efetivar a PNATER, uma vez que a descontinuidade da assistência técnica constitui uma das preocupações centrais desses movimentos. É necessário nesse contexto, que a proposta da ATER incorpore as questões relacionadas à reforma agrária.

Dentre outros limites, o relatório destaca atraso na liberação de recursos, o número de técnicos que não corresponde ao número de famílias a serem atendidas, descontinuidade das ações do programa em função de interrupções e insuficiência de recursos para o Programa de ATER.

Em relação às assessorias técnicas, os representantes criticam os projetos que vêm sendo elaborados, os quais não correspondem aos interesses das famílias. Para os participantes do seminário de avaliação a falta de acompanhamento dos projetos elaborados pelas instituições, e as mudanças constantes na composição das equipes técnicas é também um problema que necessita ser resolvido.

Em relação às famílias assentadas, segundo o relatório, é necessário diversificar mais as ações, sejam elas produtivas ou sociais. Outra preocupação

apresentada no relatório é a falta de clareza por parte dos assentados em relação ao papel das entidades de assessoria técnica.

Para superar os desafios que vêm surgindo, várias propostas foram apresentadas nos seminários de avaliação do PRRA (2003-2006) as quais expressam a necessidade de repensar, tanto as ações quanto as parcerias, e nesse sentido apontam sugestões como,

Regionalização da assistência técnica (base local); Assistência técnica “ouvir” mais as famílias na elaboração das atividades e projetos e considerar as particularidades e potencialidades dos assentamentos; Maior articulação entre a ATES, EMATER e órgãos locais; Participação das entidades parceiras na discussão das propostas de atuação nos PA's (entidades parceiras, entidades de ates, assentados); Investir nos processos de organização (mutirões, capacitações); Investir em equipes multidisciplinares; Criar escritórios de acordo com a demanda da região/ território garantindo a frequência dos técnicos na área; Enfatizar a prática agroecológica e a questão do meio ambiente nas ações das assistências técnicas; Aumentar n° de técnicos e valores por família; Convênios plurianuais para assistência técnica; Definir critérios rígidos para contratação das entidades prestadoras de serviços visando à garantia de infra-estrutura e direitos trabalhistas por parte da instituição contratada; Continuidade de acompanhamento de servidores do INCRA ao assentamento, sendo definido um mesmo servidor para não haver quebra no trabalho; Modelo de ATES que tenha recursos para investimentos em ações de infra-estrutura sociais, produção e cultura; Mais agilidade no repasse de recursos para as prestadoras de serviços, dentre outros. (RELATÓRIO DOS SEMINÁRIOS BALANÇO DO PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PRRA, 2007, p.8-9)

Essa avaliação evidencia que muitas dessas propostas apresentadas pelos sujeitos que vivenciaram e avaliaram o processo de implementação da PNATER no Rio Grande do Norte no contexto do II PNRA nesses quatro anos já constam na PNATER, mas ainda não foram concretizadas nessa primeira fase de implantação dessa política no Estado. Porém, priorizar essas e outras propostas dos movimentos sociais que são urgentes pode significar êxito na implantação da PNATER no Estado.

4 A ATES NO ASSENTAMENTO MODELO: REALIDADE E DESAFIOS

O município de João Câmara distante da capital, 74 km, localizado na Microrregião de Baixa Verde e Mesorregião Agreste Potiguar (IBGE, 2008), tem clima muito quente e semi-árido, apresenta limites: ao Norte com Parazinho e Touros, ao Sul Bento Fernandes, ao Leste Touros, Pureza e Poço Branco e a Oeste Jandaíra e Jardim de Angicos. O período chuvoso nesse município ocorre de março a junho. (IDEMA, 2008).

As primeiras casas em João Câmara surgiram em 1910, na localidade de Matas, primeira denominação do município. Em 1915, o acampamento de trabalhadores ferroviários passou a ter fundamentos e sinais evidentes de vila. O povoado de Matas chegou à condição de município pela Lei nº 697, de 29 de outubro de 1928, com o nome originário de sua localidade, Baixa Verde, desmembrado de Touros, Taipu e Lajes. Em 1953, pela Lei nº 899, de 19 de novembro, em homenagem ao primeiro prefeito do município, João Severiano da Câmara, Baixa Verde passou a se chamar oficialmente João Câmara. (IDEMA, 2008).

Segundo o IDEMA (2008), o município possui aptidão regular para lavouras, terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Pequena faixa de terra com aptidão restrita para lavouras e pastagem natural. As limitações ao uso agrícola decorrem principalmente da falta de água.

O município encontra-se com 36,18% do seu território inserido na Bacia Hidrográfica do rio Ceará-Mirim, 25,82% na Bacia do rio Maxaranguape e 38,01% inserido na Faixa Litorânea Norte de Escoamento Difuso (IDEMA, 2008).

A área total do município equivale a 714, 95 km², correspondendo a 1,50% da superfície estadual, situado no litoral norte da capital, com o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,639.

4.1 Recontando a história do modelo: de fazenda a agrovila

O Assentamento Modelo é resultado da ousadia, luta e resistência de um grupo de trabalhadores sem terra, que trabalhavam para fazendeiros, e em pequenos pedaços de terras que pertenciam a seus familiares, e que eram insuficientes para todos da família produzir. Então, a necessidade de sobrevivência,

de moradia e de trabalho, os impulsionou a se engajar no processo de luta pela reforma agrária na primeira metade da década de 1990.

O termo recontando a história deve-se ao fato de que em 2004, educadores do projeto Saber da Terra e sua turma de alunos-trabalhadores contaram a história do Modelo, que junto às histórias de outros assentamentos do Rio grande do Norte foi organizada pelo professor, Alessandro Augusto Azevedo⁴⁰, com o livro intitulado, *Começou assim,..narração da reforma agrária no RN*.

As pessoas que vivem atualmente no assentamento vieram, principalmente, da zona rural de vários municípios do estado, particularmente do entorno da própria região, tais como: Jandaira, São Gonçalo do Amarante, Taipu, João Câmara, São Tomé, Pureza, etc. Nestes locais elas trabalhavam na agricultura plantando em terras de fazendeiros, sem garantia de participar da colheita, devido ao curto prazo que lhes era estabelecido para devolverem as terras.



Foto: Mulher trabalhando no lote comunitário – 2009.

Fonte: Arquivo da autora



Foto: Entrada do Assentamento – 2008.

Fonte: Arquivo da autora

No Modelo tudo começou em 1994, quando os atuais moradores do assentamento ficaram sabendo, através do MST, da existência de uma fazenda com terras ociosas, “improdutivas” equivalente a 4.687,16 hectares, terras que seriam desapropriadas. Então, motivados pela vontade de possuir um pedaço de terra e apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, corajosamente acamparam nas proximidades da fazenda para assim agilizarem e forçarem a desapropriação da mesma. A primeira entrada na terra ocorreu em 24 de agosto de 1994.

Era uma hora da madrugada. Mais ou menos 400 famílias ocupam a

⁴⁰ Professor do departamento de educação da UFRN.

fazenda improdutiva do senhor José Arnor, em frente ao assentamento Marajó. O povo, com a maior alegria de estar na terra, começou a trabalhar para construir suas barracas. Uns foram tirar os paus. Outros estendiam as lonas. Uns cavavam os buracos. Enquanto isso, as mulheres buscavam varas e lenhas. De repente, no meio daquele verde onde eram matas, de um lado e de outro, vai surgindo, no meio do verde, as barracas de lonas em algumas horas, o que era um nada vai se transformando em acampamento pelas mãos dos trabalhadores (Rita Francisca da Silva *et al* /n: AZEVEDO, 2004, p.15).

Segundo a narradora, essa alegria dos trabalhadores durou pouco tempo, logo chegou uma tropa de policiais com a primeira ordem de despejo, ameaçando e pressionando os trabalhadores para deixarem a fazenda. Os trabalhadores saíram do local e foram para a pista, assim desencadeou as tentativas de firmarem a ocupação contra a expulsão e a violência dos policiais,

O acampamento foi erguido à beira de um poço do Estado. Entraram pela segunda vez na sede da fazenda, perto de São Geraldo. As pessoas ficaram felizes por entrarem mais uma vez na terra e até pensaram que não ia mais sair, por estar na terra do Estado. Já tinha um poço com água abundante, com pés de algarobas, com sombras bastante grandes, mas essa alegria durou pouco tempo. De repente caminhões e viaturas policiais foram chegando rapidamente. Começou a força bruta dos policiais que fizeram muitas atrocidades. Eles amedrontavam o povo e gritavam: Vamos, vocês têm 40 minutos para desocupar a área! (Rita Francisca da Silva *et al* /n: AZEVEDO, 2004 p.16).

Essa argumentação revela a insegurança dos trabalhadores que ao se instalarem em área pertencente ao Estado e esperarem o apoio do mesmo, são surpreendidos por sua ação através do aparelho policial para expulsá-los. Os argumentos dos agricultores assentados, a seguir, expressam que estes apesar de sempre trabalharem na agricultura enfrentaram dificuldades para produzir, plantar, porque não possuíam terra, sequer, para cultivarem seus roçados.

Eu trabalhava na terra dos outros. Desde pequeno que trabalhava na agricultura [...] Eu não tenho estudo, mal assino meu nome. Antes de colher nosso milho, feijão e fava, o fazendeiro já pedia o roçado pra botar o gado não dava nem tempo colher o que a gente plantava. (J. R. 30/07/2008)

Morava numa comunidade, só num pedacinho de terra, um fazendeiro dava um pedacinho de terra para a gente plantar e a gente plantava. Aí hoje a gente fica por aqui, mas as dificuldades são grandes (M. C., 31/07/2008)

As experiências vivenciadas por esses trabalhadores confirmam a argumentação de Araújo (2005) sobre a estrutura fundiária e as relações de trabalho no Rio Grande do Norte. Para a autora o quadro desenhado na primeira metade da década de 1990, no estado, sobre a estrutura fundiária, segue a tendência do país e do Nordeste.

Essa situação inscreve o estado do Rio Grande do Norte no nível de pobreza apresentado no PRRA-RN, medido através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que chega a 0,620 em 1991, e atinge em 2000, fim da década de 90, o índice de 0,702.

Segundo a autora os proprietários de terras e grupos econômicos atraídos pelo potencial econômico da região e financiados pelos incentivos fiscais e subsídios oferecidos pelo Estado ditatorial desencadearam forte especulação fundiária no Território do Mato Grande, investiram capitais na região, favorecendo o mercado de terras e a conseqüente expropriação dos trabalhadores rurais (ARAÚJO, 1992).

Conforme a autora, os trabalhadores rurais premidos pela necessidade de sobrevivência resistiram ao processo de expropriação e deflagraram um processo de luta, organização, passando a compor os movimentos sociais.

Um processo que permitiu consolidar hoje um considerável número de assentamentos na região, sendo atualmente a primeira região do estado com maior número de assentamentos rurais e a segunda com maior número de famílias, conforme já assinalado anteriormente.

Segundo Medeiros e Leite (1999), a criação dos assentamentos coloca instigantes desafios para a esfera local do poder público e cada vez mais são dirigidas à esfera municipal reivindicações ligadas, principalmente, à infraestrutura básica, relacionadas à construção ou melhorias de estradas, saúde e educação, condições para escoamento da produção, etc.

Geralmente o município não possui capacidade suficiente para atender tantas demandas, para tanto é necessário ações integradas e articuladas entre as instituições que ali atuam, mas na realidade as ações nesta e em outras áreas, ao contrário do que propõe a PNATER e outras propostas ocorrem de forma desarticulada.

Desse modo, são necessárias ações e medidas no sentido de alterar a realidade local, melhorando a vida dos sujeitos que participam da dinâmica dos municípios, viabilizando infraestrutura básica, evitando o isolamento do

assentamento, bem como facilitando o acesso dos trabalhadores assentados aos equipamentos sociais existentes no município. Conforme Medeiros e Leite (1999).

Apesar, de alguns assentamentos não serem produto de conflitos abertos, todos eles se relacionam a um contexto em que o tema da reforma agrária ganhou visibilidade, conseguiu impor-se na agenda política e resultou em algumas desapropriações ou compras de terra, ou ainda na utilização de imóveis públicos, com o objetivo de fixar os grupos demandantes e aliviar tensões sociais mais intensas (MEDEIROS; LEITE, 1999, p.8).

Nessa complexa realidade os trabalhadores rurais reivindicam o direito a terra, ao trabalho, políticas públicas e a outros direitos. No movimento dessa luta contínua contam sua história inspirados nos motivos que os trouxeram à fazenda que se transformou com suas lutas no Assentamento Modelo, e como se deu sua aproximação com outros que participaram na luta,

[...] Quando foi em 1994 surgiu essa história desse acampamento, mas ninguém sabia que era esse assentamento. Me chamaram, as freiras e o MST não podiam dizer onde era. Eu reuni o pessoal de Parazinho, 69 pessoas, arranjamos carro e viemos, acampamos vizinho ao Marajó. [...] Na época tinha quase 700⁴¹ famílias no acampamento, era gente demais, na hora do sufoco, muitos correram, a polícia meteu bala pra cima, chegaram a quebrar a clavícula de C. [...] Foi um pouco difícil, muita policia, cheguei a ser preso, não desci pra delegacia não. O tenente Moreira me soltou. Ele disse que nós estávamos errados, eu disse que quem tava errado era ele, nós éramos trabalhador, tava lutando por nossos direitos (J. R., 30/07/2008).

A experiência desses trabalhadores expressa seu engajamento na luta por alternativas de sobrevivência mais estáveis, um aspecto comum revelado pelos trabalhadores entrevistados. Suas falas expressam também a importância do MST, como sujeito político na defesa da reforma agrária. Segundo Neves (1997, p.78) a ação de segmentos da sociedade brasileira que contemplam um projeto de redistribuição da concentrada propriedade da terra tem resultado em algumas relativas vitórias alcançadas a partir de um longo e persistente processo de luta.

Nas entrevistas, a seguir, os moradores relatam que a segunda entrada na fazenda foi seguida por extrema violência, e que nessa operação o aparato policial agiu com crueldade em relação aos trabalhadores, derrubando barracas, cortando

⁴¹ Alguns dos entrevistados afirmam que foram 700 famílias e outros afirmam que foram 400 famílias que acamparam na fazenda, percebe-se uma contradição em relação ao número de pessoas que acamparam inicialmente na fazenda. O fato é que alguns entrevistados se referem ao número de pessoas e outros ao número de famílias.

lonas, levando, inclusive, as ferramentas de trabalho, como foice, machados, enxadas e até escorraçaram os acampados, atingindo também as crianças.

Eu tava até com uma fardazinha do Incra....daí ele me chamou e disse “tá preso!”. Queria me algemar. Eu disse que enquanto ele me prendia tava deixando na rua os estupradores. O tenente disse “deixe o rapaz!”, fiquei uma hora e dez minutos em João Câmara dentro da viatura. Honório, um amigo meu tava passando mal na viatura...Nunca fui preso não, preso mesmo, mas nesse dia foi muito sofrimento (J. R., 30/07/2008).

Eu não, nunca apanhei não, não ia pra cima... mas os caras que enfrentavam apanhavam um bocado. Sei que nós lutamos, lutamos, até que conseguimos, vai completar 14 anos agora em agosto (M. C. 31/07/2008).

A luta dos moradores do Modelo para entrar na terra, foi marcada por um “processo de conquistas e recuos” como assim tem sido as diversas lutas, segundo lamamoto (2007), e também pela resistência desses sujeitos à situação imposta, pois, de acordo com os entrevistados, mesmo depois de o INCRA informar aos trabalhadores a respeito da improdutividade da fazenda, a polícia e o proprietário da mesma continuaram lutando para que eles desistissem. Conforme relato, abaixo,

Foi na véspera de São Pedro que liberaram a fazenda. No dia 29 de junho de 1995 foi a posse. Nós entramos no dia 24 de agosto de 1994, meia noite, sei que chegaram, fizeram a derradeira reunião e disseram “é hoje que a gente vai”. Aí nós não sabíamos para onde era, aí chegamos ali de Maria da Paz para cá um pouquinho, eles pararam os caminhões e disseram “é aqui”. Aí fomos para dentro do mato né? Ficamos, começamos a brocar mato para fazer as barracas, aí quando foi assim de manhã, chegou logo um pessoal, vieram olhar da banda de Natal, olharam e chegou um camburão, o cara chegou lá na entrada, deu a rota e foi embora e ficamos, e ficamos... Quando foi assim mais ou menos uns 3 dias que nós estávamos lá, veio o oficial da justiça, o juiz mandava para a gente sair. Nós não saímos. Aí quando foi mais outros diazinhos, aí a polícia veio, para fazer despejo da gente, mas nós não saímos, aí o representante do movimento disse “rapaz, a gente só sai daqui (...) segunda-feira a gente vai para o INCRA com um bocado desse povo, e vamos ocupar o INCRA, e a gente só sai daqui e só sai lá do INCRA quando vier fazer a revisão da propriedade”. E assim nós fizemos, na segunda-feira a gente foi para lá, ficamos lá e o INCRA veio, fez toda a revisão da propriedade e disse “vocês podem lutar que vocês ganham porque a fazenda é improdutiva” (M. C., 31/07/2008).

Em relação à fazenda, os entrevistados contam que ela tinha duas sedes, eles ocuparam uma e o filho do fazendeiro reside na outra, atualmente.

Em meio ao conflito, nesse período de disputa pela área, os trabalhadores foram expulsos e se instalaram na comunidade de São Geraldo, que fica próxima ao

assentamento, lá ficaram mais ou menos três meses acampados. Nesse momento contaram com o apoio de sindicatos, igrejas, UFRN, CUT, ONGs e, principalmente, das famílias do Assentamento Marajó que haviam passado por experiência semelhante, e se solidarizaram com os acampados, cedendo-lhes um lote para sua sobrevivência. Depois voltaram novamente para a pista, quando alguns já haviam desistido:

A maioria não agüentou a perseguição e desistiu, ficando mais ou menos 130 -140 pessoas [...] Nós passamos um tempo lá, depois voltamos lá pros Marajós de novo, ficamos lá no Marajó um bocadinho de tempo, entramos de novo para a fazenda, foi quando o movimento disse: “vamos entrar, porque se não eles não resolvem nunca”. Aí nós entramos no mesmo canto de novo, aí a polícia veio, dessa vez bateu em gente, fez um rebuliço medonho, mas nós continuamos. [...] Nós ficamos lá, depois vieram e nos tiraram, voltamos de novo, depois nos tiraram. Teve um dia que veio tanta polícia, primeiro em um dia que só tinha 40 pessoas no acampamento e chegou 280 policiais, mandando a gente se retirar. Deram 40 minutos para a gente desarmar o que era de barraca e sair de dentro da fazenda. [...] Até que chegamos ao final, em uma véspera de São Pedro. (M. C, 31/07/2008)

Após 11 meses de luta e resistência, em 29 de julho de 1995 chega o dia tão sonhado pelos trabalhadores, o dia da imissão de posse, todos comemoraram a conquista que começou em 1994, quando um grupo de cerca de 400 pessoas acamparam próximo à fazenda Modelo, e iniciaram a luta para a desapropriação da área da fazenda.

Contam que nesse período que entraram na fazenda até a construção das casas, ficaram nas lonas, depois fizeram casas de taipa e, por último, aproximadamente 2 (dois) anos depois da desapropriação, foram construídas as casas de alvenaria. Atualmente, a área das residências tem por volta de 48 m². Já os lotes, que podem ser individuais ou comunitários⁴², possuem uma dimensão de 25 hectares.

42 Na divisão dos lotes foram distribuídos lotes individuais que ficam em torno de 3 km de distância das casas e também os lotes comunitários localizados na mesma área das casas, nesse caso, um lote constitui área de cultivo para mais de uma família, por isso a denominação comunitários.



Foto: primeira residência do PA Modelo – 2008.
Fonte: Arquivo da autora



Foto: segunda residência do PA Modelo – 2008.
Fonte: Arquivo da autora

A realidade e a constituição dos assentamentos reflete em mudanças na dinâmica social do território, se constitui um desafio para os governos nas três instâncias (federal, estadual, municipal) e para a sociedade, por isso torna urgente a busca de saídas, que respondam às necessidades e situações reais enfrentadas pelos trabalhadores dos assentamentos.

Tais mudanças e processos alteram a dinâmica do município suscitando respostas e medidas eficazes do Estado. Assim, o desafio para o Estado é não só assentar mais famílias, mas também promover condições e melhorias que assegurem a permanência das famílias em suas localidades, lhes assegurando direitos e políticas básicas essenciais para uma convivência saudável e emancipatória (Comissão Pastoral da Terra, 2008).

4. 2 Consolidação do assentamento modelo: experiências e desafios

O Assentamento Modelo é constituído de duas agrovilas, denominadas de Modelo I, com 74 famílias e Modelo II, com 79, totalizando 153 famílias e somando aproximadamente 600 pessoas. Durante a pesquisa nossa permanência se deu mais na agrovila Modelo II, devido a uma maior facilidade de acesso, o que não impediu que entrássemos em contato com os trabalhadores da segunda agrovila, Modelo I.

Os moradores contam que quando foi realizada a desapropriação todos ficaram na parte que hoje é denominada Modelo I, o acesso era difícil, ficava longe

da rodovia, dividiram, então, o assentamento em duas agrovilas.

O INCRA fez uma estrada de barro que facilitou o acesso, entre as agrovilas, mas no período do inverno torna-se difícil o acesso de uma agrovila para a outra. O Modelo II tem como nome oficial registrado: Agrovila Santa Luzia do Modelo, este é o nome que consta no Estatuto da Associação de Mulheres.

Conforme os moradores das duas agrovilas, Modelo I e Modelo II, cada agrovila possui infraestrutura física própria e organização social independente uma da outra.

Essa informação é marcada nas falas dos moradores das duas agrovilas, conforme depoimento, “Tudo começou no Modelo I, no começo era todo mundo lá, junto, depois resolvemos dividir, uns ficaram lá outros vieram pra cá” (J.R, 30/07/2008).

Os entrevistados argumentam que o motivo da divisão foi devido à distância entre as duas agrovilas, assim cada uma tem em sua estrutura equipamentos como escola, centro comunitário e locais de atendimento de saúde.

Na agrovila Modelo I, a escola e o posto de saúde funcionam em casas doadas pelos moradores. Já na agrovila Modelo II, há uma escola municipal com sede própria, construída após muita luta por parte das famílias e há também o centro comunitário onde são realizadas as reuniões da associação, as consultas médicas e as atividades sociais comunitárias da agrovila. Nas duas agrovilas existe o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e, a maioria das famílias é beneficiada pelo programa Bolsa Família.

O número de famílias beneficiárias do programa revela que apesar de o assentamento ter sido constituído há 14 (catorze) anos, as famílias assentadas ainda necessitam do Bolsa Família, contexto que expressa a deficiência dos programas e políticas criados para consolidar e desenvolver os assentamentos. Ao mesmo tempo nos leva a pensar qual a contribuição das ações executadas no desenvolvimento do assentamento e na autonomia das famílias?

Atualmente em cada agrovila funciona uma escola municipal até o 5º ano. Os alunos cursam até esse nível nas escolas das agrovilas, os que cursam do 6º ao 9º ano se deslocam para Queimadas, um povoado que fica mais ou menos a 3 km da agrovila, e aqueles que cursam nível médio vão para João Câmara. O deslocamento desses alunos se dá por meio de ônibus escolar.

Na agrovila Modelo II, além da primeira associação comunitária, foi fundada

no ano de 2000 a Associação de Mulheres Girassol, composta por 26 participantes, e aberta a todas as mulheres do assentamento. Há também um grupo de pré-adolescentes, com 15 participantes; e um grupo de música chamado “Eco da terra”, com 36 participantes, incluindo, jovens, adolescentes e crianças. O grupo é orientado pelo maestro Ubaldo Alessandro, um professor de música que tem acompanhado os jovens no assentamento.



Foto: Escola do PA Modelo II – 2009.
Fonte: Arquivo da autora



Foto: Associação comunitária PA Modelo II – 2009.
Fonte: Arquivo da autora

A associação de mulheres é coordenada atualmente pela Senhora Maria Rosineide que, junto a Senhora Rita Francisca e a Irmã Idelgardis⁴³, criaram a associação das mulheres. Possui uma tesoureira, uma secretária e três mulheres que compõem o conselho fiscal. As associadas reúnem-se uma vez por mês.



Foto: slogan da Associação de mulheres PA Modelo II – 2009.
Fonte Arquivo da autora

Essa idéia surgiu devido à discriminação sofrida pelas mulheres, vítimas de relações desiguais de gênero, resultando em conflitos, como assinalado por uma

⁴³ Freira da congregação Imaculado Coração de Maria, que participou da luta junto aos trabalhadores pela desapropriação da fazenda e mora no assentamento desde o acampamento.

moradora ao relatar que um dos assentados chegou a cortar uma cerca do plantio das mulheres:

Nas reuniões da associação comunitária as mulheres podem freqüentar, mas houve uma época que não podiam falar. Eles [os homens] dizem até assim: “que em reunião de homem, as mulheres não podem meter o bico”. Tem esse ditado. [...] Pode ir mulher, só não pode falar. Na verdade fala, porque as mulheres vêem alguma coisa errada, lógico que vão falar, mas se falar eles já dizem assim “olhe, isso aqui é de homem”. Tem uns que ficam chateando, tem uns que não, mas tem uns que é a maioria (R.C, 31/07/2008).

Assim, percebemos que, segundo as entrevistadas, este posicionamento dos homens inibe as mulheres de falarem e também de participarem de forma mais atuante.

Porque mãe [D. Rita] e a irmã, Idelgardis, que é a freira que viveu aqui sempre com a gente, ela e mãe quando vão pra uma reunião o povo já diz “olha lá vem as metidas, em todas as reuniões elas se metem”. Eu acho isso uma discriminação grande. E isso inibe as mulheres de falarem mais, de participarem mais [...] as mulheres dizem que o machismo é grande no assentamento [...] No acampamento era bem diferente, era assim todo mundo participando das reuniões, de tudo. Até o dia de ir para a rua as mulheres iam com as crianças. Todo mundo junto (R. C., 31/07/2008).

Diante dessa situação, as mulheres solicitaram ao INCRA um lote de terra. A Irmã Idelgardis conseguiu um projeto para que elas pudessem cercar este lote e também perfurar um poço para implementar uma horta.

A horta se constitui como um avanço significativo para o grupo, constituído por 9 (nove) mulheres que plantam, colhem e comercializam produtos para o consumo: graviola, banana, caju, goiaba, limão, mamão e para venderem produzem: coentro, cebola, alface, tomate. A produção se dá coletivamente, vendem na feira e supermercados de João Câmara.



Foto: frutas e legumes da horta comunitária do PA Modelo II - 2008.
Fonte: Arquivo da autora

Da renda obtida, as mulheres pagam as despesas e dividem o que restou

entre elas. O valor líquido que fica para cada uma varia entre R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 40,00 (quarenta reais) por semana. Neste mesmo lote elas construíram uma casa, e nela, uma lavanderia comunitária.

Do início do projeto, em 2001 até 2007, contaram com a assessoria técnica permanente do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários-SEAPAC⁴⁴, a CEATEC, instituição de ATES do assentamento também dava orientações para as mulheres. Assim, a assessoria técnica e o êxito na produção das hortaliças têm possibilitado desenvolvimento, aprendizado, inovações, além da dedicação e motivação das mulheres em tocar o projeto.

Além da Associação das Mulheres do Modelo II, existem duas associações⁴⁵ comunitárias, uma em cada agrovila. Nessas, a diretoria é composta por três membros, os demais moradores são associados e pagam uma contribuição mensal. As reuniões dessas duas associações acontecem uma vez por mês, no entanto, dependendo da época passam até 5 (cinco) meses sem reunião.

Na agrovila Modelo I existe ainda, um projeto financiado pela Petrobras, uma alternativa de geração de renda. Esse projeto consiste numa plantação de girassol e é composto por um grupo de 9 (nove) trabalhadores, que já fizeram a primeira colheita em 2007, mas a safra foi pequena.

Em 2008 plantaram 120 hectares, colheram 180 toneladas. Ao visitar o assentamento em 2009 e conversar com o presidente da associação comunitária, o mesmo nos informou que em 2009 plantaram 300 hectares, mas as expectativas para a próxima safra não são otimistas devido ao excesso das chuvas.

4.3 Assistência técnica no assentamento modelo: o planejado x o executado

A assistência técnica fica assegurada aos assentamentos no II PNRA, na PNATER e na Instrução Normativa nº 15⁴⁶, a qual estabelece os serviços de ATES

⁴⁴ Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC, organismo de ação social da Província Eclesiástica de Natal, com ações de fortalecimento a produção familiar atua junto às associações comunitárias, dentre outros.

⁴⁵ Segundo Araújo (2005), as associações constituem uma exigência dos órgãos oficiais e entidades financeiras para aprovarem recursos para o assentamento.

⁴⁶ Instrução Normativa nº 15 de 30 de março de 2004, instrumento que dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.

como ação prioritária de apoio aos assentados. Nesse último instrumento normativo os serviços de assessoria deverão estar disponibilizados logo após a instalação da família na área do assentamento, visando proporcionar a troca de informações e experiências, conhecimentos tecnológicos de cunho social e econômico, propiciando o desenvolvimento pleno das habilidades das famílias assentadas.

Para tanto, estabelece que as equipes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES terão atuação junto aos projetos criados e a serem recuperados, de acordo com o contexto de desenvolvimento rural, integrando e envolvendo os diversos territórios e biomas, compostos por diferentes grupos sociais. Essas mesmas equipes devem também mobilizar as famílias, elaborar e acompanhar a implementação de ações iniciais, com o objetivo de garantir a soberania alimentar e nutricional dos assentados.



Foto: Famílias do PA Modelo II – 2009.
Fonte: Arquivo da autora

Tais ações devem ser permanentes e planejadas desde a instalação das famílias até o seu pleno desenvolvimento, tendo como instrumentos norteadores os Projetos Exploração Anual – PEA, o Plano do Desenvolvimento do Assentamento – PDA e o Plano de Recuperação de Assentamento – PRA, considerando a realidade e a necessidade do Projeto de Assentamento-PA.

Atualmente a equipe é composta por 5 (cinco) profissionais, um técnico de nível superior da área agrícola, um de nível superior da área social (podendo ser um assistente social, um pedagogo ou sociólogo), e três de nível médio, que podem ser da área social ou da área agrícola, que segundo um dos entrevistados, os de nível médio geralmente é dado preferência aos técnicos da área agrícola.

Na visão dos coordenadores A e C, a Assistência Técnica no Assentamento

Modelo é assim apresentada,

A assistência técnica envolve esse conjunto, só que a assistência técnica em si, sem ter um suporte do INCRA, do banco do Nordeste, que venha capitalizar financeiramente, a assistência técnica em si vai trabalhar só relatórios e mais relatórios, e não consegue avançar na produção. Não consegue desenvolver um trabalho voltado para os trabalhadores que estão lá no campo, para que venha mostrar para eles que aqui está dando certo. Muitas vezes faz um projeto de horta, um projeto para os jovens, mas faz um projeto para um ano, a assistência técnica passa 4 ou 5 meses funcionando, daí acaba o recurso. O profissional não vai trabalhar sem receber, e continua aquilo ali só na esperança [...] e aquela ansiedade do nosso público que é os assentados que estão lá não consegue viabilizar nenhum tipo de projeto e aquilo começa a dar uma desanimação nas famílias. (COORDENADOR A, 25/07/2008).

O entrevistado aponta que o êxito da ATER depende do compromisso de um conjunto de instituições, porém as falhas e lacunas nesse conjunto comprometem o processo de assessoria aos assentamentos e até desestimula as famílias a continuarem nas áreas de assentamento.

Conforme já foi assinalado no capítulo anterior, a assistência técnica no Rio Grande do Norte segue a Política Nacional e vem sendo implementada por instituições públicas, ONGs, Cooperativas e associações. Nos assentamentos rurais, a assistência técnica é executada através dos serviços de ATES que seguem os parâmetros da PNATER, segundo Dias (2004), institucionalmente os serviços de ATES estão subordinados às diretrizes da PNATER. O INCRA estabelece contratos, convênios ou parcerias, com base na Lei 8.666/1993⁴⁷, para contratação das instituições que executam os serviços de ATES junto aos assentamentos. Assim, o depoimento do entrevistado confirma essa lógica,

Antes ele (o assentado) podia escolher⁴⁸, mas agora com licitação ele não pode. São formados os blocos de assentamentos e aquelas empresas que querem participar daquele bloco vão concorrer a uma licitação. Não pode ser como tomada de preço porque o valor fixo hoje, quatrocentos reais por família havia nessa última. (COORDENADOR C, 29/07/2008)

Segundo o INCRA, aqui no Estado, as contratações firmadas têm se dado através de contratos e convênios, pois conforme a lei que rege essas contratações,

47 Lei de 21/06/1993, Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

48 Segundo os técnicos entrevistados na experiência do Lumiar os assentados escolhiam a instituição que prestaria assessoria ao assentamento. Na modalidade de contrato é feita a licitação quem ganha executa.

a parceria é uma modalidade que só pode ser firmada com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP⁴⁹, como existem poucas OSCIPs no estado, são realizados contratos e convênios.

As contratações das equipes para a ATES não têm período definido, o contrato ou convênio pode durar 5 meses, um ano, depende do montante de recurso que é liberado, e geralmente há muitos atrasos na liberação dos recursos.

Segundo os entrevistados, a assistência técnica aos assentamentos acontece de forma descontínua e o termo mais utilizado pelos profissionais é “uma assistência técnica parcelada” com muitas interrupções, o montante de recurso disponível é limitado e apresenta contradições, pois muitas vezes são devolvidos pelo INCRA-RN ao governo federal, porque não dá tempo executar dentro do prazo programado, dentre os entraves o mais apontado é a burocracia.

O INCRA enquanto órgão regional responsável pela implementação da ATES enfrenta muitos desafios, como o fato de não possuir um quadro técnico administrativo que dê conta das demandas e compromissos da política. Neste sentido, a coordenadora B afirma,

Vêm recursos para atender mais ou menos 13.000 famílias e, no entanto, não tem técnico suficiente para acompanhar os repasses, para fazer fiscalização nas áreas. Às vezes volta recurso porque não dá tempo (executar) [...] Tem recursos para casas, créditos iniciais, fomentos, recuperação das casas e não tem pessoal para acompanhar os processos, faltam carros, motorista. Então tem que definir prioridades. Apesar de terem sido realizados dois concursos desde 2003, até agora não há perspectiva de novos concursos...tem vagas aprovadas, mas não há perspectiva de contratar, e para executar a política com qualidade, seriedade precisa de muita gente. (COORDENADORA B, 29/07/2008)

Tudo por conta da burocracia, muitas vezes é licitação, outras vezes é documentação, que vem para cá, o INCRA não consegue desenvolver por conta da burocracia, e nós passamos um ano praticamente sem assistência técnica. Por exemplo, o ano de 2007 começou a assistência técnica no final do ano, começou em dezembro, dia 20 de dezembro. (COORDENADOR A, 25/07/2008).

Como se vê há muitas barreiras que dificultam a efetivação da proposta da PNATER no Rio Grande do Norte, a começar pelos órgãos governamentais

49 OSCIPs são ONGs, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos. São entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público, e o interesse social que despertam merece ser, eventualmente, financiado, pelo Estado ou pela iniciativa privada, para que suportem iniciativas sem retorno econômico.

responsáveis diretos pela implementação desta proposta. No caso da assistência técnica cujo convênio deveria ser renovado em abril de 2007, só foi possível entre novembro e dezembro, mais precisamente, em dezembro, conforme assinalado na afirmação do coordenador A, entrevistado. Um contexto que contribuiu para que os assentamentos ficassem o período mais importante para o plantio sem ATES.

Para os coordenadores das instituições de ATES, o INCRA repassa a sua responsabilidade para a instituição contratada. Assim, o Estado que teoricamente deveria apresentar um aparato técnico-administrativo para implementar a política, transfere para a sociedade civil esta tarefa e só firma o termo de contrato/convênio se a instituição apresentar capacidade técnica-operativa, atendendo a todos os critérios exigidos pela lei,

Toda a questão trabalhista eles repassam para as ONGS, não têm vínculo com o INCRA com o Estado, agente ainda não recebeu o recurso de maio, estamos chegando a agosto. Dezembro e janeiro nós recebemos em março. Em abril a gente recebeu fevereiro, e em maio a gente recebeu março e abril, dois meses. aí fica como você manter esse salário a uma equipe de dez técnicos? aí você tem o pessoal todinho de escritório, você tem o pessoal da administração, que tem outros recursos, mas você acaba tendo que tirar uns recursos de um canto para levar para o outro, é a continuidade do programa e a assiduidade de pagamentos, isso é o que faz com que a gente consiga desenvolver um bom trabalho. (COORDENADOR C, 29/07/2008)

Segundo esse entrevistado, na licitação o INCRA faz uma avaliação do corpo técnico e da proposta técnica, na proposta técnica a instituição apresenta um plano de trabalho, o qual é analisado pelos técnicos do INCRA e, se o plano for exequível, a instituição será selecionada.

Enquanto há um rigor necessário na seleção das instituições, há falhas no cumprimento dos contratos e na liberação dos recursos, pois são freqüentes os atrasos nos repasses e no cumprimento do contrato, por parte do INCRA. As instituições entregam os relatórios para liberação dos recursos e ficam esperando o retorno do INCRA, conforme assinala os entrevistados,

O governo passa para o INCRA, o INCRA repassa para as instituições, o estado pára em dezembro e só volta a funcionar em março e geralmente esses três meses a gente ficava sem receber. Eu trabalhava para outra empresa, trabalhei no MST um tempo e a gente ficava sem receber, três meses no mínimo sem receber, se mantendo de alguma forma. Quando teve a modificação de ATES, teve uma intermediária aí que durou cerca de um ano, que eu não me lembro bem, foi em 2002, aí começou novamente em 2004 realmente. Foram dois anos. (COORDENADOR C, 29/07/2008)

Nesse “passa e repassa” fica difícil a continuidade do programa. De acordo com os entrevistados, os profissionais envolvidos vão em busca de outras oportunidades de trabalho, visto que trabalham sob contratos temporários, e, à medida que esses contratos se encerram, as instituições ficam esperando sua renovação que não tem data definida, como ressalta o coordenador C “ficamos esperando, a gente continuou indo a campo, dando uma assistência ao pessoal para não acabar aquele vínculo”. Diante das limitadas condições econômicas das instituições de ATES, é impossível manter as equipes de profissionais nos períodos de suspensão/paralisação dos contratos. Às vezes não conseguem manter nem o escritório.

Esse contexto gera uma constante situação de desconforto para as instituições que necessitam manter a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos trabalhos, equipamentos de informática atualizados, renovar frota para as viagens, material de expediente, aluguel de escritório, dentre outros. Chegando, inclusive, a vender esses equipamentos para pagar ao pessoal que vai ser demitido, por não ter como mantê-los,

O pessoal do INCRA chegou de Brasília e dizem que vai sair daqui a 15 dias, daqui a vinte dias, promessas que não se concretizam. Claro que não depende dos profissionais, depende da burocracia, depende de outras coisas, fica a discussão, as cooperativas podiam participar ou não podiam? aí... como aqui a maioria são cooperativas, no estado do RN abriram essa exceção, aí... tem as vivências, e tudo isso, vão empurrando, vão empurrando, eu tô achando que em outubro, novembro ou dezembro é que vão firmar algum contrato. Passa mais essa lacuna, seis meses, sem assistência técnica. Tem assentado que diz “não, de novo o que é que vocês vieram fazer aqui de novo, a mesma conversa”. Até nós especialistas (técnicos) ficamos um pouco frustrados, a gente começa um trabalho e tem que parar, aí quando chega, e aquelas hortas? Ah, a gente parou porque já colheu e tá bom. Faltam incentivos, alguns continuam, mas são poucos, se você não tiver (dizendo): ‘vá lá, vamos lá’.
(COORDENADOR C 29/07/2008)

No decorrer dessa entrevista, o coordenador lembra ainda que faltam apenas três dias para chegarmos ao mês de agosto, o contrato encerrou em maio e ainda não fora renovado, e nem sabia quantos meses seriam necessários para que fossem estabelecidos novos contratos junto ao INCRA.

A instituição a que esse coordenador está vinculado é uma cooperativa e, nesses novos contratos a serem firmados, existe a discussão quanto à possibilidade

da participação das cooperativas. Segundo esse profissional, como a maioria das instituições que vêm prestando assessoria são cooperativas, foi redefinido que estas poderiam participar.

Nessa entrevista é revelada a dificuldade que os trabalhadores do assentamento têm em dar continuidade às iniciativas desenvolvidas junto aos profissionais da ATES. Dentre outros fatores, esse coordenador atribui essa situação às interrupções/paralisações dos contratos, ou seja, o curto período dos contratos que implicam na descontinuidade da assessoria técnica, confirmado na argumentação de outra entrevistada, que afirma,

Os convênios podem ser 2 anos, os últimos foram de 5 meses com aditivo de um mês. O atual contrato que está sendo firmado terá duração de um ano, podendo ser renovado duas vezes, a cada ano, o qual está previsto para durar 3 anos [...] porque não pode contar com recursos do próximo, não tem como programar despesas pro próximo governo, os contratos serão até 2011 (COORDENADORA B, 29/07/2008).

Nessa entrevista fica claro que a indefinição de orçamento/financiamento para a assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária, vem repercutindo diretamente na operacionalização do programa junto aos trabalhadores e nas relações de trabalho dos técnicos com as instituições executoras da ATES. Os profissionais que compõem as equipes multidisciplinares são contratados em condições precárias e, como mostra a entrevista a seguir, convivem com uma permanente instabilidade profissional, pois a responsabilidade em relação às questões trabalhistas é exclusivamente das cooperativas,

Tanto para o profissional de serviço social como para os outros que a gente trabalha aqui, o agrônomo, os técnicos agrícolas, porque segurança trabalhista a gente não tem nenhuma. Nós que somos sócios da cooperativa temos alguns direitos enquanto cooperados, mas as condições de trabalho são mínimas, porque o recurso é mínimo, os direitos trabalhistas nossos são mínimos. A nossa relação é mais com a cooperativa porque com o INCRA não tem relação nenhuma, nesse aspecto a relação é mais assim: fez um convênio com a cooperativa, mas a parte de recursos humanos é problema da cooperativa. A gente tem que ver dentro daquele recurso como manter os profissionais, os direitos trabalhistas não são assegurados... tem que administrar (A S . B, 05/08/2008)

Essa modalidade de execução da assistência técnica confirma a argumentação de Silva (2008) quanto à dependência das ONGs em relação ao Estado, bem como seu papel de complementariedade precária da ação estatal. Ao mesmo tempo revela a forma de contratação que o Estado indiretamente estabelece

com esses profissionais, mas se isentando de toda responsabilidade trabalhista, ou seja, podemos dizer que nessa relação de contratação que o INCRA estabelece com as ONGs há uma interdependência, pois o INCRA necessita das instituições para executar a ATES, e as instituições dependem do recurso federal que vem através do INCRA para manter seu quadro de funcionários e desenvolverem suas atividades, conforme seu plano de trabalho e as normas expressas nas exigências do contrato.

Nessa relação compete ao INCRA a supervisão e contratação das ATES, terceirizando os serviços e contratando as instituições para executá-lo, configurando contratos e relações de trabalho precários e temporários.

Para os entrevistados é inegável a importância da assistência técnica nos assentamentos, apesar dos limites e da forma como vêm sendo implementados os serviços, os quais estão sendo experimentados e ainda em processo de construção,

No papel ela é muito boa, vamos ver na prática, a gente ainda está colocando em prática, levando para o laboratório que é o campo, e eu espero que ela dê bons frutos, a gente vê que é uma boa proposta, tem uma perspectiva muito grande em cima dela, acho que ela tem muitos frutos a dar, mas a gente só vai saber no decorrer do tempo. Todo ano tem adaptações que são feitas, a gente termina, o plano é muito flexível, ele sofre alterações com o tempo, os horizontes às vezes não são atingidos, né? (COORDENADOR C, 29/07/2008)

Fica explícito nas entrevistas dos técnicos o esforço em executar a assessoria de modo a estimular os assentados para a organização e participação coletiva, e assim terem uma melhor qualidade de vida, com condições de produzir e continuar no assentamento.

Diante das necessidades sociais das famílias assentadas que não são atendidas, a organização e a participação dos trabalhadores na luta para garantir políticas públicas eficientes se constitui numa alternativa para reverter às necessidades em possibilidades.

Nesse sentido, a discussão acerca das políticas públicas que ainda não chegaram aos trabalhadores do Assentamento Modelo, diante do histórico de luta dessas famílias, possibilita uma reflexão sobre tais políticas e pode ser uma via de mobilização, em busca da superação das dificuldades apontadas, uma vez que as políticas que têm chegado nesse assentamento são os programas de crédito que os tornam, como eles afirmam “reféns dos bancos credores”.

Segundo os técnicos entrevistados há um descrédito, tanto dos profissionais

que compõem as equipes de ATES quanto dos trabalhadores em relação aos programas de reforma agrária. Devido às interrupções, e paralisações dos trabalhos, os agricultores já não acreditam totalmente nos projetos, e quando os técnicos vão às reuniões falar de algum programa, eles dizem “de novo essa conversa...”. Os profissionais reconhecem que já começaram e anunciaram tantos projetos sem continuidade que as pessoas dos assentamentos não participam com dedicação, e estão quase sempre duvidosas em relação às possibilidades de realização e da continuidade de projetos que venham a lhes beneficiar.

Conforme entrevista, a seguir, apesar de todas as dificuldades enfrentadas para executar a assessoria técnica nos assentamentos, os coordenadores reconhecem a importância da ATES nos assentamentos e apontam que a ausência desta torna mais complexa a situação do agricultor que interage com os técnicos e vê nestes uma referência de alguém que pode negociar/renegociar suas dívidas,

E o agricultor, ele tem uma interação e às vezes ele faz: “e como é que a gente vai ficar agora? Quem é que vai negociar, quem é que vai fazer?” Quando há essa quebra. E a gente tá vendo, o governo tá constantemente quebrando isso, eu venho acompanhando há uns três ou quatro programas do governo e tem um horizonte para três anos, quando chega dois anos já tá sem recurso, já tá ficando sem fôlego para chegar aos três, e eu ainda não vi nenhum chegar aos três anos, infelizmente, nenhum. (COORDENADOR C, 29/07/2008)

A descontinuidade da assistência técnica somada a outros entraves citados pelos entrevistados compromete e fragiliza as ações que são iniciadas nos assentamentos. O ritmo e as deficiências da ATES, segundo os entrevistados segue o mesmo do Lumiar, caracterizando-se por recursos limitados e atrasados, bem como condições de trabalho precárias. Para os entrevistados nesse quadro real da assistência técnica torna-se difícil executar essa modalidade de trabalho.

Tanto os assentados quanto os técnicos parecem cansados de esperar e acreditar nas mudanças que não acontecem, as pessoas tem iniciativas mais como não sentem apoio ficam desmotivadas,

Tem um grupo de jovem no meu assentamento que já se formou 5 vezes, só que forma aí passa um, dois, três anos, esperando, tal, se organizando, só que não vem e aquele grupo começa a ficar desestimulado e começa o pessoal a desistir. Aí depois, forma outro, mas forma já lembrando da decepção do outro que ficou para trás. As mulheres muitas vezes começam a iniciar um trabalho de horta, na nossa região é boa para isso, só que como não tem uma assistência técnica definitivamente que deveria ter,

acontece que dá o desânimo, e as companheiras deixam de produzir, começa, vai vai, lá na frente não tem quem oriente mais, retorna a estaca zero. (COORDENADOR A, 25/07/2008).

Segundo Coelho (2005, p. 67), na atualidade “uma nova referência acerca dos métodos do saber científico-técnico vem se fazendo necessária e exigindo uma concepção crítica da técnica e das tecnologias disponíveis”, nessa perspectiva a efetividade das orientações técnicas dependem de diversos fatores, dentre outros, as relações sociais de produção, os conflitos, contradições e interesses estabelecidos.

Nesse sentido, as falhas na orientação podem estar relacionadas também aos processos pedagógicos dos agentes externos, sendo importante refletir em que medida as equipes das ONGs, cooperativas, associações estão aptas para uma orientação que não gere dependência e, sim, um aprendizado libertador?

De acordo com os profissionais que atuam nas instituições, apesar dos esforços em dar orientações, prevenir pragas e doenças em animais, incentivar as mulheres e a juventude a participarem dos grupos, informando-os, esse trabalho sofre interrupções devido, principalmente, à sua forma de implementação, a qual tem se dado por contratos terceirizados cujo período previsto é de um ano, mas na prática, segundo os entrevistados, esses contratos são geralmente interrompidos antes do prazo combinado. E algumas experiências de organização e de ações coletivas por parte dos trabalhadores, tendo em vista seu fortalecimento com o apoio da assistência técnica geralmente são frustradas.

Como já foi exemplificado anteriormente, no ano de 2007, os assentamentos contaram apenas com quatro meses de ATES. E, em 2008, não tem sido diferente, o convênio terminou em maio e já estamos em novembro e não foi ainda renovado, segundo informação de um técnico da CEATEC o Edital foi lançado, mas necessitava de ressalvas, então foi recolhido para correções, e ainda está nesse processo.

Assim, somando os meses que efetivamente os assentamentos contaram com a ATES, nos dois últimos anos (2007-2008) totaliza nove meses de ATES, ficando um déficit de quinze meses, o que comprova a descontinuidade dos serviços, a indefinição de orçamento para essa política e a falta de prioridade, na prática por parte do Estado nesse setor.

4. 4 Proposições e desafios para melhorar a ATES no Assentamento Modelo

Em que pese a recorrência na fala da maioria dos entrevistados em apontar as interrupções no processo de implementação da ATES como o vilão do fracasso nos projetos dos assentamentos, alguns técnicos acreditam ser possível melhorar a assessoria técnica nos assentamentos, desde que alguns problemas de infraestrutura, de operacionalidade sejam superados pelo INCRA, pelas instituições contratadas e pelos assentamentos, em relação ao INCRA, apontam que é necessário,

Mais profissionais, às vezes volta recurso porque não consegue executar, hoje não consegue executar o que tem disponibilizado, nem os recursos disponibilizados. Temos uma demanda enorme [...] Pensar um formato que não tenha tanta dificuldade na realização...Não tenha tanta descontinuidade (COORDENADORA B, 29/07/2008).

A entrevista expressa contradições e limites na execução da ATES, aponta que uma política contínua e permanente, capaz de atender à demanda das famílias assentadas, requer um novo modelo e definição no processo de execução, implica em mudanças estruturais como a ampliação no quadro de funcionários do INCRA, por exemplo, além do repensar a atual modalidade de execução.

Assim, definir e organizar melhor a forma de execução da ATES pode ser uma alternativa no sentido de superar as incertezas que, segundo Dias (2004), tem sido uma tendência natural da proposta de ATES em relação aos seus possíveis desdobramentos.

Diante das inúmeras necessidades com as quais convivem os trabalhadores, suas expectativas no programa de assessoria técnica, se constituem numa possível alternativa para o desenvolvimento do assentamento, apesar dos inúmeros desafios. Um dos trabalhadores entrevistados espera,

Que a assistência técnica lutasse mais pela gente, porque a luta deles é pouco. Procurasse mais coisa, desenvolver mais o assentamento. Porque está muito parado, viesse mais, participasse mais aqui no assentamento (M. C. , 31/07/2008).

Ao sugerir uma assessoria mais assídua e mais envolvida com os problemas

das famílias assentadas, o trecho revela aspectos relacionados à metodologia, ao papel da equipe de assessoria e dos assentados.

O termo “lutasse mais pela gente”, expressa a idéia de que a equipe de assessoria pode viabilizar o acesso dos agricultores aos programas e benefícios relativos às políticas e créditos para a agricultura, pelo fato de as instituições que vêm prestando assessoria ao Modelo serem ligadas aos movimentos sociais, daí os agricultores atribuírem a ATES um papel exercido historicamente pelo movimento social na mobilização e na luta com os trabalhadores por direitos e políticas públicas que assegurem melhorias e sua permanência no assentamento. Nessa concepção compete a ATES, além da assessoria, a mobilização das famílias.

Para os técnicos entrevistados, as expectativas criadas pela proposta da PNATER não correspondem à capacidade operativa do INCRA, organismo responsável pela sua execução.

Concepção confirmada na avaliação do PRRA-RN, período (2003-2006), pelos movimentos sociais que apontam muitas fragilidades nas parcerias estabelecidas pelo governo federal, através do INCRA com as instituições que implementam a assistência técnica no Estado.

As instituições contratadas para executarem os serviços de ATES reconhecem através dos seus coordenadores entrevistados que também possuem suas deficiências, e dentre outras, destacam as condições precárias do trabalho a que são submetidos os técnicos, com pouca infraestrutura para implementar o trabalho nas áreas de assentamento, a proporção de famílias para cada técnico, os curtos períodos de vigência dos contratos devido aos poucos recursos liberados para os mesmos.

Nesse contexto, podemos indagar, como a assessoria pode desenvolver processos pedagógicos que gerem autonomia dos agricultores assentados?

Os técnicos entrevistados argumentam que deveria existir mais apoio, mais incentivo para as instituições que prestam assessoria. Eles sugerem um incentivo, um financiamento do governo federal, para infraestrutura (como transporte, computadores, etc.) e outros equipamentos que possam oferecer um trabalho mais eficiente às famílias, visto que os recursos que as instituições recebem não são suficientes para pagar os salários dos técnicos,

O governo do estado tem a EMATER que tem carro, isso e aquilo, essas entidades elas têm um trabalho de serviço prestado, mas muitas vezes ela

não tem um capital de giro, ela não tem transporte adequado muitas vezes porque o recurso que ela ganha é um recurso mínimo. Não tem um financiamento de transporte, de computadores, de equipamentos que possam oferecer um trabalho melhor para aquelas famílias. [...] Eu acharia necessário que dentro do programa de ATER, tivesse uma linha de crédito para isso, para essas entidades que prestam serviço lá no campo. (COORDENADOR A, 25/07/2008).

Nessa proposta, o Estado, além de contratar os serviços estaria equipando as instituições terceirizadas para implementar a ATES. O que é contraditório no contexto de sucateamento da EMATER, organismo de assistência técnica e extensão rural do Estado, que passou pelo dismantelamento estrutural na década de 1990 e necessita ser mais bem equipada em relação aos recursos humanos e infraestrutura.

Outra reivindicação das instituições de ATES é reduzir o número de famílias que cada técnico deve assessorar, este número, atualmente é de 100 famílias por técnico, totalizando, em média, 500 por equipe de assessoria. Ao que tudo indica no próximo contrato (2008-2009), que se encontra em processo de negociação passará a ser 85 famílias por técnico.

É uma luta nossa ainda com relação a ATER, porque eu trabalho desde o tempo do Lumiar com ATER, e como parâmetro de ATES usaram o programa Lumiar [...] uma das reivindicações que nós vínhamos fazendo era de redução da quantidade de famílias que cada técnico atende hoje certo? Cada técnico atende 100 famílias. Mas não se pode trabalhar só com 100 famílias se tem um bloco de famílias para essa equipe, certo? Então a assistente social trabalharia com as 500 famílias, o agrônomo também com as 500 famílias, é pelo menos a política que nós fazemos aqui, e os técnicos em nível médio, eles atendem mais pontualmente (COORDENADOR C, 29/07/2008).

Nos últimos contratos a proporção de famílias por técnico de nível superior em alguns casos chega até 500 famílias, tanto para o profissional da área agrícola como da área social. Outro problema apontado pelos coordenadores entrevistados é o perfil dos profissionais de nível superior, segundo eles os contratados em sua maioria possuem pouca habilidade para lidar com os trabalhadores assentados e nesse sentido afirmam,

A gente tem uma carência muito grande hoje de técnicos com especialização [...] a assistente social que vem para o meio, tem uma dificuldade grande. Dentro da sua grade curricular não tem nenhum foco voltado para o campo e a gente vê isso no dia a dia com elas. [...] a própria área agrônômica hoje ela não prepara o técnico para a extensão [...] só

quem vive nesse meio que já tem alguma afinidade. (COORDENADOR C, 29/07/2008).

Para os entrevistados, as lacunas na formação acadêmica, tanto dos profissionais da área social, como dos próprios agrônomos, é outro fator que também interfere na efetivação da assistência técnica. Eles entendem que as universidades não vêm incorporando as demandas e questões rurais em seus currículos acadêmicos o que compromete o trabalho dos profissionais.

Para os mesmos, os técnicos ao saírem da academia para desenvolver o trabalho junto às famílias camponesas em sua maioria não compreendem as particularidades das comunidades rurais, como modos de convivência, cultura, relação com a natureza, dentre outros aspectos que divergem da cultura urbana predominante nas universidades. Nessa perspectiva, os entrevistados sugerem uma formação voltada também para as questões rurais, interagindo mais com essa realidade.

A concepção dos trabalhadores acerca da ATES no Assentamento Modelo, não apresenta grandes divergências da percepção dos técnicos. Os agricultores entrevistados sabem que existe a assistência técnica e uma equipe de assessoria técnica no assentamento, mas têm dificuldade em lembrar os programas produtivos acompanhados pelas equipes e as atividades que a mesma realiza no assentamento.

Assim, algumas respostas expressam uma idéia um tanto indefinida a respeito do programa e das atividades desenvolvidas pelos técnicos, “Porque quando eles entraram foi mais para esse projeto mesmo (reforma das casas). Depois que fizeram essas reformas ninguém não sabe o que eles vão fazer pra frente(daqui pra frente) (M. C., 31/07/2008)”

Já em relação às instituições que foram responsáveis pela assistência técnica, desde o início da implementação do programa no assentamento até o momento dessa pesquisa, os entrevistados apresentam relativo conhecimento,

No começo era a EMATER, agora é a CEATEC, é uma ONG. Logo no começo as reuniões aconteciam uma vez por semana. Depois eles se afastaram. No começo era bom, dava mais orientações, fazia experiências com as mulheres. A assistência técnica é uma necessidade. (M. R., 21/07/2008)

A maioria dos entrevistados parece desconhecer a profissão dos técnicos que atuam na equipe multidisciplinar, e não compreende o papel destes no assentamento, os que lembram, destacam três profissionais: o agrônomo, o veterinário e a assistente social; alguns destes mencionam também o técnico agrícola.

Esse desconhecimento, especialmente acerca dos papéis exercidos pelos referidos profissionais, pode ser retratado na seguinte afirmação: “às vezes vem olhar a plantação, outra atividade, comprar um animal, eles sempre acompanham, não é toda hora”. (J. R., 30/07/2008).

A referência a esses profissionais, com exceção da assistente social, pode está relacionada ao fato de estes terem maior significado em relação as suas atividades, como agricultores e pequenos criadores. Certamente há explicações não distantes de sua realidade específica em confronto com a complexidade que envolve as políticas de ATER.

Segundo o coordenador da instituição de ATES, responsável atualmente pela assessoria nesse assentamento, a equipe atual é composta por quatro técnicos, sendo três de nível superior (engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, pedagoga)⁵⁰ e um técnico em agropecuária.

Dias (2004 p. 534) ao analisar a proposta de ATES afirma que existe uma profusão de conceitos e princípios orientadores que, “ao não serem definidos ou problematizados, podem gerar incertezas e contradições, tanto no processo de assessoria quanto no de supervisão, criando novos campos de tensão na implementação dos serviços”.

Tais incertezas e indefinições acerca do papel da ATES no Assentamento Modelo fica explícita nas falas de alguns trabalhadores entrevistados,

[...] Não perguntam a gente sobre as coisas dos roçados, não deu reforço pra gente, pra vir aqui é um sacrifício diz que não tem gasolina pra botar na moto, deixavam uns papéis aqui, era preciso outro ir deixar lá (J. E., 21/07/2008).

Esse depoimento expressa a inquietação dos agricultores diante do pouco avanço no processo que, na sua visão, tem sido marcado muito mais por discussões

⁵⁰ Na ocasião da pesquisa o técnico da área social não era mais assistente social e sim pedagoga, é freqüente a rotatividade de profissionais nas equipes de assessoria.

teóricas, por isso sugerem medidas práticas e mais aproximação dos profissionais com os trabalhadores. Na entrevista, a seguir, o agricultor assentado expressa uma certa resistência ao tecnicismo⁵¹ ainda presente na assistência técnica, apesar de a PNATER propor um novo modelo de assistência técnica.

Tem momento que nem o assentado vai querer a ATER toda hora. Eu acredito que na hora de mais precisão eles devem estar aqui. Isso a gente tem que cobrar... Tem momento que eles podiam tá aqui, mas não tá [...] O que acho da ATER é o seguinte, eles estudaram, se formaram naquilo, mas na prática quem sabe é o trabalhador, eles tem que escutar a gente. Muitas vezes você estudou, o estudo deixou aquilo, mas na prática quem sabe é o trabalhador [...]. A ATER podia respeitar mais a gente, a ATER deveria sentar e discutir com o agricultor quando errasse, errava todos, quando acertasse acertava todos (J. R. , 30/07/2008)

Nessa entrevista há uma indicação de que cabe ao agricultor reivindicar, cobrando mais a presença da ATER, há, também, referência à necessidade de o técnico escutar mais o agricultor, sugerindo o diálogo, a troca de saberes entre agricultor e técnico, superando a idéia de que os técnicos sabem o que é melhor para os agricultores. Ele propõe a comunicação, a reflexão, uma relação que conceba o homem como um ser de transformação do mundo.

A proposta é de uma orientação técnica fundada em métodos participativos e saber partilhado, Freire (1977), Coelho (2005). De modo que a atenção e interação entre os sujeitos possam provocar mudanças necessárias à convivência mútua, na qual ambos aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

É importante nessa relação confrontar os saberes, superando, assim, segundo Freire (1977, p.27) a ingenuidade no processo educativo, “em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos”.

Para o entrevistado, a seguir, dependendo da época, os técnicos ficam ociosos no assentamento, no entanto, à medida que as dificuldades e os problemas aparecem, mas necessário se faz a presença de profissionais do Serviço Social e da Medicina Veterinária.

Eles (os técnicos) ficam sem atividades, tem ano. Quanto mais tempo ruim

51 Trata-se do olhar profissional que apenas vê e quer implementar soluções técnicas e tecnológicas, sem ser capaz de entender como as relações sociais e a história de vida dos agricultores se ligam a essas soluções, sejam elas convencionais ou alternativas, Coelho (2005).

mais necessita do veterinário e da assistente social, precisa do veterinário porque os animais sofrem... e da assistente social pra discutir e chegar a encaminhamentos com a comunidade (F. A., 21/07/2008).

Nessa visão em que esses profissionais têm papel fundamental e podem colaborar na superação das dificuldades, interagindo com a comunidade no cotidiano do assentamento e à medida que são criados espaços dialogicamente interativos e discursivamente mediados ocorre um processo no qual são estabelecidos compromissos de responsabilidade tanto da parte dos indivíduos do grupo social envolvido quanto da parte do profissional para com esses (COELHO, 2005 p. 87). Assim, ocorre, nessa interação, o trabalho compartilhado.

Portanto, chama a atenção no discurso de uma trabalhadora seu alcance e o atendimento correto com resultados positivos sobre a ação concreta de um técnico num momento preciso:

Na verdade não é só orientar a gente como se deve fazer, tem que orientar direitinho, explicando passo a passo, botando a mão na massa, ensinando direitinho a gente. Foi bom o tempo que eles passaram aqui. Por exemplo, o tomate, que dava uns bichinhos, conseguimos melhorar um pouco mais, porque o tomate ficava maiorzinho, já dava uns furinhos, já dava uns bichinhos, acabava, não prestava mais. Um deles repassou adubo orgânico, essa experiência dele foi maravilhosa. Além de trabalhar teoricamente, ele trabalha na prática, ensinando a gente bem explicadinho, direitinho, ele é um bom agrônomo, ele deu uma boa assistência a gente (R.C., 31/07/2008)

Dessa forma, fica visível nas falas dos entrevistados a importância da aproximação do técnico com o agricultor, pois o interagir do profissional com a realidade do mesmo parece uma necessidade na execução da assessoria técnica no Assentamento Modelo.

Na perspectiva de Coelho (2005, p.66), quando se tem em vista a emancipação humana, uma nova ciência se faz necessária, em seus métodos, mudando funções sociais dos técnicos e dos agricultores “que deixam de ser, respectivamente, meros repassadores de conhecimentos ou meros consumidores de tecnologia.” E passam a compartilharem saberes e responsabilidades.

4. 4 .1 A vida no Modelo: Incertezas e perspectivas

Quanto às dificuldades da assistência técnica, a maioria dos entrevistados

não sabe o porquê, mas alguns afirmam que está relacionada, também, aos programas e modalidades de crédito que o governo disponibiliza para os trabalhadores, argumentando que “o técnico não pode fazer milagre, aqui no assentamento”. E aponta a questão do endividamento como um dos obstáculos nesse processo: “quase todo mundo é inadimplente, penso que 98% das pessoas estão inadimplentes” (F.A 21/07/2008). Outro atribui a pouca presença da assessoria técnica ao assentamento “as instituições só chegam na hora que não precisa, só na hora que vai ter projetos, quando tem dinheiro...” (V. F. 21/07/2008).

Esses são impasses para os agricultores, que por terem “débitos” pendentes com o sistema financeiro ficam sem acesso a incentivos do Estado para produção. Num contexto em que a ATES se constitui uma ação imprevisível, o desafio para a política de assistência técnica que propõe desenvolver a agricultura familiar é repensar e aperfeiçoar essa modalidade, pois no contexto atual, os trabalhadores ficam limitados a esperar por mais assistência da equipe de assessoria técnica, mais acompanhamento, mais agilidade na solução das pendências junto aos bancos, ficando evidente, também, nesse universo, a existência de um descompasso entre o tempo das instituições e o tempo do agricultor, conforme argumentam:

Poderia ser melhor se viesse na hora que o trabalhador precisa orientar mais sobre os animais, quando adoecesse um bicho eles viessem aqui dizer o remédio, pois os técnicos é que dizem quando podem vir, ter contato fora do assentamento. A assistência técnica deveria entender mais a situação da comunidade e o que a comunidade precisa, acompanhar mais a situação dos inadimplentes, se dissessem nossa situação no banco, a gente só sabe quando vai fazer empréstimos (J. E. 21/07/2008).

Nesse sentido, mesmo não conhecendo com clareza os objetivos do programa, os agricultores esperam da assessoria técnica respostas e soluções para os seus problemas, “deveriam dar mais acompanhamento e se tivesse mais crédito era ver se a gente se levantava porque o que já se passou, acabamos tudo” (M.C 31/07/2008). O entrevistado faz referência aos créditos que recebeu anteriormente e investiu no plantio e na compra de animais. Entretanto, o resultado desse investimento não dar para pagar os créditos que adquiriu.

Através das entrevistas, é possível constatar que há bastante divergência na visão dos trabalhadores sobre a ATES, alguns estão satisfeitos, outros acreditam que a falta de recurso e de infraestrutura inviabiliza o desenvolvimento e a

continuidade da assessoria, outros atribuem aos profissionais toda a responsabilidade desse processo, e ao falar sobre as atividades desenvolvidas pela equipe de assessoria, argumentam:

Fazem projetos, a assistente social trabalha com as famílias, tenta organizar as mulheres, como lidar com o lixo, orientam em relação ao plantio, orientação das vacinas, a criação de animais (F. A., 21/07/2008).

Eles chegam e convocam, diz o presidente: “tal dia a gente tá aí”. O presidente reúne o povo aí quando eles chegam fazem uma reunião com a gente. Fala o que veio fazer, às vezes manda a gente assinar papel. Quando eles estão é bom, é uma assistência técnica para dar acompanhamento. (M. C.,31/07/2008).

Contudo, em meio às dificuldades apontadas por esses assentados, seja em relação à assessoria técnica das equipes institucionais, seja a seus próprios problemas, como a inadimplência, por exemplo, eles definem a vida no assentamento como uma possibilidade de liberdade, principalmente em relação ao trabalho que executa na agricultura, em que eles mesmos organizam seu tempo e momento de trabalho, visto que não têm patrão.

Vir para assentamento ninguém quer não, mas a gente vem... e depois que chega aqui ninguém quer sair mais não. Aqui a gente sofre mais é livre, se chegar alguém de manhã mandando a gente acordar, aí eu digo, estou no que é meu, porque não veio ontem à noite para a gente conversar? Bater um papo? Isso eu gosto de fazer, conversar, bater papo... aqui não é como nas favelas que a pessoa é escrava do tráfico [...] tenho minhas 10 mil covas, trabalho na hora que eu quero. Sou o dono (F. A., 31/07/2008).

O trecho acima expressa o argumento de um trabalhador que reconhece e afirma a importância de o trabalhador ter onde plantar e onde morar. A comparação entre a vida na favela⁵² e a vida na zona rural expressa sua concepção acerca desses dois espaços que compreendem geralmente o lugar social das classes exploradas e, portanto, uma comparação entre violência e liberdade. Expressa, também, o exercício da cidadania, incluindo a liberdade de expressão e de tomada de decisão, pois para eles o fato de morar no assentamento o isenta da violência urbana.

Dentre as inúmeras necessidades pelas quais passam as famílias do Assentamento Modelo, os entrevistados destacam algumas que são mais urgentes

52 Ao fazer referência a favela o trabalhador parece reproduzir uma visão sobre os moradores das favelas como se todos fossem dependentes do tráfico.

para melhorar sua qualidade de vida no Assentamento Modelo, assim expressam,

No momento é água irrigada, com certeza, porque olhe a poeira. Tendo água a gente pode plantar, e a partir daí a poeira diminuir mais. Na maioria das pessoas acho que falta mais comunicação. Eles se comunicar mais com os outros, porque aqui quando era no acampamento era mais humilde, sabe? Agora tão assim quase individual, cada um por si... Tão mais isoladas [...] tem aquela discriminação do grupo de mulheres, essas coisas.(R. C., 31/07/2008).

E esse ano ainda está melhor porque o governo fez essas cisternas, e encheu de água aqui no inverno e quando não tem a gente paga uma carrada d'água ali em Queimada é trinta reais, bota na cisterna. Vai escapando... quando a pessoa tem condições de botar, quando não tem, às vezes vai buscar em Queimada...em carroça. E agora de um tempo para cá que o exército tá botando, é uma benção, mas isso aí também é um negócio que não é seguro, é que é contrato. Outra coisa que a gente precisa aqui é de um desses postes⁵³ [...] Melhoramento da saúde, porque a saúde aqui não está bem. Olhe eu gosto muito daqui, só tem uma época que eu acho ruim é o tempo da poeira, da seca. Porque é poeira, é poeira, cobre tudo de poeira, a pessoa não pode nem abrir os olhos (M. C, 31/07/2008).

Nas entrevistas surgem muitas questões intrínsecas à vida dos agricultores relacionadas à situação ambiental, de gênero, cidadania, entre outros que no limite desse trabalho não é possível aprofundar, são questões presentes no cotidiano do PA Modelo e que certamente retratam a realidade que predomina em muitos assentamentos dado a morosidade do programa de Reforma Agrária e da ATES.



Foto: Cisterna do PA Modelo II – 2008.
Fonte: arquivo da autora

A realidade explicitada pelos trabalhadores entrevistados em relação à problemática da água se repete em outros assentamentos da região do Mato Grande, e do Rio Grande do Norte, se constituindo um grande desafio para o

⁵³ Referência à iluminação nas ruas do assentamento que há anos esperam.

desenvolvimento dos assentamentos, conforme pesquisas realizadas nessa e em outras regiões do Estado⁵⁴. Desafio que leva a questionar, como as políticas de assentamentos têm enfrentado essa problemática? E como a ATES pode ter êxito se essa parte não for enfrentada?

Apesar das críticas a ATES, das dificuldades, do não acesso aos trabalhadores, estes sabem o que é necessário e apontam caminhos. As entrevistas, a seguir, explicitam suas proposições em relação à Assessoria Técnica, Social e Ambiental, sugerindo medidas para o desenvolvimento do Assentamento e para atender as suas necessidades essenciais de sobrevivência as quais necessitam de investimentos e projetos políticos que atendam as suas demandas. Assim, para melhorar a assistência técnica os trabalhadores dão as seguintes sugestões:

É que eles (os técnicos) estejam na hora da precisão, que viesse morar mais nós, se não quiser morar na casa grande a gente faz uma casa, aí eu confiava [...]. É só conversar, conversar, nunca botar em prática. Só acredito na empresa que o técnico mora aqui [...] A terra tanto é boa como é forte [...] É a região melhor que tem para uns tipo de agricultura já se plantou diversas culturas e dá certo, tendo água (V.F.21/07/2008).

Ao falar da possibilidade de produzir, tendo água, o agricultor mostrou umas espigas de milho, que tinha acabado de colher do seu roçado, ressaltando que quando chove é possível plantar e colher o suficiente para sua subsistência. Segundo ele, o governo oferece algumas condições positivas, mas não corresponde às ferramentas necessárias para o trabalhador alcançar uma maior independência.



Foto: Sistema de irrigação da horta – 2008.
Fonte: Arquivo da autora



Foto: Plantação de milho – 2008.
Fonte: arquivo da autora

54 Sobre a problemáticas da água ver estudos de Roberto Marinho Alves da Silva, 2006, Severina Garcia de Araújo, 2005, dentre outros.

A partir das entrevistas, enumeramos alguns pontos que os agricultores destacam como necessidades que não sendo atendidas, comprometem suas vidas no Assentamento Modelo, as quais estão relacionadas às políticas públicas básicas essenciais, já asseguradas aos assentamentos, tais como:

Água encanada, segundo os entrevistados, no verão, eles sofrem muito com a poeira, com a seca, precisam de água encanada, de irrigação, cavar poços para produzir, ter em que trabalhar. Saúde “é necessário maior cuidado com a saúde e mais freqüência no atendimento médico”, o médico só vai uma vez por mês ao assentamento. Educação, mais cuidado na educação, as crianças não estão aprendendo a ler, os professores vêm de longe, “precisa mais atenção na educação das crianças”. Em relação às “Empresas” (instituições responsáveis pela execução da política de ATES), “ter mais acompanhamento, “ter fiscalização pra prestarem serviço aqui”.

Na experiência do Assentamento Modelo, desde a sua criação em julho de 1995, não existe uma infraestrutura social adequada às necessidades dos trabalhadores, sendo a falta de água o maior problema relatado pelos agricultores familiares.

As piores dificuldades daqui são a falta de água, ainda hoje a gente bebe água trazida pelo carro pipa, porque tem um poço ali, mas é salgada, não dá pra a gente beber, só presta para os bichos né, e o poço de beber era um poço que tinha lá na entrada aí secou, não tem mais água (M. C.,31/07/2008).

Todos os trabalhadores entrevistados destacam a falta de água, dentre as principais dificuldades enfrentadas por eles para sobreviverem no assentamento.



Foto: Reservatório de água para irrigação da horta – 2008. (Fonte: arquivo da autora)

Outras pesquisas e estudos realizados nessa região constataam a falta de água como um problema recorrente. Araújo (2005, p.164) afirma que no assentamento Zabelê as famílias apontam a questão da água como o maior e mais dramático problema enfrentado. Algumas famílias tiveram dias que, sequer, tinham água para o consumo doméstico (beber, cozinhar, tomar banho). Nesse contexto, a questão da água é um problema recorrente nessa região e o Estado nas três esferas (municipal, estadual, federal) não tem encarado de forma definitiva essa problemática⁵⁵.

Observa-se, portanto, que são muitos os problemas enfrentados pelos assentados do Modelo, relacionados, principalmente, à falta de infraestrutura: abastecimento de água, estradas e políticas básicas de saúde, educação, assistência técnica, conforme assinala o trabalhador entrevistado, “ Estrada, colégio, transporte, o pagamento da assistência técnica em dia...” (F. A., 21/07/2008).

Segundo os entrevistados, a realidade dos assentamentos expressa-se em um conjunto de problemas que impedem o seu desenvolvimento, além de manter muitos trabalhadores desmotivados, principalmente os jovens que se vêem sem oportunidades e com pouca perspectiva de continuar trabalhando e morando no assentamento, devido ao período de estiagem e à falta de oportunidades que os motive e lhes proporcione condições de se manter dignamente como trabalhadores rurais.

Dentre os trabalhadores entrevistados há aqueles que criticam a assessoria técnica e não vêem inovações na política para desenvolver o assentamento, percebe-se que a concepção dos agricultores familiares entrevistados acerca da função dessa política ainda se pauta no modelo de assistência técnica tradicional⁵⁶. Concepção que pode ser constatada na sua opinião sobre o que deveria fazer a assessoria técnica,

Tem técnico que não sabe onde fica o lote, nunca fizeram inseminação de lavouras, nunca aplicaram inseticidas pra ver qual é o mais adequado, nunca fizeram análise de solo (V.F. 21/07/2008).

55 Para maior aprofundamento sobre essa problemática ver SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado.UNB. Brasília, 2006.

56 A concepção tradicional é a concepção difusionista que segundo Coelho (2005), tem intenções manipulatórias podendo interferir na organização política e de representatividade cidadã dos membros dos grupos sociais com os quais o técnico trabalha.

No trecho acima prevalece ainda a concepção do modelo de agricultura tradicional adotado na revolução verde, os demais agricultores entrevistados, com exceção das mulheres envolvidas com o projeto da horta também não fazem nenhuma referência a agroecologia, modelo de agricultura recomendado na PNATER.

A seu modo e a partir do seu saber, os trabalhadores entrevistados também apontam a necessidade de uma assessoria técnica mais equipada, com ações mais eficazes no assentamento. O trecho, a seguir, expressa um descrédito em relação aos organismos institucionais que intermedeiam os agricultores rurais nos projetos que chegam ao assentamento, nesse aspecto há uma visão que pré-julga a realidade no contexto presente:

Primeiramente se tivéssemos uma assistência técnica equipada [...] Na vida das pessoas falta oportunidade. Tem muita gente que não sabe ler aqui. Falta trabalho, quando chove todo mundo tá trabalhando. Quase não chega incentivo do governo federal e quando vem só chega aqui 10%. O governo faz, mas tem que fiscalizar. Bom seria se as sementes e o crédito saíssem direto do governo pra os trabalhadores, sem intermediários. Tem pessoas desonestas que estão trabalhando nesse meio (F. A, 21/07/2008).

O entrevistado expressa certa desconfiança em relação aos técnicos e aos órgãos responsáveis pela assessoria técnica ao assentamento, explícita, também, que o êxito na execução da ATER depende de financiamento e políticas de incentivo à produção que viabilize condições de trabalho ao agricultor familiar.

E apesar de nas suas falas ser recorrente a questão da assessoria técnica, entretanto, emerge nessa fala, vários outros aspectos tais como: a questão do analfabetismo, do trabalho porque falta chuva, a estiagem freqüente, então como desenvolver o assentamento se a reforma agrária não assegurar medidas para essa questão?

4.5 Assistência técnica e créditos rurais: revelação dos agricultores

As modalidades e condições de acesso aos créditos rurais⁵⁷, têm colocado

⁵⁷ BASTOS (2006, p.52). Aponta que existem basicamente três tipos de crédito rural: custeio, investimento e comercialização. O Custeio está relacionado a sustentação das atividades como o

os assentados numa situação de inadimplência permanente. Certamente essa situação não representa um caso isolado e tem uma de suas causas no próprio sistema de crédito. Segundo Bastos (2006, p. 50), em relação ao crédito rural as regras estão ainda submetidas a critérios de risco e ao disciplinamento do Banco Central do Brasil (Bacen). O qual é “sujeito também a imposições de acordos com o Sistema Financeiro Internacional, particularmente com o Fundo Monetário Internacional-FMI”.

A situação de inadimplência a que são submetidos esses trabalhadores revela as contradições inerentes ao modelo de crédito destinado ao agricultor familiar. A base de financiamento e exigências bancárias, que não estão ao alcance do trabalhador atendem às exigências do capitalismo para a reprodução do sistema econômico e dificulta a participação dos pobres que não têm uma renda fixa, na dinâmica da economia do país.

No caso dos trabalhadores, da experiência em análise, a problemática dos créditos e da inadimplência vem se perpetuando ao longo dos anos, impedindo-os de acessar novos créditos, pois de acordo com o trabalhador,

Faz uns anos que ninguém pega [...] Tem muitas parcelas que não paga, os juros não sei , sei que não vem muito alto, depende do projeto que a gente fez. Os projetos é mais feito em grupo. Agora a gente vai fazer individual, em grupo deu muitos problemas... (J. R. 30/07/2008).

Já recebeu (o pai do informante) mas pegou os anos seco teve que vender os animais. Se vender o que tem não dá pra pagar nem a metade dos débitos, pagou algumas parcelas, era mais ou menos 300,00 ao ano, não teve mais como pagar. Deve mais ou menos 10.000,00, pagava 200,00 da casa, essas casas não são de graça (J. E., 21/07/2008).

Fica evidente a dificuldade dos assentados em tocarem os projetos coletivos, bem como a tentativa de buscarem novas modalidades de financiamento, já que “em grupo” como ele ressalta não tem dado certo, pois alguns conseguem produzir para sua subsistência e saldar os empréstimos, enquanto outros, o que produz só dá para o consumo da família, devido às condições climáticas e de infraestrutura enfrentadas pelos assentados.

cultivo e a colheita. Já o Investimento financia instalações, culturas permanentes e semipermanentes, veículos, equipamentos e animais para reprodução e tração. Enquanto o de Comercialização atende às necessidades do agricultor quanto ao beneficiamento primário e à distribuição de sua produção.



Foto: Cultivo de banana do PA Modelo II 2008. (Fonte: arquivo da autora)

No que diz respeito ao crédito e incentivos para desenvolver o trabalho no assentamento, constatamos que muitos assentados já foram beneficiados, mas enfrentam alguns problemas quanto à quitação, aos juros e até mesmo à aplicação do valor recebido,

[...] a gente só pegava uns custeios, agora nem custeio tem mais, depende do Banco, aí não tem como, o Banco não libera. Faz uns cinco anos ou mais, que ninguém consegue. Aí recebemos só esse crédito aí parou tudo assim, e veio sair um projeto do PAC que é fundo perdido aí vem via associação e a gente pega os animais (M. C. 31/07/2008)

Segundo os entrevistados, os créditos que os trabalhadores do Assentamento Modelo tiveram acesso, desde os primeiros financiamentos no início do assentamento, foram insuficientes para suas necessidades.

A forma como os recursos eram acessados, as estiagens que impediam a criação e reprodução dos animais nos quais eram investidos os créditos não lhes proporcionaram condições de manter os primeiros animais adquiridos com os créditos, ao contrário, tiveram prejuízos e perderam muitos animais, conforme aponta o entrevistado,

O crédito da gente aqui foi muito fraco, porque quando nós entramos aqui era naquele crédito que chamavam o PROCERA. Mas foi muito fraco porque [...] era pra sair três vacas para cada uma pessoa, essas três vacas saíram no correr de três anos, cada ano era que liberava uma vaca. Uma vaca de ano em ano. Quando o cabra vinha receber uma, a outra leite não produziu, às vezes tinha até morrido porque essa época de seca a gente perdeu muito bicho, morreu muito gado do povo dos projetos. (M. C, 31/07/2008).

Nesse sentido, os créditos que poderiam subsidiar a agricultura familiar no assentamento e, portanto, a reprodução do agricultor como trabalhador rural e

pequeno produtor, tem sido um dos impasses no desenvolvimento do assentamento e na implementação da ATES.

A imprecisão nas informações dadas aos agricultores familiares em relação aos créditos e investimentos, e a ausência de um acompanhamento mais sistemático, tem dificultado o desenvolvimento do assentamento.

Assim, fica evidente a situação dos créditos, porém num contexto mais geral a questão é bem mais complexa, envolve várias questões: a forma como se dá o processo de organização dos assentamentos, as exigências do Estado, das instituições financiadoras, as dificuldades em lidar com essas novas instituições. As condições dos assentados desde o início da conquista, os quais chegam ao assentamento pauperizados, sobrevivendo nas lonas, a necessidade de sobrevivência no cotidiano, as imposições de projetos coletivos, etc. Há uma complexidade no processo de formação dos assentamentos que vai além da ATES. São dificuldades que sinalizam diversos entraves.

Os trabalhadores entrevistados afirmam que os agricultores beneficiados pelo crédito agrícola não conseguem pagar as parcelas correspondentes ao valor recebido. Alguns pagaram umas parcelas, outros não pagaram nenhuma, os débitos variam entre R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), outros não têm nem idéia de quanto devem e afirmam que os que pagaram algumas parcelas, devem o mesmo valor ou mais do que os que não pagaram nenhuma.

Esses trabalhadores dizem, ainda, que o Banco do Nordeste não informa quanto os agricultores devem realmente, e acrescentam que ainda estão pagando as casas e agora vem mais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a reforma de cada casa.

É evidente a existência de um endividamento dos assentados e com ele uma preocupação que parece atormentá-los, conforme expressa esse assentado:

Quando vem uma coisa para a gente pagar que a gente pode pagar a gente paga, mas quando vem e não pode [...] agora mesmo tem uma ruma de carta aí que o banco mandou, mas a gente não tem condições de pagar [...] Porque na televisão a gente escuta “o presidente Lula prorrogou essas contas não sei para quando”, quando o cabra dá fé chega essas cartas do banco, cobrando. Não entendo, a gente tá sem entender. [...] É tudo igual. Do jeito que estou lhe contando aqui acho que os outros aqui tá na mesma situação. Estamos tudo inadimplentes com o banco. (M. C. 31/07/2008).

As dificuldades dos assentados em relação aos financiamentos e créditos rurais vão além da burocracia o que remete pensar várias questões, assim por exemplo, em que condições e exigências esses créditos foram concedidos? E até que ponto o Estado ao conceder o crédito e firmar um acordo com esses trabalhadores cumpre sua parte? Segundo Neves (1997), o crédito rural é transferido aos assentados mediante uma avaliação do comprometimento ou engajamento nos parâmetros definidores do processo de assentamento.

Nesse aspecto, os assentados sabem que têm que pagar suas dívidas, mas falta clareza e mais orientações em relação aos prazos e formas de pagamento, enquanto isso eles continuam endividados e prejudicados, sem êxito nos investimentos. Segundo afirmam a produção dos lotes não tem sido suficiente para pagar os créditos, pois produzem apenas parte do necessário à subsistência. E confusos com relação às dívidas, eles comentam,

Os juros estão por aí, a gente tá devendo umas contas desse tamanho sem ter trabalho, do tempo desse crédito era 7.500,00 o crédito, do tempo desse gado, mas nós não recebemos nem 4.000,00. E ficou para lá, ficou de ver as contas e já chegou 12.000,00 sem a gente ter recebido esse dinheiro. Aí a gente não sabe, ninguém entende por conta disso, aí é os juros, só os juros (M.C. 31/07/2008).

Os argumentos dos trabalhadores revelam que os mesmos perderam o controle em relação à situação junto aos financiadores, e aos problemas que enfrentam no assentamento para produzirem são tantos que comprometem o processo de produção, impossibilitando-os de assumirem seus compromissos junto aos órgão de crédito.

E é nesse contexto de dívidas/créditos que inicia no assentamento o programa de reforma das casas no qual os assentados estão sendo beneficiados. Alguns criticam a forma de execução, se queixam que os recursos referentes às reformas das casas deveriam ser entregues ao trabalhador, e argumentam “a gente não ver nem a cor do dinheiro” (J. R., 30/07/2008). Em relação ao projeto para reforma das casas alguns entrevistados reclamam porque não podem, sequer, escolher a cor do piso, porque a compra do material de construção necessário para as reformas, não tem a participação integral dos assentados. Na opinião destes entrevistados o INCRA deveria repassar o recurso aos assentados para que os mesmos pudessem escolher e comprar o material, mas,

Vem o pessoal do INCRA botar obstáculo [...] O governo, o pessoal do INCRA podia fazer assim, se saiu cinco mil reais para as casas deveria botar na mão da gente, cada um vai comprar seu material, não podia comprar mais ruim, podia ser melhor. (J.R., 30/07/2008)

O obstáculo por parte do INCRA, a que o trabalhador se refere é o fato de o recurso chegar ao assentado já convertido em material de construção. Essa situação demonstra haver um desencontro entre a decisão, o encaminhamento do Estado e a posição dos trabalhadores, pois a condução do projeto de reforma das casas não estaria de acordo com a expectativa do trabalhador assentado. E por isso criticam a forma de trabalho do INCRA, demarcando, também, a lentidão do projeto de restauração das casas que, segundo assinalam:

Faz 4 anos que houve uma reunião dizendo que ia ter um projeto de restauração das casas, desde 2004, agora que está chegando. Acho que há uma disputa das empresas⁵⁸ de ATER pelo assentamento, quando uma sai, já tem outra certa pra vir, mas continua sem mudanças para os trabalhadores. Existem muitas empresas de ATER, sete se não estiver enganado...(V.F. 21/07/2008)

A fala do entrevistado sinaliza que há uma grande distância entre a urgência das demandas dos assentados e a morosidade com que os programas do governo chegam ao assentamento. Há também uma crítica desse assentado em relação às instituições que têm realizado convênio com o INCRA para prestarem assessoria ao assentamento. Na sua visão, há uma competição das ATES pela permanência da assessoria no assentamento, e acredita que esses serviços não têm trazido mudanças significativas para a vida dos assentados.

Em relação aos convênios, Neves (1997, p.69) afirma que estes expressam as posições a partir das quais os titulares institucionais pressupõem atribuições, sanções, limites e demarcações. E nessa perspectiva estabelecem regras para o confronto e a competição.

Nesse aspecto, o entrevistado compreende a ATES como uma empresa, dessa forma, não fica claro para ele que a assistência técnica ao assentamento no

⁵⁸ A designação do termo empresa para caracterizar as ONGs, associações e cooperativas é comum entre os trabalhadores entrevistados, aparentemente está relacionado a denominação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, tradicionalmente designada para executar a assistência técnica nas áreas rurais. Já os técnicos entrevistados apenas um faz referência ao termo, os demais se referem ao termo que classifica a instituição (cooperativa ou associação).

Rio Grande do Norte é desenvolvida por ONGs, cooperativas e associações geralmente ligadas aos movimentos sociais.

No caso do assentamento estudado, no último contrato a assessoria técnica é desenvolvida pelo Centro de Apoio Técnico aos Assentamentos e Comunidades Rurais e Urbanas da região do Mato Grande - CEATEC, que se constitui como uma associação ligada ao Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST, uma dissidência do MST.

Muitas visões emitidas pelos trabalhadores em grande medida coincidem com a visão dos técnicos e coordenadores entrevistados, sendo representativo como, por exemplo, a questão dos recursos,

Faz quatro anos que eles não conseguem crédito nenhum. Significa que o recurso está vindo, para aqui para o Banco, para as agências, e esse mesmo recurso está voltando no final do ano, para os cofres públicos. Então, chega a voltar recurso porque os assentados, os pequenos agricultores, não tão conseguindo ultrapassar a burocracia. (COORDENADOR A, 25/07/2008).

A argumentação desse coordenador quanto ao aspecto de voltar recursos contradiz a afirmativa anterior de que existem poucos recursos destinados à assistência técnica, e aponta que o modelo de crédito para desenvolver os assentamentos não contempla as necessidades dos trabalhadores, pois as exigências desse modelo de crédito reproduzem de certa forma a exclusão do trabalhador ao impedir seu acesso aos financiamentos, sendo a burocracia apenas um limite nesse processo.

Nesse contexto, os programas de crédito para a agricultura familiar têm trazido problemas de ordem econômica e social aos assentados, pois os recursos e incentivos, como sementes, tratores, não chegam em tempo hábil aos assentamentos.

Essa dificuldade do Estado em agilizar os incentivos para as áreas de reforma agrária interfere no processo de consolidação e desenvolvimento nos assentamentos preconizado pela PNATER. Ao mesmo tempo compromete o êxito na produção, dificultando a autonomia do pequeno agricultor familiar.

A situação dos trabalhadores em relação ao acesso a créditos, bem como as dificuldades em lidar com essa e outras situações revelam a necessidade de uma assessoria técnica que dê suporte ao trabalhador nesses diferentes aspectos. Os

problemas recorrentes, nessa relação dos assentados com a assistência técnica, suscita a reflexão sobre até que ponto se efetiva a proposta atual de assistência técnica. E em que medida o Estado tem assumido na prática essa proposta?

Assim, a política de assistência técnica idealizada no contexto do II PNRA necessita de muitas mudanças, segundo Dias (2004, p.533), é necessário um “processo de discussão, de abertura ao diálogo e da interação com as especificidades dos contextos locais”, conferindo uma outra legitimidade à proposta, para um dos coordenadores entrevistados,

O grande problema é que não existe uma política específica para a agricultura camponesa e familiar. Mesmo as políticas que existem de crédito por exemplo [...] é uma política de crédito convencional. Já existia uma política de crédito para o grande, que antigamente só existia para os grandes, agora vamos estender essa política aos pequenos. Com a mesma metodologia, os processos, tudo... então, é muito, muito aquém [...] Quem acredita na reforma agrária e vive a reforma agrária sabe que não está muito bem. Mas é evidente que tem coisas importantes acontecendo, que tem vontades pontuais dentro do setor do Estado, agora o arranjo institucional para dinamizar o processo de reforma agrária é muito precário. (COORDENADOR D, 04/08/2008)

A entrevista destaca que a atual modalidade de crédito, que poderia ser um forte aliado na execução da assistência técnica não corresponde às particularidades dos agricultores camponeses, visto que segue um modelo tradicional que historicamente incentivou, beneficiou e financiou o grande produtor, que durante décadas foi único público favorecido por créditos rurais.

Segundo Coelho (2005, p.52), a forma de crédito orientada para um produto, na década de 1960 deu sustentação a política agrícola que interessava as elites latifundiárias, numa perspectiva modernizante, socialmente excludente, justificada pelas regras de mercado, e nessa lógica, segundo a autora a grande maioria dos proprietários contemplados com os créditos era constituída por aqueles que detinham propriedades ou recursos suficientes para serem apresentados como garantia na obtenção de grandes empréstimos bancários.

Como vemos, historicamente, o acesso ao crédito pelos trabalhadores está condicionado às determinações do mercado, cuja lógica pode não ser compatível com o modelo da agricultura familiar.

4. 6 Programas governamentais: a concepção dos agricultores

Apreender a implementação e consolidação do II PNRA, no Estado, através do PRRA e da ATER, no contexto dos assentamentos rurais da região/território do Mato Grande, significa analisar como essa proposta se materializa e, ao mesmo tempo, considerar que a implantação e desenvolvimento dessa política demanda a participação social e o compromisso do Estado, no sentido de assegurar a continuidade, articulação e integração dos programas de assistência técnica implementados nessa região. Implica, sobretudo, um aporte de recursos assegurados no orçamento do governo federal, no âmbito do MDA, que contemple as condições para o enfrentamento da problemática dos recursos hídricos, uma vez que se trata de uma região situada no semi-árido sujeita a estiagens constantes, além de não dispor de condições geofísicas para construção de barragens e/ou açudes.

Na concepção dos agricultores entrevistados nem todas as políticas anunciadas pelos governos estadual e federal através dos meios de comunicação chegam ao assentamento, segundo Medeiros e Leite (1999, p.11), os assentamentos, “criados para responder a pressões, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente”, enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas em relação às condições de instalação, com evidentes reflexos nas condições de produção, que interferem nas formas de sociabilidade e estabilidade das famílias assentadas.

Nesse contexto fica evidente as fragilidades dos programas tanto na instância federal quanto estadual e os agricultores ao emitirem sua opinião sobre os programas de reforma agrária no governo Luiz Inácio Lula da Silva, em sua maioria consideram que os programas anunciados pelo governo nos meios de comunicação são bons, mas não chegam ao assentamento e assim argumentam,

O governo oferece tudo de bom, não precisa oferecer mais do que está oferecendo. Quando sai lá do governo federal para o órgão responsável que é o INCRA é uma coisa, do INCRA para as empresas é outra e das empresas para a gente é fraquinho [...] Dizem que a gente tem que se organizar aqui, mas fica o buraco no meio que é essas empresas, quase todo ano a gente mudava de empresa, quando muda uma a outra já está por aqui, quando uma tá saindo, a outra já está encabeçando a chapa pra entrar [...]. O problema é a administração do INCRA e dessas empresas, tem que fiscalizar o dinheiro que essas empresas vão passar pra gente (V. F, 21/07/2008)

Lula faz muita coisa, mas no meio do caminho empaca (emperra), sai na TV que ele liberou crédito, vai ter a reforma das casas aqui no Modelo (M. R. 21/07/2008).

Com um gesto positivo, o agricultor explicou o que ocorre com o recurso ao sair da instância federal para o INCRA, e do INCRA para as instituições de assessoria, até chegar ao trabalhador. E, ao se referir à intermediação instituições-trabalhadores, ele faz um gesto negativo, criticando o processo.

Assim, este e outros assentados continuam as suas falas em relação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva,

Pelo que eu escuto o povo conversando e comentando eu acho ótimo até, porque assim... Lula, além de está fazendo pelos pobres, ele está fazendo muito, tirando aqueles bichão lá de dentro mesmo, do planalto, que roubam [...] então é bom porque ele já vai tirando aquelas pessoas, grandões lá que ele vê que não está trabalhando direito, que não está trabalhando bem. O povo tem assim um pouco mais de confiança, porque ele trabalha bem. (R. C., 31/07/2008)

Ao contrário desse argumento, o depoimentos abaixo demonstra que os programas deixam a desejar no que diz respeito aos repasses, fiscalizações e intermediações,

Eu acho que pela conversa dele tá bom demais, só que ninguém vê. O que ele conversa lá, a conversa é bonita, mas quando bate aqui a gente não vê nada. [...] Não chega, estamos esperando aparecer, ele diz: “*tem tantos milhões liberados para Rio Grande do Norte*”, mas não chega na mão do agricultor. Não chega nas mãos da gente. (M. C. 31/07/2008)

Como podemos observar, há muita dificuldade para o entendimento dos processos que envolvem as políticas públicas relacionadas ao assentamento, seja no que toca as relações com o Estado nas diferentes circunstâncias, seja nas relações com as instituições executoras.

Observa-se, porém, uma tendência a minimizar as responsabilidades do governo federal transferindo-as para os sujeitos locais, particularmente as instituições parceiras e o próprio INCRA, provavelmente a não responsabilização do Governo Federal está relacionada à ligação afetiva que foi criada ao longo de suas lutas e no presente vem sendo reconhecido como o “presidente que olha para os pobres”, não ficando evidente nas argumentações dos trabalhadores entrevistados os limites das políticas implementadas pelo Estado.

Esses dois trabalhadores também emitem comentários semelhantes acerca

dos programas do governo estadual, que em sua opinião, não divergem dos programas federais.

Ouvi a governadora dizer numa reunião com os agricultores que o Rio Grande do Norte, apesar de ser um estado pequeno é o que mais distribui sementes, mas aqui só chega trezentos gramas de semente, elas vêm se perdendo pelo caminho, o que chega ao trabalhador não comprova essa afirmação dela (F.A., 21/07/2008).

Os programas do governo do estado também são uns programas bons, mas que também aqui não chegam. Ninguém sabe onde é que ficam. (risos) [...]. Eu acho que o que pode ser é eles ter vontade de botar esses programas aqui. Porque esses programas do leite que é do governo do estado, essas crianças passam trinta dias de necessidade, não botam um programa desse para um assentamento. Eu acredito que esse programa do governo era para ter aqui, aqui dentro tem criança, aí os pobrezinhos passam fome. Agora não, esse ano está muito bom porque choveu. Choveu, todo mundo tem o que comer graças a Deus. (M. C., 31/07/2008)

Na concepção dos entrevistados, o que aparece nos discursos dos governos federal e estadual em relação aos programas voltados aos agricultores não chega ao Assentamento Modelo. Tais argumentos revelam que apesar da existência do PRRA-RN, não há um projeto estadual que integre as ações do Estado, do Município e da União, visando fortalecer os assentamentos. As ações vêm se resumindo basicamente aos convênios/contratos assumidos com recursos federais.

Ao explicarem porque consideram bom o governo atual, os trabalhadores destacam o fato de desde 2004 o governo lançar o projeto de melhoramento e restauração de habitação e o programa Bolsa Família, pois segundo eles é uma “ajuda social para as famílias” e quase todas do assentamento recebem.

Na ausência de políticas agrícolas que propiciem aos agricultores a produção de alimentos para sua subsistência a transferência de renda⁵⁹ se constitui uma alternativa de sobrevivência dos agricultores. Essa realidade coloca em questão o alcance do PNRA do governo Luiz Inácio Lula da Silva e das políticas e programas que têm a finalidade de complementar ou executar as diretrizes e metas propostas no Plano, como a ATER/ATES, crédito rural dentre outras.

⁵⁹ Para discussão acerca desses programas ver Silva, Maria Ozanira da Silva e. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência de programas de transferência de renda. ed. Cortez: São Paulo, 2004, dentre outros.

4. 7 Assistência técnica e serviço social

A assistência técnica, conforme já assinalado, constitui uma política pública voltada aos trabalhadores rurais e, tem como prerrogativa a definição de que os profissionais contratados para a assistência técnica junto aos agricultores devem compor uma equipe multidisciplinar. Nessa equipe devem ser incorporados profissionais da área social e, nesse âmbito se dá a inserção dos profissionais do Serviço Social.

De acordo com o levantamento realizado junto ao INCRA em fevereiro/2008 para identificar a inserção de Assistentes Sociais nas equipes de ATES do Território do Mato Grande, foram identificados seis profissionais de serviço social, sendo dois na Cooperativa de Assessoria a Empreendimentos Sustentáveis – APICE e um na Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar – TECHNE. Outras três Assistentes Sociais já trabalharam nas cooperativas, nessa região, uma na APICE e duas na TECHNE, cujos contratos de trabalho foram encerrados.

No estudo sobre a Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES no Assentamento Modelo, serviço que contou com assistentes sociais na equipe multidisciplinar, podemos perceber as atividades desenvolvidas pelo serviço social, bem como sua importância no desenvolvimento do assentamento, pois este se constitui um campo amplo com muitas demandas para a profissão, conforme o trecho abaixo,

É importante sim, porque lá em área de assentamento você trabalha com várias questões, é diferente de você trabalhar só na Vara da Infância, você vai trabalhar só com criança e adolescente, num abrigo de idoso, que é só idoso. Em assentamento não, você tem oportunidade de trabalhar com várias questões sociais, com crianças, com adolescentes, com jovens, com mulheres, com homens, trabalhar a questão de gênero, você tem um leque muito grande de oportunidade, de aprendizado, para quem está chegando, como eu saí direto da universidade, e fui direto trabalhar em assentamento, é ótimo. É o melhor lugar que você tem para ir e principalmente quem vai trabalhar com movimento social, tem vários problemas que a gente enfrenta... Então a maioria que chega lá e vai para outras entidades, esses profissionais vão também para as lutas. (A.S. A, 24/07/2008)

Dentre outras áreas abertas à inserção desse profissional pode se destacar a assistência técnica desenvolvida por entidades governamentais e não governamentais, nas quais conforme (Norma de Execução nº 39/2004) deve ser formado um corpo técnico multidisciplinar nas áreas agrônômica, social, econômica

e ambiental, com os profissionais devidamente registrados nos respectivos Conselhos Profissionais, quando for o caso, então a contratação de um profissional da área social na equipe, é uma exigência oficial.

A partir de 2004 há uma obrigatoriedade de um profissional da área social na composição da equipe de assessoria aos assentamentos. Sendo o serviço social uma das profissões que historicamente tem atuado no campo das políticas públicas, é incluído muitas vezes nesse corpo profissional para dar sua contribuição no âmbito da política pública de ATER.

Em sintonia com Araújo (1999), compreendemos que no âmbito da questão agrária há um campo propício à atuação do assistente social, conforme a autora, os assentamentos configuram, potencialmente, um campo aberto com inúmeras possibilidades para esse profissional, sobretudo, no campo da assessoria aos diversos grupos em processo de organização tendo em vista assegurar conquistas e reivindicar um aporte de direitos ainda não assegurados pelo Estado (Araújo, 1999, p. 188). No contexto de uma política pública de ATER o serviço social é chamado a contribuir junto a outros profissionais na assessoria aos trabalhadores dos assentamentos os quais se constituem uma das expressões dos movimentos sociais e uma das faces da questão agrária.

As famílias dos assentamentos rurais necessitam de políticas públicas, são trabalhadores que dependem de infraestrutura e condições de vida básicas para desenvolverem a agricultura familiar de modo que alcancem autonomia e permaneçam na terra que conquistaram. Sua luta não termina com a conquista da terra, e devido à lentidão com que o Estado responde às demandas dos trabalhadores no campo das políticas públicas, estes continuam lutando por saúde, educação, crédito, dentre outros, e nesse contexto o Assistente Social, conjuntamente com outros profissionais tem o papel de apoiar e assessorar a organização e as lutas desses trabalhadores, conforme afirmação abaixo,

Porque além de você ter o seu trabalho específico de ATER, você lida também com outras questões do movimento, você acaba se envolvendo com outros projetos. Para você conhecer realmente a fundo o que é trabalhar em instituições você tendo passado por lá, facilita muito para você ir para outras, porque você vai na raiz. Porque é a luta pela reforma agrária, todo um histórico. Então quando você chega lá, você vivencia tudo isso. Então a partir daí você já tem um respaldo maior para desenvolver. (A .S A, 24/07/2008)

Na perspectiva da atual política de ATER, a equipe de assessoria aos assentamentos, além de contribuir com os aspectos e necessidades produtivas viabiliza também os processos sociais e organizativos, tendo em vista a efetivação dos direitos, necessários ao fortalecimento e à autonomia dos assentamentos.

E é no âmbito dos processos e problemáticas sociais que se dá a inserção do serviço social. Em que o profissional integra a equipe multidisciplinar no contexto de implementação da PNATER, enquanto política pública dirigida aos trabalhadores rurais. E nesse aspecto a assistente social afirma,

[...] onde já tinha grupo de jovens e de mulheres a gente ia fortalecendo, tentava fortalecer esse grupo, mesmo porque é uma das exigências, das diretrizes do programa de ATER. Aí varia, tem gente que trabalha muito com palestras educativas, outras com a parte mais de geração de emprego e renda. Então eu procurava muito trabalhar isso porque eles querem muito, cobram muito. Não que os outros profissionais não atuassem, mas o trabalho com jovens e com as mulheres era mais específico da assistente social e com a organização da associação [...] Mas na questão da formação da associação (A .S A, 24/07/2008).

As assistentes sociais entrevistadas consideram que as atividades desenvolvidas pela equipe multiprofissional são importantes para o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão, pois proporcionam a interação do profissional de Serviço Social com as comunidades, apesar de não haver no curso de Serviço Social uma formação mais específica nessa área,

Contribui muito. Contribui principalmente para as comunidades rurais, para os assentamentos e para o serviço social, é uma pena que eu vejo muito na universidade a parte rural um pouco muito longe do que o que a gente sonha. Porque é um campo muito bom [...] é satisfatório o resultado, é bom, a gente vê resultado, é importante para o serviço social. [...] financeiramente se você for pensar num local que for ganhar dinheiro vá desistindo logo. Mas é um campo assim, riquíssimo e que eu vejo na universidade poucos professores trabalhando essa questão, sinto muito por isso (A. S. B, 05/08/2008).

Essa afirmação remete a pouca valorização dos profissionais que atuam nessa área no que diz respeito ao aspecto econômico e também a pouca discussão das questões rurais no âmbito da academia e do Serviço Social enquanto profissão, porque na concepção da entrevistada, a formação acadêmica não tem proporcionado o debate necessário e as discussões relacionadas às questões e problemáticas da área rural e, nesse aspecto, sugere maior aproximação da universidade com as questões rurais, e assim argumenta:

A universidade daqui (UFRN) deveria abrir mais espaço para área rural, debates constantes, conhecimento, livros, no meio acadêmico mesmo, e está levando o rural para dentro da universidade de uma forma mais ampla. A universidade está muito distante das questões do meio rural (A. S. B, 05/08/2008).

Essa argumentação coincide com a crítica que Silva (2005, p.35) faz sobre o distanciamento que ainda há da profissão em relação à problemática agrária. Para o autor o Serviço Social tem sido encarado como profissão eminentemente urbana e que, por isso, distancia-se das questões relativas ao meio rural. E por esse motivo as escolas de Serviço Social têm dado uma tímida contribuição na produção de conhecimento em relação aos temas pertinentes à realidade rural brasileira.

O caráter urbano que o autor atribui à profissão se deve ao fato de historicamente sua atuação prática ter se dado principalmente nas áreas da saúde e da assistência social, resultando numa produção teórica que busca respostas às problemáticas urbanas.

A experiência desses e outros profissionais de serviço social, nas áreas de assentamento vem reafirmar que a inserção desse profissional nos problemas que envolvem as questões rurais, mesmo que em menor escala, é uma realidade para a profissão. Uma vez que nessa área há também muitas demandas para o Serviço Social, conforme expressa o depoimento,

A gente trabalha muito com a questão de gênero, da juventude, violência contra a mulher, dentro disso a gente usa o instrumento do serviço social. Estudo de caso, as entrevistas, as visitas domiciliares, mas a gente trabalha basicamente com isso: jovens, mulheres, o homem mais inserido nesse processo dessas relações. A gente sempre procura a elevação da auto-estima das mulheres, um trabalho mais de melhorar a qualidade de vida financeira mesmo, procurando inseri-las dentro de uma atividade produtiva dentro do assentamento, trabalhando com a questão da agroecologia, a gente vem trabalhando em alguns grupos de horta [...] A gente tem uma articulação também com outras entidades que trabalham nessa mesma linha da gente. Trabalhávamos as associações, a participação das associações, os jovens e as mulheres nos espaços do município, nos espaços de construção dentro dos municípios, de participação mesmo, nos sindicatos, nos fóruns, a gente trabalha muito com isso. (A. S. B, 05/08/2008).

Fica explícito que é um trabalho educativo, de assessoria, e apesar da ATES não se constituir em um campo específico do Serviço Social. Esse profissional vem compondo as equipes multidisciplinares, e na concepção destes, mesmo sendo uma exigência a inserção de um profissional da área social há ainda uma certa

desvalorização do profissional dessa área em relação aos das áreas agrônômicas, principalmente por parte do INCRA.

Apesar de desvalorizado, até pelo próprio INCRA porque se tiver cortes em recursos, o primeiro é o social. Para você ter uma idéia os agrônomos agora nesse último convênio era 375 se eu não me engano para um agrônomo, e nós ficamos com 500 famílias, ainda tem esse problema 500 famílias para um assistente social, no caso não é nem uma assistente social é uma pessoa da área social. Pode ser sociólogo, pedagogo, o INCRA também não separa a profissão serviço social é a área social, englobando todos os profissionais (A. S. B, 05/08/2008).

Então, nesse aspecto, o que é demandado ao Serviço Social na ATES é também demanda da pedagogia, da psicologia, da sociologia, cabendo a cada profissão no processo e no convívio com as realidades desenvolver sua especificidade. Segundo as entrevistadas tem sido difícil desenvolver um trabalho eficaz porque o número de famílias que o técnico deve acompanhar é de 500 famílias, e as condições de trabalho são bastante desfavoráveis.

Em sintonia com Imamoto (1999, p.62) em que as expressões da questão social são o campo de trabalho do Assistente Social, nessa concepção, o Serviço Social tem como específico nos assentamentos rurais, dentre outras tarefas, desvendar e atuar nas causas inerentes à situação de pobreza a que é submetida a classe trabalhadora, assessorando-os na busca dos direitos, na superação das dificuldades e na satisfação de suas necessidades.

A inserção do Assistente Social nas equipes de ATES, bem como sua atuação junto ao segmento dos trabalhadores assentados que têm direito de serem beneficiados por uma política agrícola eficiente, acompanhada de políticas básicas de saúde, educação, trabalho, renda, etc, tem se dado no sentido de motivá-los enquanto “sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” Imamoto (1999, p. 28), na busca de autonomia e melhores condições de vida.

Um problema já abordado anteriormente que vem comprometendo o trabalho das equipes multidisciplinares é a forma de contratação dos profissionais da ATES, pois se constitui de contratos temporários, que geralmente são interrompidos antes do período previsto. Ou seja, quando acaba o recurso disponibilizado pelo Estado para a execução da ATES, e as instituições não têm como manter, então, são suspensos os contratos.

Nesses contratos todas as responsabilidades trabalhistas ficam por conta das

instituições com as quais o INCRA firma convênios/contratos, como já afirmamos anteriormente. Segundo as assistentes sociais entrevistadas, além das condições precárias e da instabilidade profissional que enfrentam no desenvolvimento do trabalho, não há, da parte do Estado, um reconhecimento da importância do trabalho dos profissionais que compõem as equipes multidisciplinares, principalmente da área social, apesar da sua inclusão nas equipes ser uma exigência do programa:

Enquanto profissional, [me sinto] completamente desvalorizada, enquanto a gente é chamada para dar resposta à questão social, que é tão importante, que é o cerne na nossa profissão, o Estado não reconhece essa questão e quando reconhece, reconhece de forma muito limitada. E da mesma forma que ele atende a questão social com migalhas, de forma bem pontual, ele reconhece o profissional de serviço social, é dessa forma. Para ir ali, atender as questões pontuais e sem ter muita valorização. Nós não somos nada valorizados pelo Estado, pelo INCRA principalmente, que é a parte que eu venho trabalhando a minha vida toda [...], sempre trabalhei com o rural. Depois esses convênios. Eu sempre percebo que nós assistentes sociais comparando com o agrônomo ele é muito mais valorizado, o trabalho dele é muito mais valorizado, até mesmo pelos próprios assentados, porque como nosso trabalho é um trabalho a longo prazo... por exemplo, o agrônomo ele chega lá, faz o projeto, o recurso vem logo eles tão fazendo ali. Então eles vêm com um olhar mais, até pela própria situação deles de carência, de sobrevivência mesmo. O espaço do agrônomo favorece mais, a essa urgência de aparecer as coisas com mais nitidez... quando conseguem, quando não pegam o banco do Nordeste pela frente porque para o agrônomo não é fácil não, é tão difícil quanto para nós (A. S. B, 05/08/2008)

As contratações das equipes, que desenvolvem os trabalhos nas áreas de assentamento têm caracterizado a precarização do trabalho dos profissionais de todas as áreas. Segundo essa entrevistada, quando encerra o convênio os técnicos ficam sem contribuir com a previdência, não tendo como recorrer ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, caso necessitem.

Na ocasião dessa entrevista, a Assistente Social lembra “agora mesmo parou o convênio a gente parou de pagar o INSS” (A S. B, 05/08/2008). E como o recurso disponível para pessoal é mínimo, de modo geral eles trabalham como cooperados. Essa relação de trabalho compromete a política.

Eu vejo que compromete o programa em si [...] então como terceiriza, porque vai passando, vem do Governo Federal para o INCRA, do INCRA para a cooperativa, da cooperativa contrata os profissionais [...] Basicamente os profissionais não têm relação com o INCRA, a relação é restrita às instituições de ATES (A .S A, 24/07/2008).

Segundo Duarte (2007 p. 95), o profissional de Serviço Social, “como força de trabalho e sujeito/profissional ético-político, vivencia duplamente as conseqüências do acirramento da política neoliberal no seu cotidiano profissional”. Nessa perspectiva a precariedade não se restringe ao trabalhado no universo dos assentamentos rurais e sim ao âmbito geral dos espaços profissionais, nos quais a duplicidade na concepção da autora se expressa nas “tendências de precarização e flexibilização das condições de trabalho, e no adensamento de demandas e exigências e nas sensíveis dificuldades de intervenção”. Dificuldades relacionadas aos cortes de recursos, a precarização dos serviços sociais públicos, a privatização de políticas sociais, dentre outros desafios postos à profissão.

Nesse contexto, a implementação da ATES vem se dando com muita deficiência, com dificuldades de atender às necessidades dos agricultores, pois há demandas nos assentamentos que antecedem a assistência técnica. E diante dessas urgências a entrevistada afirma que nessa área do Mato Grande,

Tem assentamento aí com situação extremamente difícil, tem gente passando fome, e a gente enquanto profissionais quantas e quantas vezes, não só eu que sou assistente social mas algumas colegas, a gente vai ao INCRA e denuncia que tem gente passando fome nos assentamentos, nada é feito. Então assim, é muito difícil (A. S. B, 05/08/2008).

Segundo as entrevistadas, no Rio Grande do Norte, os trabalhadores rurais e especificamente das áreas de assentamento enfrentam muitas dificuldades nos aspectos econômico, social e produtivo. No contexto em que as políticas públicas voltadas aos trabalhadores rurais são deficitárias e implementadas de forma desarticulada, é de grande importância o processo de organização e participação social dos agricultores familiares visando à efetivação e a articulação das políticas públicas asseguradas na lei, particularmente a PNATER.

Para as assistentes sociais a experiência da equipe multidisciplinar na ATES se constitui também como um desafio para a profissão, pois a multidisciplinaridade no trabalho desenvolvido nos assentamentos, tem implicações que ultrapassam os limites e especificidades da profissão.

Essa situação tem levado em algumas ocasiões a interferência dos profissionais da área agrônômica em problemáticas que demandam o trabalho específico do Serviço Social, conforme depoimento abaixo,

A gente vem discutindo muito isso aqui, a gente sente um pouco a interferência dos agrônomos. Então a gente tem muito esse embate com os agrônomos e com os técnicos agrícolas [...] a gente tem que estar lembrando que o nosso espaço é aquele porque se a gente não estiver muito atenta, em pouco tempo sempre a gente está vendo eles intervindo na questão do serviço social, ou numa atividade nossa eles começam a intervir, às vezes coisa que é bem específica mesmo na profissão eles tão lá. Como alguns problemas que requerem um estudo de caso, uma visita domiciliar, sem querer a gente pega um deles interferindo. Então por ter essa questão da multidisciplinaridade, e é muito cobrada essa questão de trabalhar em conjunto às vezes é confundido. E eu tenho brigado muito com isso aqui. E a gente tem que estar sempre lembrando que cada profissão tem a sua especificidade. Mas eu sei qual é o meu espaço, a minha limitação, eu não vou chegar e dizer que eles vão usar determinado adubo [...] (A. S. B, 05/08/2008).

Segundo Coelho (2005, p.36), as demandas da vida, dos homens e do ambiente onde vivem exigem uma visão transdisciplinar (mais que multidisciplinar), na qual não há separação entre campos profissionais, nem distinção ou privilégio pra certos conhecimentos ou profissão. Sugere nessa perspectiva um diálogo sadio entre competências distintas de cada grupo profissional, pois nenhum profissional sozinho consegue responder aos desafios postos pelo presente. Para a autora as dificuldades concretas unem o que a ciência dividiu.

Nessa visão, percebemos que há um desafio posto ao Serviço Social, de demarcar seu espaço profissional, uma vez que o trabalho demanda uma sintonia entre os profissionais, que é diferente de uma substituição das ações da área social pelas ações da área agrônômica e nesse sentido o profissional de Serviço Social reivindica seu espaço que, por vezes, é ocupado por profissionais de outras áreas. Conforme o exposto, há uma necessidade de definição e delimitação do que é específico da área social e o que é específico da área agrícola, e assim, da ação da equipe multidisciplinar na ATES.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Política Pública de assistência técnica no âmbito dos assentamentos rurais possibilitou apreender como o Estado tem respondido às necessidades dos agricultores familiares no âmbito desta política e das demais Políticas Públicas.

Nesse sentido, o estudo realizado no contexto do II PNRA e de uma Política Pública de ATER revela que ainda existem muitos impasses que impedem a efetivação da assistência técnica e extensão rural no Assentamento Modelo. A implementação da assistência técnica através dos serviços de ATES ainda tem muito que avançar, como afirmaram alguns técnicos entrevistados é “um processo em construção”, no qual a intervenção/ação do Estado tem se dado de forma pontual, precária, descontinuada e desarticulada do conjunto de necessidades que emergem da realidade dos assentados.

Um conjunto de fatores foi explicitado com implicações complexas na realidade dos assentamentos rurais, particularmente na história do Assentamento Modelo. Tais questões estão relacionadas, dentre outros, a expropriação a que é submetido o trabalhador rural pelo processo de modernização conservadora da agricultura.

Ao processo de desmantelamento do serviço de assistência técnica atrelado ao processo de desmonte do Estado, no qual transfere responsabilidades para as Instituições executoras (ONGs, cooperativas, associações). “O que equivale dizer que as políticas públicas, sociais e econômicas, longe da idéia de consenso social, são a expressão de conflitos de interesses das camadas e classes sociais” (SILVA, 2004, p.33).

Esses e outros processos fazem parte da gestão das políticas públicas no contexto de interesses e conflitos entre as classes sociais, contribui para a morosidade e as circunstâncias de implementação da ATER. A execução das proposições construídas no âmbito dos órgãos e instituições governamentais, fundadas nas reivindicações e pressões dos trabalhadores rurais, público demandante da política é perpassada por entraves não só de ordem econômica, mas também política e pedagógica. Na maioria das vezes possui caráter de ação

emergencial, provisória, fragmentada não proporcionando condições estáveis que assegure a reprodução do agricultor familiar.

Assim, as ações que são planejadas quase não se concretizam, e mesmo possuindo proposições definidas, na prática, os aparatos estatais responsáveis por essa política, como o INCRA-RN, por exemplo, enfrenta inúmeros desafios em relação à infraestrutura e recursos humanos necessários para a implementação de políticas públicas.

O atual modelo de gestão da assistência técnica está submetido às exigências do “Estado mínimo para os trabalhadores”. O fato de o INCRA-RN, não contar com um número de profissionais suficiente para analisar e agilizar os procedimentos necessários às parcerias estabelecidas com as instituições contratadas revela os limites do governo na esfera federal em concretizar uma proposta de assistência técnica.

Os processos de gestão das políticas públicas demandam uma maior participação/articulação dos sujeitos envolvidos, no sentido de promover efetivamente a transformação social, tendo em vista as demandas da classe trabalhadora.

O INCRA-RN, enquanto órgão responsável pela ATES nos assentamentos necessita de uma reestruturação para poder ser esse intermediador-coordenador da ATES no Estado, e nesse aspecto não se visualiza medidas no sentido de superar deficiências existentes. Sendo esse um grande entrave na viabilidade da proposta. Esse contexto gera desconforto tanto para o INCRA quanto para as instituições parceiras na proposta, pois afeta diretamente os profissionais que trabalham na implementação, com contratos temporários e precários, além dos atrasos nos salários dos técnicos. Nessas condições as ações desenvolvidas não correspondem efetivamente às demandas dos trabalhadores assentados.

As interrupções e suspensões das atividades junto aos trabalhadores do assentamento tendem a distanciar a assessoria técnica dos trabalhadores, tornando-os desmotivados frente à instabilidade da política e desacreditados, seja em relação ao INCRA, as instituições contratadas e aos técnicos que prestam assessoria ao Assentamento. A execução da política de assistência técnica e extensão rural exclusivamente através de convênios com entidades terceirizadas constitui um dos grandes entraves.

Faz-se urgente repensar o formato da assistência técnica, pois esta enquanto uma ação planejada está longe de corresponder às proposições e necessidades dos sujeitos envolvidos no processo (trabalhadores, governo, entidades, gestores e profissionais). Assim, a proposta em vigor necessita ser repensada, replanejada e incorporar as sugestões dos agricultores, dos movimentos sociais e dos técnicos diretamente envolvidos no processo, o que requer o contínuo diálogo e permanente democratização do processo.

Sabemos que as demandas dos trabalhadores são muitas, o incentivo do Estado à agricultura familiar é uma das formas de atender parte dessas demandas. No caso do Assentamento Modelo, constatamos que há muitas dificuldades, mas há também potencialidades; a experiência da horta que contou com assistência técnica e recursos que viabilizaram infraestrutura além dos incentivos necessários à implementação e manutenção da pequena produção de hortaliças é um exemplo concreto de que é possível desenvolver alternativas de produção no assentamento desde que haja os incentivos e investimentos necessários.

Apesar das fragilidades presentes no processo de implementação, a Política Pública de ATER pode se constituir uma alternativa para enfrentar a desigualdade e a pobreza dos trabalhadores assentados e dos agricultores familiares em geral. Além da fragilidade do modelo de política pública de ATER, há um conjunto de elementos que determinam e/ou interferem nas ações de reforma agrária que atenda às necessidades da classe trabalhadora, que ainda permanece no campo.

O desafio é como superar as falhas e limites da assistência técnica, num modelo econômico que limita cada vez mais os investimentos em políticas públicas adequadas às necessidades dos agricultores familiares. Uma das vias de superação desse desafio se constitui na efetivação da assistência técnica nos assentamentos e no universo da agricultura familiar, além de políticas que assegurem direitos básicos, como acesso à água, à saúde, à educação, dentre outros.

Afinando, assim, as proposições da política à temporalidade, necessidades e demandas dos agricultores familiares, extrapolando os limites e adversidades que historicamente perpassam as políticas públicas e intenções governamentais, pois os direitos e proposições garantidos na proposta de reforma agrária quando da criação e consolidação do assentamento ainda não estão seguramente concretizados

Nesse sentido, é fundamental a intensificação da luta dos trabalhadores como caminho possível para mudar essa realidade. Considerando que a situação de

pauperização dos assentados e a longa caminhada já percorrida na esperança de conquistar, além da terra, a possibilidade de se manter dignamente, interfere no seu processo de organização e luta. O que reflete e explicita as dificuldades de intensificar a luta popular e assim fortalecer as reivindicações dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores em geral.

A garantia de Políticas Públicas que de fato corresponda às necessidades e demandas da classe trabalhadora, depende da organização, luta e participação popular. Nessa perspectiva é necessário fortalecer os movimentos sociais na tentativa de romper com a lógica capitalista que bloqueia os interesses dos trabalhadores. Assim, a implementação de políticas públicas ocorre num universo marcado por confrontos de interesses e processos contraditórios.

Tomando como referência a experiência analisada, podemos constatar que o caminho e possibilidade de reforma agrária no Brasil está longe de ser trilhado. No contexto em que as políticas e programas de responsabilidade do Estado voltados aos trabalhadores rurais são executados pelas ONGs, seguindo determinações do modelo neoliberal, um processo que no Brasil iniciou no governo Collor de Melo, continuando com Fernando Henrique Cardoso e que Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu romper, apesar das expectativas na possibilidade de mudança nesse aspecto durante seu governo.

Entretanto, a distância entre o que deveria ser o II PNRA do governo Luis Inácio Lula da Silva, conforme apresentado pelo estudo encomendado por esse governo a Plínio de Arruda Sampaio e o que foi realmente incorporado, mostra que o presidente não rompeu com os fundamentos da lógica assumida por seus antecessores.

6 REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (ORGS.). **Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 78-86, 1996.

ARAÚJO, Severina Garcia de. **Terra e Poder: a luta pela terra no município de Touros-RN**. 1992. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____, Severina Garcia de. **A Modernização do Serviço Social: a intenção de ruptura e a problemática Agrária**. Trabalho apresentado no curso de mestrado da UFRJ/1990.

_____, Severina Garcia de. **Assentamentos Rurais: expressão da questão agrária**. In: Centro de Educação à Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UNB), 1999.

_____, Severina Garcia de. **Assentamentos Rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal-RN: editora da UFRN, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? **Revista Teoria e debate**. São Paulo, 3º trimestre, 1992.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO. **Análise da execução do Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental nas áreas de assentamento do Rio Grande do Norte**. Natal, 2005.

_____. **Relatório dos Seminários Balanço do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA**, Natal 2007.

ATHAYDE, Phydia; MARTINS, Rodrigo. **Por que não Anda?** 2007. Disponível em: <www.cartaescola.com.br/edições> Acesso em: 11 jun 2008.

AZEVEDO, Alessandro Augusto (org). **Começou Assim... Narração da Reforma Agrária no RN**. Natal-RN: editora da UFRN, 2004.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Agrário. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assessoria de Comunicação Social**. O Brasil desconcentrando terras. Índice de Gini. Brasília, 2001. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de

Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: versão final**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**, Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.territoriocardania.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social**. São Paulo, Cortez/ EDUMA, 1995.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo: concepção e métodos**. Viçosa. ed. UFV, 2005.

COMISSÃO PASRORAL DA TERRA. **Questão Agrária**. Disponível em <www.cptnac.com.br>. Acesso em 07 fev 2008.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/CFES. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília, CFES, 1993.

DIAS, Marcelo Mina. **Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATEs”**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 07 ago. 2008.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas Organizações Não-Governamentais: tendências e particularidades**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [2007].

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

GLASS, Verena (2007). **Reforma Agrária gera mais emprego do que qualquer outra atividade no país**. Disponível em: <www.cpt.nac.com.br> Acesso em: 7 fev 2008.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMMOTO. Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço**

Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-Metodológica. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 39**, 30 mar. 2004, Brasília.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 15**, de 30 de março de 2004, Brasília.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES):** diretrizes e manual operacional. Brasília, DF, 2004a. 62 p.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, **enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

LEITE, Sergio Pereira. **A Face econômica da Reforma Agrária:** Estado e Assentamentos Rurais em S. Paulo na dec. de 80 1989.

LESBAUPIN, Ivo (organizador). **O desmonte da nação:** balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: vozes, 1999.

MARTINS, José de Souza. **EXPROPRIAÇÃO & VIOLÊNCIA:** a questão política no campo. Hucitec, São Paulo, 1980.

_____. José de Souza. **A Militarização da questão agrária no Brasil:** terra e poder - o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1985. 134 p.

_____, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: vozes, 2002.

_____, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"**. São Paulo: hucitec, 1986.

_____, José de Souza. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo sobre a história possível. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Brasília, 2000.

_____, José de Souza. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2003

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Novo Modelo para a Reforma Agrária.** Disponível em: www.mst.org.br> Acesso em 11 fev 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. LEITE, Sérgio (org). **A Formação dos**

Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre - Rio de Janeiro.. Ed. da Universidade/UFRGS/CPDA,1999. Introdução.

_____, Leonilde Servolo de. **A Questão Agrária no Brasil** (1955-1964).1982. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**, 2002. Universidade Rural

NETTO, José P. **Transformações societárias e Serviço Social**. In. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo; Cortez, 2001

_____, **A Conjuntura Brasileira:** O Serviço Social posto à prova. Serviço Social e Sociedade. 79. São Paulo, Cortez, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas:** estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997

PALMEIRA, Moacir. **Impacto dos Assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília:ILCA/NEAD: São Paulo: editora UNES, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Regional de Reforma Agrária 2003/2006**. Natal, RN, 2004.

SCHMITZ, Heribert (2002). Perspectivas da Assistência Técnica para a Agricultura Familiar. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da (orgs.). **Desenvolvimento Rural e Transformações na Agricultura**. UFSE.

SHNEIDER, Sérgio. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional **Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza/Ceará, 16, 17, 18, 19 de novembro de 2003.

_____ e TARTARUGA, I. G. Peyré. **Territorio y Enfoque Territorial:** de las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Eliana Andrade da. **Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2008.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária?** Coleção primeiros passos, 18 ed. 1994.

_____, José Graziano da. **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** São Paulo: ed. Brasiliense, 1985.

SILVA, Maria ozanira da Silva e. **A Política Social Brasileira no Século XXI:** a prevalência de programas de transferência de renda. Ed. Cortez: São Paulo, 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado UNB. Brasília, 2006.

SILVA, Tarcísio Augusto A. da. **O Serviço Social e o Mundo Rural Brasileiro:** A ausência de um debate. In: Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social-CEAS, Salvador, BA, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e Ruralidade:** Relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco, 2001. *In:* Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural. Disponível em <www.nead.org.br> Acessado em: 10 jun 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA (Assistentes Sociais)****IDENTIFICAÇÃO**

Nome: _____

Instituição: _____

Caráter da ATER: _____

Tipo de vínculo empregatício: _____

Função que ocupa: _____

Carga horária de trabalho: _____

Salário: _____

1) Há quanto tempo você integra a equipe interprofissional no assentamento? Em que condições? Contratada? O que foi determinante para atuar nessa área?

2) Quais as atividades/atribuições que são demandadas para o Assistente Social na equipe multiprofissional? Há atividades específicas do Assistente Social? Se sim, quais são estas atividades?

3) Você considera essas atividades importantes para o desenvolvimento das atividades do Serviço Social? Ou apontaria outras?

4) Como você vê a relação do assistente social que integra uma equipe interprofissional de ATER com os órgãos do Estado?

5) Qual sua opinião sobre a PNATER e o PNRA do governo Luiz Inácio Lula da Silva?

6) O governo Luiz Inácio Lula da Silva trouxe inovações para a reforma agrária? Quais?

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA (Moradores/as do Assentamento)****IDENTIFICAÇÃO**

Nome: _____

Idade: _____

Situação ocupacional: _____

- 01) Há quanto tempo você mora neste assentamento?
 - a) Sempre foi agricultor (a)?
 - b) Como se deu a conquista do assentamento?
 - c) Quem participou? Quais as entidades que apoiaram/participaram?
- 02) Onde morava e o que fazia antes de vir para este assentamento?
- 03) Existe uma equipe de assessoria técnica no assentamento? Como é o trabalho dessa equipe? Dê exemplos?
- 4) Quais são os profissionais que estão nessa equipe?
- 5) Há quanto tempo o assentamento conta com assistência técnica? Com que frequência?
- 6) Como você vê a assistência técnica no assentamento? Para você ela é uma política pública?
- 7) Como você percebe a relação dos profissionais com os moradores (as) do assentamento?
- 8) Houve mudança no assentamento após a atuação da equipe de assessoria técnica? Se houve o que mudou?
- 9) Você já recebeu algum tipo de crédito? E as demais famílias receberam? E em que foi utilizado? E quanto ao pagamento das parcelas desses créditos? Quais os juros gerados?
- 10) Quais são suas sugestões em relação ao trabalho desenvolvido pela equipe de assessoria que atua no assentamento?
- 11) Quais são suas sugestões em relação ao programa da ATES nesse assentamento?
- 12) O que é mais urgente e necessário no assentamento? E na vida dos trabalhadores rurais?
- 13) O que diz sobre os programas de Reforma Agrária do governo Lula? E sobre os programas estaduais?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador da ATES)

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Instituição: _____

Função que exerce na Instituição: _____

- 1) O PNRA que já está no 5º ano assegura assistência técnica em todas as áreas e para todas as famílias, Isso é real no RN? Se sim, dê exemplos? Se não, quais os entraves?
- 2) Como você define o PNRA do governo Luiz Inácio Lula da Silva e como você analisa a PNATER no contexto do PNRA no RN?
- 3) O Incra/RN possui um quadro técnico-administrativo capaz de atender às demandas e compromissos assumidos na PNATER dentro do PNRA?
- 4) Como a PNATER se materializa em nível estadual no RN? Que órgão deve gerir ou tem gerido a política? E como?
- 5) Na implementação da PNATER o que compete ao INCRA? E as instituições contratadas? E aos trabalhadores rurais?
- 6) Qual a situação real da Assistência Técnica no RN em relação a recursos? Créditos? Apoio técnico-profissional?
- 7) Como se realiza a ATER no assentamento, ela se dá de forma individual ou coletiva?
- 8) Quantas instituições/entidades prestam assessoria técnica na região/território do Mato Grande? E como você analisa esse número de instituições em uma mesma região? O que demanda essa proporção? E em que medida essas ações se complementam ou se sobrepõem?
- 9) O território do Mato Grande é um dos territórios contemplado com o programa, “territórios da cidadania”, em que medida suas ações integra ou se articula com as ações da ATER nesse território? E o que o programa traz de novo?
- 10) O que foi programado/reprogramado em relação à reforma agrária no estado, após avaliação em 2007, do PRRA-RN referente ao período (2003-2006)?
- 11) Em que medida as metas do PRRA-RN foram alcançadas?
- 12) Como são contratadas/selecionadas as instituições de ATES? Quais os critérios? E qual o montante de recursos assegurados para a instituição prestar assessoria técnica ao assentamento?

14) O que é mais urgente e necessário nessa instituição de ATES? E na assistência técnica do RN?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)